



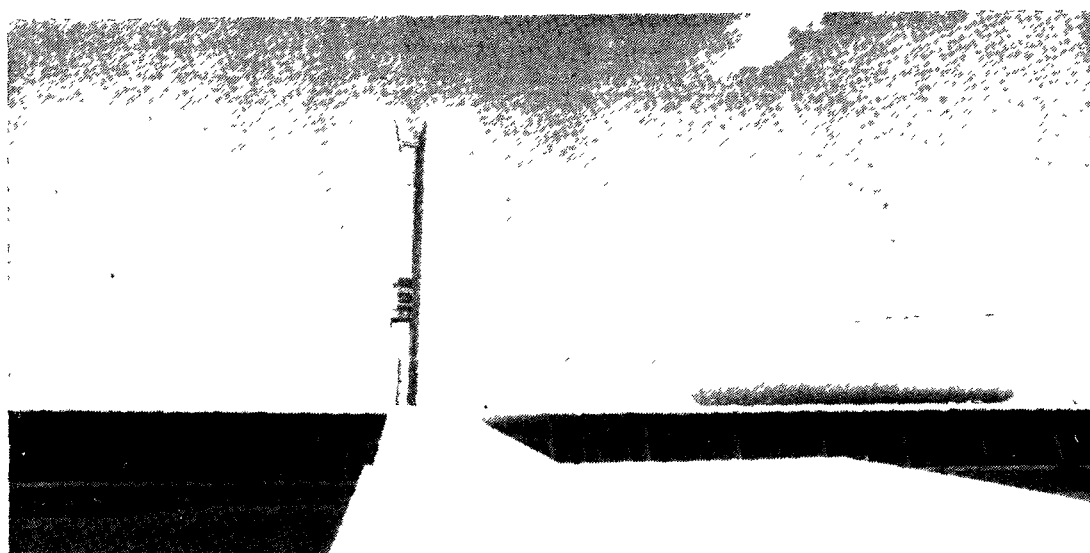
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 105

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 262ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO WALL FERRAZ — Saques a estabelecimentos comerciais na cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Perseguições políticas que estariam ocorrendo no Estado de Rondônia.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que menciona.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

— Nº 30/83, que acrescenta parágrafo único ao artigo 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.

— Nº 31/83, que acrescenta dispositivo às disposições transitórias da Constituição, de modo a tornar inaplicáveis aos detentores de mandatos legislativos, pelo prazo que menciona, os dispositivos concernentes à fidelidade partidária.

1.3.2 — Designação das Comissões Mistas, Fixação de calendário para a tramitação das matérias.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 263ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Morosidade que vem ocorrendo no serviço de dragagem, promovido pelo DNOS, em rios da região de Joinville — SC.

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Renúncia do Sr. Julian Chacel, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, pelos motivos que menciona.

DEPUTADO FRANCISCO SALES — Trabalho realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na condução das eleições municipais realizadas no último dia 31 de agosto em municípios daquele Estado.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

— Nº 32, de 1983, que dispõe sobre programas de combate à seca do Nordeste.

PARECER Nº 97, DE 1983-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 94, de 1983-CN (nº 271/83, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei número 2.042, de 30 de junho de 1983, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementou a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços do Governo Federal”.

Relator: Senador Milton Cabral

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.042, de 30 de junho de 1983, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementou a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços do Governo Federal.

Acompanha a Mensagem do Chefe do Governo Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Marinha, que afirma:

“O Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece as normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal considerou também, no § 1º do art. 5º, para efeito de aplicação do dispositivo legal, como contratos de serviços os que forem celebrados para a fabricação de equipamentos pela indústria nacional.

Ocorre que a aplicação do critério de reajuste de preços determinado pelo supracitado dispositivo não vem correspondendo ao objetivo de correção dos preços quando se trata de contratar o desenvolvimento de projetos e a fabricação de equipamentos de armamento, de comunicações, de navegação, de sistemas navais em geral e seus componentes para fins militares.

A esse respeito, considerando que o navio de guerra é uma universalidade de equipamentos;

— considerando que o Decreto-lei nº 1.070, como se encontra redigido, insere uma interpretação restritiva no sentido de considerar a exceção abrangendo

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

— Nº 33, de 1983, que altera a redação do § 5º do artigo 152 da Constituição Federal.

2.3.2 — Designação das Comissões Mistas. Fixação de calendário para tramitação das matérias.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas

e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 264ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE SETEMBRO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.1.2 — Questão de Ordem

Formulada pelo Sr. Djalma Besa e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.2 — ENCERRAMENTO.

— Senador Mário Maia — Deputado Milton Brandão — Senador João Castelo — Senador Enéas Faria — Senador José Lins — Senador Almir Pinto — Senador Gabriel Hermes — Deputado Francisco Rollemberg.

Ata da 262ª Sessão Conjunta, em 8 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Odacir Soares

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Eneas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Vicente Queiroz — PMDB

apenas o casco e a propulsão do meio flutuante; e

— considerando, ainda, que o armamento, a comunicação e a navegação constituem o traço distintivo dos navios de guerra, conclui pela necessidade de solicitar a Vossa Excelência a criação de um novo dispositivo legal, de sorte a possibilitar que a ressalva introduzida pelas disposições do Decreto supracitado fosse igualmente estendida aos contratos de desenvolvimento de projetos e de fabricação de equipamentos de armamento, de comunicações, de navegação, de sistemas navais em geral e seus componentes."

Objetiva o Decreto-lei sob exame dar nova redação aos arts. 1.º e 3.º do Decreto-lei n.º 1.070, de 1969. No primeiro dispositivo, para excluir a aplicação do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 185, de 1967, aos contratos firmados pelo Ministério da Marinha, cujo objeto seja construção naval ou desenvolvimento de projetos ou modernização de equipamentos de armamento, de comunicações, de navegação, de sistemas navais em geral e respectivos componentes.

No segundo dispositivo, para atribuir ao Ministro da Marinha a aprovação da fórmula específica de cada contrato, mediante proposta do respectivo órgão de Direção Setorial.

São modificações plenamente fundamentadas na Exposição de Motivos e que aperfeiçoam a redação de ambos os dispositivos.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei n.º 2.042, de 30 de junho de 1983, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 90, DE 1983-CN

Aprova o texto do Decreto-lei número 2.042, de 30 de junho de 1983, que "altera dispositivos do Decreto-lei n.º 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementou a redação do art. 6.º do Decreto-lei n.º 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços do Governo Federal".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.042, de 30 de junho de 1983, que "altera dispositivos do Decreto-lei n.º 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que complementou a redação do art. 6.º do Decreto-lei n.º 185, de 23 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para a contratação de obras ou serviços do Governo Federal".

Sala das Comissões, 1.º de setembro de 1983. — Deputado Dilson Fanchin, Presidente — Senador Milton Cabral, Relator — Senador Passos Pôrto — Deputado Ruy Codo

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcellos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayúva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Francisco Studart — PTB; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Carlos Eloy — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Samir Achôa — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchun — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 156 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Wall Ferraz.

O SR. WALL FERRAZ (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Leio nos jornais de hoje que desde terça-feira à noite até à madrugada de quarta-feira, centenas ou até duas mil pessoas de vários bairros do Rio de Janeiro vêm saqueando estabelecimentos comerciais e tentando saquear mais outros seis, mas estes não o conseguiram. Isto é um quadro deveras assustador e que nos coloca em alerta sobre o grave problema da convulsão social que parece se instalar neste País.

Os prefeitos e governadores têm tentado desafogar um pouco o problema do desemprego abrindo a válvula do subemprego, através dos camelôs; haja vista no Rio de Janeiro, onde foram expedidas 10 mil autorizações para camelôs.

Cidades como Fortaleza, Recife, cidades afetadas por levas de nordestinos famintos, que chegam diariamente a elas, também têm favorecido o subemprego. A verdade é que nota-se uma geral insatisfação popular. Aquela insatisfação individual transporta-se agora para atos coletivos, mas não são eles, pelo que se vê através de notícias de jornais, orientados, no momento. É aquilo que nós chamamos diante da história de movimentos espontaneístas, não há uma liderança determinada para a sua realização.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esses fatos que agora ocorrem no Rio de Janeiro e que irão se repetir, constituem um alerta para o País. É preciso que o Governo compreenda que a fome do povo é a única prioridade nesta Nação, acima dos acordos com o FMI, acima da recessão, e principalmente desse devastador Decreto nº 2.045; o Governo deve atentar para o grande desequilíbrio sócio-econômico em que milhões de brasileiros, no momento, desempregados ou subempregados, de famílias numerosas estão famintos. O fato ocorrido numa cidade, podemos dizer, que é considerada, no Brasil, como altamente politizada, em que os favelados começam a descer em massa para os bairros, para saquear estabelecimentos comerciais, num movimento espontâneo, sem que se pudesse detectar quem são os chefes, é grave! E nós, como representante do povo, nesta Semana da Pátria, morna, neste Congresso, quase nem sequer comemorada, nem sequer analisada, nós devemos estar presentes a estes acontecimentos, fazendo ver que o Brasil passa por momentos difíceis e a fome já está levando o povo às ruas, ao saque, às depredações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez uso a tribuna do Congresso Nacional para denunciar situações de perseguições políticas no meu Estado, o mais novo Estado da Federação brasileira, o Estado de Rondônia.

Recentemente o Governador daquele Estado, Coronel Jorge Teixeira, deu uma entrevista ao jornal de Manaus, **A Crítica**, declarando mais ou menos, quando foi perguntado pelo jornalista como é o Governo daquele Estado, o Estado de Rondônia, ele disse o seguinte: "O Estado vai bem, mas quem está atrapalhando o Estado são os políticos".

Por outro lado, também, aquele Governador não consegue, não sei por que, mas talvez esteja na própria linha de formação dele por ser militar, não consegue atender aos reclamos do povo de Rondônia, visto que os políticos, para ele, são pessoas menos dotada, como se ele fosse o dono de tudo e também o dono até do próprio Estado de Rondônia. Mas o Estado de Rondônia não tem propriedade! O Estado de Rondônia pertence ao povo trabalhador daquele Estado, que através de muito esforço vem trazendo a evolução para aquela longínqua região brasileira.

Mas não pára aí, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Em Rondônia, em todos os municípios em que andamos encontramos o dedo do Governador ou muitas vezes o dedo das pessoas à S. Exª ligadas.

Recentemente o Deputado estadual Ronaldo Aragão, do PMDB, foi barrado ao dar uma entrevista numa emissora, da Cidade de Cacoal, alegando que não poderia dar entrevistas naquela rádio visto ser Deputado esta-

dual pelo PMDB. Eu também tive oportunidade de estar naquela cidade e quando me dirigi à rádio local para fazer uma saudação ao povo e dar uma entrevista, atendia ali o Sr. Gonzaga, o qual alegando, porque eu era do PMDB também não poderia dar entrevistas naquela emissora.

Veja, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a democracia, ou pelo menos a abertura ainda não chegou à Rondônia. Por isso denuncio à Nação e conclamo o povo brasileiro; vamos trabalhar, vamos unir esforços para que a democracia brasileira possa atingir a todos os rincões desta Pátria! Porque, por sermos do partido de Oposição ou de qualquer partido, seja do PDS, PMDB, PT, PDT, PTB ou de qualquer partido que vier a se formar, nenhum brasileiro é menos brasileiro do que os outros. Segundo a Constituição todos são iguais perante a lei é o princípio da isonomia constitucional.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência comunica que, não tendo sido apreciado no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.024, de 1983, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário, destinada à leitura das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 32, de 1983, que dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste; e

Nº 33, de 1983, que altera a redação do § 5º do artigo 152 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 30 e 31, de 1983.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 1983

Acrescenta parágrafo único ao art. 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional.

Art. 1º O art. 84 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 84.

Parágrafo único. Na composição do Ministério, pelo menos um terço dos Ministros será escolhido dentre membros do Congresso Nacional.”

Art. 2º Esta Emenda entrará em vigor no dia quinze de março de 1985.

Justificação

A participação de membros do Congresso Nacional, no Poder Executivo Federal, conquanto não prevista no

texto constitucional, tem sido uma constante na tradição republicana brasileira.

Seria buscar agulha em palheiro pretender singularizar um único caso ao longo de nossa história republicana, em que a participação de parlamentares na equipe ministerial, não fosse fator de harmonia da Presidência da República com a Classe Política.

É generalizada hoje a convicção de que a presença de congressistas no Governo é fator de estabilidade a um tempo do Poder Executivo e da Classe Política Nacional.

Não se haverá por outro lado, de arguir ser esta emenda descaracterizadora do regime presidencialista em que vivemos; na verdade, o que se pode sem esforço constatar, e disso esta emenda não faz segredo, é que a evolução política dos povos nos últimos 50 anos, exhibe uma espécie de fuga gradativa à ortodoxia dos regimes de governo clássicos, o presidencialismo e o parlamentarismo.

Mantida a individualidade de cada um, objetiva esta emenda a simbiose dos poderes estatais, cuja convivência harmônica e independente pressupõe a existência de pontes permanentes e sólidas que institucionalizem a presença efetiva da classe política no processo decisório nacional.

Desta emenda alguns tecnocratas fugirão como o diabo foge da cruz; dar-lhe-ão combate indormido; afinal a tecnocracia, responsável em grande parte pela ação abrangente, tentacular e hipertrofiada dos executivos modernos, somente refluirá das posições conquistadas, para as tarefas de assessoramento da classe política, através de mandamento constitucional como o que esta emenda prevê.

DEPUTADOS. Jônathas Nunes — Nadir Rossetti — Leorne Belém — Joacil Pereira — Jonas Pinheiro — Osmar Leitão — Saramago Pinheiro — Geraldo Fleming — Nosser Almeida — João Faustino — Tarcisio Buriti — Jorge Medauar — Genebaldo Correia — Aécio Borba — José Mendonça de Moraes — Harry Amorim — Walter Casanova — Gustavo de Faria — Celso Barros — Gorgônio Neto — Enoc Vieira — Milton Reis — Bete Mendes — Júlio Martins — Vieira da Silva — José Ribamar Machado — Leônidas Rachid — Mozarildo Cavalcanti — Evaldo Amaral (p/ tramitação) — Nelson Morro — Darcy Pozza — Tapety Jr. — Milton Brandão — João Batista Fagundes — José Carlos Fonseca — Saulo Queiroz — Sebastião Curió — Reinhold Stephanes — Nilson Gibson — Antônio Pontes — Glória Júnior — Herbert Levy — Daso Coimbra — Heráclito Fortes — Diogo Nomura — Jorge Arbage — Amaral Neto — Ruben Figueiró — Gerson Peres — Mário Juruna — Orlando Bezerra — Ossian Araripe — Assis Canuto — Francisco Sales — José Lourenço — Wilmar Palis — Figueiredo Filho — Lúcia Viveiros — Mário Assad — Cunha Bueno — Osvaldo Melo — Wall Ferraz — Ciro Nogueira — Milton Figueiredo — Olivir Gabardo — Santinho Furtado — Pedro Sampaio — Aroldo Moletta — Epitácio Bittencourt — Alcides Lima — Antônio Farias — Alécio Dias — Wildy Vianna — Maçao Tadano — Airon Rios (apoio) — Antônio Gomes — Arnaldo Maciel (apoio) — Djalma Bessa — Orestes Muniz — José Genoino — Chagas Vasconcelos — José Frejat — João Herrmann — Brandão Monteiro — Siegfried Heuser — Jessé Freire — Josué de Souza — Jorge Carone — Francisco Benjamin — Antônio Dias — Paulo Lustosa — Márcio Braga — Edison Lobão — Valmor Giavarina — José Luiz Maia — Haroldo Sanford — Pedro Germano — Osvaldo Nascimento — João Rebelo — Osanan Coelho — Fernando Bastos — Olavo Pires — Brasília Caiado — Christóvam Chiaradia — Vicente Guabiroba — Casildo Maldaner — Homero Santos — Abdias do Nascimento — José Melo — Mário Hato — Paulo Marques — Tobias Alves — Plínio Martins — Luiz Antônio Fayet (apoio) — Raul Bernardo — Fernando Gomes — Ivo Vanderlinde — Eurico Ribeiro — Fernando Magalhães — José Tavares — Ludgero Raulino — Celso Peçanha — José Maria Magalhães —

Cristina Tavares — Irma Passoni — Coutinho Jorge — Fernando Santana — Oswaldo Lima Filho — Sebastião Ataíde — Luiz Dulci — Juarez Bernardes — Carlos Eloy — Márcio Santilli — Del Bosco Amaral — Israel Pinheiro — Jarbas Vasconcelos — José Fernandes — Pimenta da Veiga — João Gilberto — França Teixeira — Bento Pôrto — Nelson do Carmo — Eduardo Matarazzo Suplicy — Osvaldo Coelho — José Jorge — Djalma Falcão — Ruy Bacelar — Edme Tavares — José Camargo — José Penedo — José Carlos Fagundes — Anselmo Peralo — Farabulini Júnior — Manoel Ribeiro — Adail Vectorazzo — Geovani Borges — Francisco Rollemberg — Iram Saraiva — Paulo Borges — Júlio Caruso — Matheus Schmidt — Argilano Dario — Randolfo Bittencourt — Wagner Lago — Hugo Mardini — Cid Carvalho.

SENADORES: Galvão Modesto — Alexandre Costa — Guilherme Palmeira — Alberto Silva — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Benedito Ferreira — Odacir Soares — Jorge Bornhausen — Cladionor Roriz — Passos Pôrto — João Castelo — Mauro Borges — Luiz Cavalcante — Marcelo Miranda — Eunice Michiles — Almir Pinto — Lomanto Júnior — Altevir Leal — Raimundo Parente — Fábio Lucena — Helvídio Nunes — Martins Filho.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1983

Acrescenta dispositivo às disposições transitórias da Constituição, de modo a tornar inaplicáveis aos detentores de mandatos legislativos, pelo prazo que menciona, os dispositivos concernentes à fidelidade partidária.”

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Artigo único. É acrescentado ao Título V, das Disposições Gerais e Transitórias, da Constituição Federal, o seguinte art. 211:

Art 211. Não se aplicam aos detentores de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da promulgação desta Emenda, as disposições dos §§ 5º e 6º do art. 152.”

Justificação

A organização partidária em nosso País, subsequente à última extinção de partidos políticos aqui ocorrida, está-se processando de modo um tanto tumultuado e também precipitado.

Tanto que, após referida extinção e já no bojo da Emenda nº 11, de 1978, foi preciso editar uma série de medidas nitidamente casuísticas, com o só objetivo de corrigir imperfeições do ordenamento que orienta e disciplina a organização partidária.

Tanto que, ainda, embora admitido o prevailecimento do sempre combatido instituto da fidelidade partidária, não se cuidou, certamente por mero esquecimento, de estender o seu alcance aos ocupantes de cargos do Executivo, do que decorre a contraditória e injusta situação de os prefeitos e governadores (sem falar no Presidente) poderem mudar de partido, sem risco de qualquer sanção, a qualquer tempo, o que se não permite aos ocupantes de cargos legislativos em razão do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 152 da Constituição Federal.

De outra parte, as eleições realizadas em 15 de novembro de 1982 representaram, ao mesmo tempo que extraordinário avanço no caminho da democracia plena, uma inusitada movimentação político-partidária, com as agremiações pagando preço alto por um evidente noviciado, tendo que adaptar-se a um jogo com o qual não estavam acostumadas. Isto levou algumas a se organizarem de modo atabalhado ou a aceitarem — quando não

, recusarem — filiações inteiramente desinteressantes aos seus desígnios.

Há, portanto, indispensável necessidade de uma decantação, se nos for permitido o uso da expressão, no atuais quadros partidários, resultantes das eleições de 82, o que será possível com a adoção da emenda, com caráter transitório, aqui pleiteada.

DEPUTADOS: Heráclito Fortes — Norton Macedo — Santos Filho — Alcení Guerra — Theodorico Ferreira — Francisco Studart — Gastone Righi — Márcio Braga — Cardoso Alves — Horácio Ortiz — Raymundo Asfora — Tarcísio Buriti — Epitácio Cafeteira — Sebastião Nery — João Faustino — Francisco Dias — José Luiz Maia — João Rebelo — Antônio Osório — Eraldo Tinoco — Jutahy Júnior — Antônio Farias — José Mendonça Bezerra — Christóvam Chiaradia — Humberto Souto — Navarro Vieira Filho — Carlos Wilson — Ronaldo Canedo — Ciro Nogueira — Haroldo Sanford — José Carlos Fagundes — Oly Fachin — França Teixeira — Celso Barros — Jakson Barreto — Airon Rios (apoioamento) — Ruy Côdo — Geraldo Fleming — Brabo de Carvalho — Dionísio Hage — Ademir Andrade — Gerson Peres — Osvaldo Melo — Jorge Arbage — José Lourenço — Francisco Benjamin — Augusto Franco — José Jorge — Inocêncio Oliveira — José Moura — Manoel Ribeiro — Geraldo Bulhões — Dilon Fanchin — Orlando Bezerra — Vingt Rosado — Arnaldo Maciel (apoioamento) — Jaime Câmara — Nelson do Carmo — Pedro Corrêa — Dirceu Carneiro — Domingos Juvenil — Olavo Pires — Hélio Manhães — Abdias do Nascimento — Paulo Mincarone — Diogo Nomura — Stélio Dias — Randolpho Bittencourt — Sebastião Ataíde — Djalma Bom — Mansueto de Lavor — Oswaldo Lima Filho — Lúcio Alcântara — Milton Brandão — Jorge Carone — Leur Lomanto — Evandro Ayres de Moura — Ruy Bacelar — Castejon Branco — José Carlos Vasconcelos — Sebastião Curió — Horácio Matos — Antônio Câmara — Milton Reis — João Carlos de Carli — Domingos Leonelli — Elquisson Soares — Jorge Uequed — João Gilberto — João Bastos — Manoel Costa Júnior — José Tavares — Celso Carvalho — Mauro Sampaio — Nasser Almeida — Márcio Santilli — Wall Ferraz — Jorge Leite — Francisco Rollemberg — Walmor de Luca — João Alberto de Souza — Brandão Monteiro — Nadyr Rossetti — Jiúlio Caruso — Daso Coimbra — José Carlos Fonseca — Gorgônio Neto — Jorge Medauar — Simão Sessim — Joacil Pereira — Ricardo Ribeiro — Cristina Tavares — Moisés Pimentel — Virgildasio de Senna — Mario Frota — Walber Guimarães — Chagas Vasconcelos — José Ulisses — Egídio Ferreira Lima — Orestes Muniz — Aluizio Campos — Jessé Freire — Pedro Ceolin — Eduardo Matarazzo Suplicy — Assis Canuto — Wagner Lago — Raul Ferraz — Milton Figueiredo — Darólio Ayres — Marcelo Linhares — Carlos Mosconi — João Batista Fagundes — Sinval Guazelli — Marcos Lima — Otacilio de Almeida — Marcondes Pereira — Edison Lobão — Gerardo Renault — Luiz Henrique — Antônio Gomes — Albérico Cordeiro — Paulo Lustosa — Henrique Eduardo Alves — Arthur Virgílio Neto — José Ribamar Machado — Ruben Figueiró — Denisar Arneiro — Siegfried Heuser — Gióia Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior — Hélio Duque — Mário Juruna — Casildo Maldaner — Myrthes Bevilacqua — Júnia Marise — Gilson de Barros — Ademar Ghisi — Agenor Maria — Djalma Falcão — Ossian Araripe — Sérgio Cruz — Alcides Lima — Aluizio Bezerra — Mozarildo Cavalcanti.

SENADORES: Fábio Lucena — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Marco Maciel — Passos Pôrto — Enéas Faria — Itamar Franco — Almir Pinto — Murilo Badaró — Lomanto Júnior — Benedito Ferreira — Eunice Michiles — João Castelo — Álvaro Dias — Hélio Gueiros — Martins Filho — João Calmon — Moacyr Dalla — Marcelo Miranda — José Lins — Altevair Leal — Guilherme Palmeira — Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — De acordo com as indicações das Lideranças, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 1983

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Galvão Modesto, Guilherme Palmeira, João Castelo, Lomanto Júnior, Martins Filho, Helvídio Nunes, Eunice Michiles e os Srs. Deputados Celso Barros, Assis Canuto, José Lourenço, Pedro Germano e João Batista Fagundes.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Marcelo Miranda, José Fragelli, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e os Srs. Deputados Wall Ferraz, Jorge Medauar, Daso Coimbra, Orestes Muniz e Ibsen Pinheiro.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Dêlio dos Santos.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1983

Pelo Partido Democrático Social — Senadores José Lins, Aderbal Jurema, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Almir Pinto, Marcondes Gadelha, Carlos Alberto e os Srs. Deputados Wanderley Mariz, Geraldo Melo, Gonzaga Vasconcelos, Maurício Campos e Wolney Siqueira.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores José Fragelli, Alfredo Campos, Fábio Lucena, Alberto Silva e os Srs. Deputados Heráclito Fortes, Djalma Falcão, Brabo de Carvalho, Valmor Giavarrina e Júnia Marise.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Sebastião Nery.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Cada Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante as Comissões, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

Os pareceres das Comissões Mistas deverão ser apresentados até o dia 10 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 10 minutos.)

**Ata da 263ª Sessão Conjunta,
em 8 de setembro de 1983**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária,
Da 47ª Legislatura**

Presidência do Sr. Lenoir Vargas.

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Eneas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcellos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana

— PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS, Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocayúva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Franciso Studart — PTB; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Samir Achôa — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB;

Hugo Mardini — PDS; Irája Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 180 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O jornal *Correio do Povo*, edição de 1º de setembro, estampa uma denúncia, segundo a qual as dragas que o DNOS mantinha na região rural de Joinville paralisaram as suas obras, por falta de recursos. Diz a nota:

“DNOS pára
Obras em Joinville

Florianópolis (Da Sucursal) — A produção agrícola de Joinville está ameaçada em virtude da paralisação da dragagem dos rios e riachos, que o DNOS vinha executando há mais de um ano.

Motivo: faltaram recursos financeiros. Os agricultores estão temerosos, pois a obstrução dos leitos dos cursos d'água, como do rio Pirai e seus afluentes, propicia cheias que arrasam as lavouras.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, Nelson Holz, está tentando, de todas as formas, reativar o trabalho de dragagem. Entrou em contato com o diretor regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em Santa Catarina, Aurélio Remor, do qual obteve apenas a confirmação da inexistência de recursos necessários.”

Sr. Presidente, essa nota demonstra o que tem sido a atuação do DNOS na região de Joinville; não fora a pouca ou quase nenhuma atuação desse organismo em obras necessárias à desobstrução dos rios e evitar a reiteração de enchentes, que ocorrem nos bairros mais diversos da cidade de Joinville, a atuação do DNOS tem sido lenta, demorada e deficiente na área rural, exatamente na área de grande produção agrícola, que se estende pelos bairros da Vila Nova, nas margens do rio Pirai e de seus afluentes.

Deixamos, aqui, uma denúncia e um apelo, no sentido de que o DNOS restabeleça essa dragagem, a fim de que Joinville e toda a região, que é grande produtora de arroz, possa voltar a produzir o cereal tão necessário à alimentação do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ontem eram os técnicos da Fundação IBGE que deixavam seu emprego por não concordarem com as manobras que se faziam no cálculo do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor, o INPC, base para os cálculos dos aumentos salariais.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é o Sr. Julian Chacel, prestigiado Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, que deixa o seu cargo, que renuncia ao seu cargo, por discordar da decisão de não mais divulgar os índices da inflação sem o expurgo dos chamados fatores acidentais.

E vejam, Srs. Congressistas, que o Governo, até pela palavra do Ministro do Planejamento, ao instituir o expurgo da acidentalidade, garantiu à Nação que este expurgo ia ser público, que a Nação ia ter, a cada passo, a notificação de qual o índice real de inflação, de qual o percentual atribuído à acidentalidade, de qual o índice expurgado. Prometeu e não cumpriu a palavra, porque agora está a Fundação Getúlio Vargas, órgão de tanta respeitabilidade, colocando a sua honorabilidade técnica em sério risco diante da opinião pública, ao adotar esta estapafúrdia decisão de só publicar os índices já expurgados, certamente obedecendo a instruções do Governo.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, temos a repetição daquele lamentável manuseio dos índices oficiais, que num determinado momento da vida nacional constituiu uma inflação de 12%, que foi motivo de pilhéria nacional, temos de novo o manuseio incorreto dos dados, as tramas de bastidores; temos novamente as manobras que esconderão da opinião pública os dados reais. E um homem resolve deixar o seu cargo, para não compactuar com isso. Certamente que não tenho a mesma opinião político-econômica do Sr. Julian Chacel; posso ter por ele alguma admiração técnica, mas ele merece, nesta hora, a nossa solidariedade. Renunciar a um cargo, para não compactuar com manobras que visam evitar que a opinião pública tenha um direito que é básico em qualquer sistema democrático, que é o direito à informação, e à informação de coisas elementares, do índice verdadeiro da inflação.

E isto mostra mais uma vez quão falsa, perigosa, quão escorregadia, quão pouco confiável é a palavra do Governo, que até pelo seu todo-poderoso Ministro do Planejamento afirmou, alto e bom som, que agora o expurgo da acidentalidade ia acontecer aos olhos da opinião pública, que a opinião pública ia ver e ouvir qual era o índice real de inflação, qual era o percentual atribuído à acidentalidade e qual era o índice já expurgado à inflação. Poucos meses depois o Governo passa a sonegar à opinião pública um dado que ela tem direito de saber: qual a inflação real sem expurgos? E compromete com isto a tradição, o nome da Fundação Getúlio Vargas.

Isto é lamentável, e demonstra a pouca seriedade, nos dias que vivemos, dos homens que deveriam ser responsáveis pelo trato da coisa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Sales.

O SR. FRANCISCO SALES (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No dia 31 de agosto, no meu Estado de Rondônia, houve eleições nos três municípios da fronteira: Costa Marques, Colorado do Oeste e Guajará-Mirim.

Foram eleitos o Sr. Rui Almeida, para o Município de Costa Marques, o Sr. Isac Benesby, para o Município de Guajará-Mirim e Marcos Donadon, para o Município de Colorado do Oeste.

Quero ressaltar aqui, neste momento, o excelente trabalho realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, pela seriedade como conduziu as eleições, pela honestidade e, inclusive, pelo serviço prestado a todo o povo rondoniense que, mais uma vez, teve o direito de escolher seus dirigentes, principalmente o povo daquelas três comunidades.

Aqui vai o meu agradecimento ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia pelo bom trabalho, pelo bom desempenho que tem tido diante dessas eleições, eleições fora de época, mas que mereceram o respeito de todo o eleitorado, do povo de Rondônia.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32 e 33, de 1983.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 1983

Dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Fica incluído o seguinte art. 218, no Título V — Disposições Gerais e Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 218. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste, a União despenderá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua receita tributária.

§ 1º Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juízo módico, consoante as determinações legais, em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua receita tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.”

Justificação

Esta proposta de emenda constitucional repete o texto do art. 198 da Constituição Federal de 1946. Trata-se de dar efetiva proteção às áreas atingidas pela seca no Nordeste brasileiro.

Deve ser dito, ainda, que a Carta Política de 1934 também estabelecia, em seu art. 177:

“Art. 177. A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial.

§ 1º Dessa percentagem, três quartas partes serão gastas em obras normais do plano estabelecido, e o restante será depositado em caixa especial, a fim de serem socorridos, nos termos do art. 7º, nº II, as populações atingidas pela calamidade.

§ 2º O Poder Executivo mandará ao Poder Legislativo, no primeiro semestre de cada ano, a relação pormenorizada dos trabalhos terminados, e em andamento, das quantias despendidas com ma-

terial e pessoal no exercício anterior, e das necessárias para a continuação das obras.

§ 3º Os Estados e Municípios compreendidos na área assolada pelas secas empregarão quatro por cento da sua receita tributária, sem aplicação especial, na assistência econômica à população respectiva.

§ 4º Decorridos dez anos, será por lei ordinária revista a percentagem acima estipulada.”

A propósito, a indicação de região Norte, na Carta de 1934, corresponde à divisão geográfica do País à época. E, tanto quanto se saiba, os Estados amazônicos não sofrem dessa calamidade.

Merece transcrição a história dos debates parlamentares, em 1946, a respeito dessa terminologia. José Duarte assim nos esclarece:

“Paulo Sarasate, em nome da Comissão, esclarece que o dispositivo resultou de sugestão sua, em discurso. Mas a sua redação não fala, nem em **norte**, nem em **nordeste**, porque a seca a que se referiu esse projeto, e que exige amparo do poder público, é aquela seca periódica, tradicionalmente verificada na região nordestina, com efeitos em todos os Estados do chamado “polígono das secas”, que se estende do Maranhão à Bahia. Sugeri à Comissão que não se falasse em região “nordestina” ou região “norte”. Mas a Comissão deu outra forma ao texto e fala em região **nordeste**. Mas, se há erro em chamar região **nordeste**, erro muito mais grave será chamá-la região do norte, porque da área desta ficariam excluídos todos os Estados atingidos pela seca. A explicação que dá é para que não parem dúvidas quanto à inclusão da Bahia e Sergipe, no caso do artigo em debate, Maranhão já participa do Nordeste. A emenda foi rejeitada.”

(in A Constituição Brasileira de 1946, Rio, 1947, Imprensa Nacional, 3º vol., pág. 365).

O problema da seca nordestina é bem antigo e de todos nós conhecido. Inúmeros programas têm sido estabelecidos e, apesar da boa vontade demonstrada pelas autoridades, muito pouco se tem conseguido. Em parte, pela falta de verbas necessárias.

Por isso mesmo, revigorando a disposição constitucional de 1946, estamos confiantes em que teremos solução adequada para tão antigo quanto angustiante problema.

DEPUTADOS: Airon Rios — Edme Tavares — Tarcísio Buriti — Leonidas Rachid — Jayme Santana — Maçao Tadano — Sérgio Cruz — José Luiz Maia — Tapyt Júnior — Wagner Lago — Epitácio Cafeteira — Reinhold Stephanes — José Carlos Vasconcellos — Nadir Rosseti — Sérgio Lomba — Siqueira Campos — Lúcio Alcântara — Celso Peçanha — Mário Frota — Artur Virgílio Neto — Aluizio Bezerra — Gerson Peres — Mauro Sampaio — João Rebelo — Adair Vettorazzo — Saulo Queiroz — Raul Ferraz — Geraldo Bulhões — Nelson Morro — Moysés Pimentel — Jonas Pinheiro — Afrísio Vieira Lima — Francisco Rollemberg — Francisco Erse — Leorne Belém — Orlando Bezerra — Evandro Ayres de Moura — Ciro Nogueira — Wall Ferraz — Israel Pinheiro — Ossian Araripe — João Faustino — Gomes da Silva — Ruy Bacelar — Emílio Gallo — Genésio de Barros — Stélio Dias — Ronaldo Campos — Pedro Ceolim — Manoel Ribeiro — Daso Coimbra — Farabulini Jr. — Argilano Dario — Dilson Fanchin — Carlos Sant’Anna — Hermes Zaneti — Denisar Arneiro — Carlos Mosconi — Henrique Eduardo Alves — Joacil Pereira — Geovani Borges — Milton Brandão — Geraldo Melo — Ruben Figueiró — Francisco Amaral — Carneiro Arnaud — Ivo Vanderlinde — Tobias Alves — Sebastião Ataíde — Eduardo Matarazzo Suplicy — Heráclito Fortes — Jorge Arbage — José Moura — Guido Moesch — Nilson Gibson — Humberto Souto — Ores-

tes Muniz — Iram Saraiva — Ibsen Pinheiro — José Tavares — Albérico Cordeiro — João Herrmann — Cid Carvalho — José Carlos Fagundes — Amaury Müller — Roberto Freire — Raul Bernardo — Oscar Corrêa — Furtado Leite — Fernando Cunha — Jorge Medauar — Virgildásio de Senna — Aluizio Campos — Mansueto de Lavor — Eraldo Tinoco — Paulo Borges — Manoel Afonso — Renato Cordeiro — Vivaldo Frota — Antônio Ueno — Mozarildo Cavalcanti — Estevam Galvão — Emídio Perondi — José Burnett — Antônio Farias — Mário Juruna — Levy Dias — Geraldo Fleming — Abdias do Nascimento — Celso Carvalho — Adroaldo Campos — Fernando Santana — Antônio Osório — Jairo Azi — Francisco Benjamim — José Penedo — Luiz Henrique — Dirceu Carneiro — Euclides Scalco — Pedro Corrêa — Iturival Nascimento — Salles Leite — José Lins de Albuquerque — Renan Calheiros — Arolde de Oliveira — Jaime Câmara — Etelvir Dantas — José Lourenço — Carlos Eloy — Hélio Dantas — Paulo Guerra — Sarney Filho — Saramago Pinheiro — Alcides Lima — Armando Pinheiro — Paulo Melro — Assis Canuto — José Carlos Fonseca — Pedro Germano — Bento Pôrto — Alécio Dias — Clark Planton — José Thomaz Nonô — Ernani Satyro — Francisco Sales — Pedro Colin — Gorgônio Neto — Paulo Lustosa — José Jorge — Figueiredo Filho — Darcílio Ayres — Ricardo Ribeiro — Fernando Collor — Sinval Guazzelli — Sebastião Curió — Aírton Soares — Léo Simões — José Mendonça de Moraes — Álvaro Gaudêncio — Jorge Vargas.

SENADORES: Marco Maciel — João Castelo — Guilherme Palmeira — Martins Filho — Dinarte Mariz — José Lins — Virgílio Távora — Murilo Badaró — João Calmon — Nelson Carneiro — Fábio Lucena — Amaral Peixoto — Passos Pôrto — Albano Franco — Milton Cabral — Roberto Saturnino — Lomanto Júnior — Aderbal Jurema — Eunice Michiles — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Alfredo Campos — Hélio Gueiros — Mauro Borges — Almir Pinto.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1983

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 5º do art. 152, da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 152.

§ 5º Perderá o mandato o Senador o Deputado Federal, o Deputado Estadual, o Vereador, o Governador, o Vice-Governador, o Prefeito e o Vice-Prefeito que, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária, ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo partido.”

Justificação

Segundo se depreende dos fundamentos doutrinários que embasam a fidelidade partidária, o suporte da existência desse instituto jurídico é o fato de que os cargos eletivos não pertencem a quem foi eleito, sob a legenda de um partido para ocupá-los, senão ao próprio partido. Os eleitos nada mais são do que delegados das agremiações políticas sob cuja égide foram votados. E tanto isso é verdade que, na área do Legislativo, por exemplo, quando, por qualquer motivo, ocorra afastamento temporário, renúncia, falecimento ou perda do sob a legenda de um partido, para ocupá-las pelos suplentes do mesmo partido. Também isso é verdade para a área do Executi-

vo, porquanto o art. 77, § 1º, da própria Constituição Federal declara que:

"O candidato a Vice-Presidente, que deverá preencher os mesmos requisitos do art. 74, considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado;..."

Essa regra é repetida ainda no art. 13, § 2º, da mesma Carta Máxima, em referência ao Vice-Governador de Estado.

Assim, não se compreende que o dispositivo constitucional que agora pretendemos modificar só estabeleça a fidelidade partidária para os cargos eletivos do Legislativo, não contemplando igualmente os do Executivo. Isso porque, se todos nós, eleitos agimos em nome de uma agremiação política, pela qual fomos votados, não poderemos conceber possamos os Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, mudar ou abandonar os Partidos sob cuja égide foram eleitos, sem que a mesma penalidade por infidelidade partidária lhes seja aplicada.

O povo deu seu voto, não a um ou outro indivíduo, mas a uma agremiação partidária, quer esse voto se refira ao Poder Legislativo, quer se refira ao Executivo. Por isso é uma desconsideração para com o povo que o escolheu a saída de quem foi eleito nas fileiras do partido a que pertenceu quando ainda candidato.

Tais as razões por que propomos a presente modificação ao texto constitucional, para estender a infidelidade partidária aos Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Pelo que foi exposto, esperamos o integral apoio do Congresso Nacional, fazendo aprovar e, após, promulgar, a presente proposta de emenda ao texto constitucional.

DEPUTADOS: Fernando Gomes — Tobias Alves — Ivo Vanderlinde — Orestes Muniz — Mário Frota — Wall Ferraz — Raimundo Leite — Jorge Vianna — Chagas Vasconcelos — Epitácio Cafeteira — Egidio Ferreira Lima — Juarez Batista — Domingos Leonelli — Heráclito Fortes — Ademir Andrade — João Herrmann — Sérgio Cruz — Fernando Santana — José Tavares — Virgildásio de Senna — Doreto Campanari — Denisar Arneiro — Plínio Martins — Paulo Mincarone — Renato Vianna — Agenor Maria — Djalma Falcão — Mansueto de Lavor — Raul Bernardo — Pedro Corrêa — Agnaldo Timóteo — Mirthes Bevilacqua — Aluizio Campos — João Faustino — Ferreira Martins — Cunha Bueno — Otávio Cesário — Walmor de Luca — Victor Faccioni — Jorge Arbage — José Ribamar Machado — Antônio Florêncio — Lúcia Viveiros — Jorge Medauar — Genebaldo Correia — Marcelo Cordeiros — Wanderley Mariz — Márcio Braga — Márcio Macedo — Tidei de Lima — Geraldo Fleming — Ibsen Pinheiro — José Fogaça — Jorge Uequed — Abdias do Nascimento — Sebastião Nery — Oly Fachin — Manoel Viana — Mário Hato — Gilson de Barros — Enoc Vieira — Darcílio Ayres — Marcelo Linhares — Jairo Magalhães — Diogo Nomura — Hamilton Xavier — Brabo de Carvalho — Mauro Sampaio — Sebastião Rodrigues Jr. — Vieira da Silva — Antônio Gomes — Gomes da Silva — Valmor Giavarina — Walter Casanova — Paulo Lustosa — Ossian Araripe — Seixas Dória — Raul Ferraz — Hélio Duque — Salvador Julianelli — Celso Barros — Raimundo Asfora — João Gilberto — Sinval Guazzelli — Cristino Côrtes — Mendes Botelho — Santos Filho — Samir Achôa — Jorge Leite — Bonifácio de Andrada — Amadeu Gera — Francisco Amaral — Fernando Bastos — Alcides Lima — Marcondes Pereira — Irája Rodrigues — Moysés Pimentel — Lélío Souza — Albérico Cordeiro — Orlando Bezerra — José Carlos Martinez — Epitácio Bittencourt — Evandro Ayres de Moura — Jaime Câmara — Evaldo Amaral (p/tramitação) — Pau-

lo Melo — Amaral Neto — Nylton Velloso — Rondon Pacheco — Antônio Farias — Geraldo Melo — João Baptista Fagundes — Osvaldo Melo — Tarcísio Burity — Sebastião Curió — Darcy Pozza — Osmar Leitão — Alcides Franciscato — Luiz Antônio Fayet (apoiamen- to) — Leur Lomanto — Alencar Furtado — Miguel Araes — Nelson Morro — Luiz Leal — Sérgio Lomba — Assis Canuto — Carlos Sant'Ana — Anselmo Peraro — Wildy Vianna — João Carlos de Carli — Wilson Falcão — Fernando Magalhães — Arthur Virgílio Neto — Iranildo Pereira — Aroldo Moletta — Emídio Perondi — Pedro Sampaio —* Hélio Manhães — João Hercúlio.

SENADORES: Humberto Lucena — Gastão Müller — Fábio Lucena — Alfredo Campos — José Ignácio — Severo Gomes — Álvaro Dias — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Roberto Saturnino — Marcondes Gadelha — Mário Maia — Moacyr Dalla — Altevir Leal — João Castelo — Martins Filho — Jorge Kalume — Alberto Silva — Passos Pôrto — Raimundo Parente — Eunice Michiles — Almir Pinto — Carlos Lyra.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — De acordo com as indicações das Lideranças, ficam assim, constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 1983

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Carlos Chiarelli, Octávio Cardoso, Jorge Bornhausen, Lenoir Vargas, Jorge Kalume, Gabriel Hermes, Eunice Michiles e os Srs. Deputados Pedro Corrêa, Ossian Araripe, Eurico Ribeiro, Christóvam Chiaradia e Albérico Cordeiro.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Alberto Silva, Fábio Lucena, Hélio Gueiros, Mauro Borges e os Srs. Deputados Jarbas Vasconcelos, Paes da Andrada, João Agripino, Cid Carvalho e Ciro Nogueira.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — O Sr. Deputado Jacques D'Ornellas.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 1983

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Lourival Baptista, Passos Pôrto, Moacyr Dalla, Jorge Kalume, Eunice Michiles, Almir Pinto, Martins Filho e os Srs. Deputados Bayma Júnior, Epitácio Bittencourt, Nelson Costa, Emílio Gallo e Aécio Cunha.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Affonso Camargo, José Fragelli, Hélio Gueiros, Pedro Simon e os Srs. Deputados Fernando Gomes, Manoel Costa, Márcio Macedo, José Carlos Teixeira e Melo Freire.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — O Sr. Deputado Sebastião Nery.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Cada Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Parante as Comissões, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

Os pareceres das Comissões Mistas deverão ser apresentados até o dia 10 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18:47 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nº 68 e 69, de 1983-CN (7ª sessão), e do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1983-CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

Ata da 264ª Sessão Conjunta, em 8 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas.

ÀS 18 HORAS E 47 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Eneas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcellos — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Bocaiúva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Francisco Studart — PTB; JG de Araújo Jorge — PDT; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Samir Achôa — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Onísio Ludovico.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 180 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nos termos do art. 55, § 1º, In Fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às dez horas e trinta minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 68 e 69, de 1983-CN (8ª sessão), e do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1983-CN (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

O Sr. Djalma Bessa (PDS — BA) — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (Pela ordem.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É regimental o requerimento de V. Exª Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre as propostas de emenda à constituição nºs 5, 6, 8 e 20, de 1983, que “dispõe sobre a eleição direta para Presidente e vice-Presidente da República; revoga o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal; estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas e estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos”.

7ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 1983

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Itamar Franco, Pedro Simon, Afonso Camargo e Deputados Dante de Oliveira, Flávio Bierrenbach, Domingos Leonelli, Francisco Amaral e Bocayúva Cunha, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 5, 6, 8 e 20, de 1983, que “Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República; revoga o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal; estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos Membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas e estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Carlos Alberto, Claudionor Roriz, Jorge Kalume, Raimundo Parente, Gabriel Hermes, Lourival Baptista, José Fragelli e Deputados Edison Lobão, Guido Moesh, Rondon Pacheco, Sarney Filho, Ernani Satyro e Ibsen Pinheiro.

Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Fábio Lucena, José Ignácio, Marcelo Miranda, Alberto Silva, Gastão Müller, Mauro Borges, Humberto Lucena, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Nelson Cerneiro e Deputados Marcondes Pereira, Sérgio Cruz, Daso Coimbra, Virgildáso de Sena, Raimundo Leite, João Gilberto, Alberto Goldman, Freitas Nobre, Ulysses Guimarães, Airton Soares, Celso Peçanha, Egídio Ferreira Lima, Hélio Duque, Tidei de Lima, Aurélio Pires, Sérgio Ferrara, Samir Achôa, Paes de Andrade, Artur Virgílio Neto, Pimenta da Veiga, Haroldo Lima, Theodoro Mendes, Jorge Uequed, José Carlos Vasconcelos, Jorge Vianna, Roberto Freire, Epitácio Cafeteira, Sinval Guazzelli, Francisco Dias, Euclides Scalco, Hermes Zaneti e Márcio Braga.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Itamar Franco, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à realização de Palestra pelo Senhor Franco Montoro, Governador do Estado de São Paulo, convidando-o para tomar assento à Mesa.

O Senhor Franco Montoro, durante sua explanação, analisa as eleições diretas como instrumento de participação do povo e uma tradição do País.

Diz, também, que esta matéria é fundamental para devolver o Brasil ao povo brasileiro.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senadores Afonso Camargo, Fábio Lucena, Alberto Silva e Deputados Alberto Goldman, Tidei de Lima, Theodoro Mendes, Haroldo Lima, Samir Achôa, Raimundo Leite e Flávio Bierrenbach.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião é, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO NºS 5, 6, 8 e 20, DE 1983, QUE "DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA; REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 148 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ESTABELECE O SISTEMA PROPORCIONAL PARA A ELEIÇÃO DA TOTALIDADE DOS MEMBROS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS E ESTABELECE QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA SERÁ ELEITO, EM PLEITO DIRETO, PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS VOTOS VÁLIDOS", REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1983, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, INTEGRAL DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR ITAMAR FRANCO.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Convido os nobres Líderes Humberto Lucena e Freitas Nobre para tomarem parte conosco nos trabalhos da Mesa.

É com satisfação que passamos a palavra ao Governador de São Paulo, Franco Montoro.

O SR. GOVERNADOR (Franco Montoro) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, jornalistas presentes, minhas Senhoras e meus Senhores:

É com a maior satisfação que compareço a esta Comissão Mista do Congresso Nacional, para trazer o meu depoimento sobre um conjunto de emendas, apresentadas por parlamentares de ambas as Casas do Congresso, voltadas todas para o problema das eleições diretas à Presidência da República. Desejo congratular-me com todos aqueles que estão contribuindo para manter aceso esse debate das eleições diretas. Esta é, sem dúvida, a grande luta do povo brasileiro. Depois de um Regime Autoritário, o mais longo de toda a nossa História, é necessário prosseguir no processo democrático e dar mais alguns passos na linha da devolução ao povo brasileiro do direito de decidir sobre seus próprios destinos.

As eleições diretas constituem o grande instrumento de participação do povo. É a forma pela qual o povo brasileiro pode passar da posição de uma passividade tutelada para a de uma participação responsável. E se esta tese é válida de uma forma geral ele é, particularmente, oportuna no momento presente, e no momento histórico em que vivemos. Em primeiro lugar, eu lembro que o Movimento de 1964 teve este como um dos seus objetivos fundamentais. Houve uma violação sucessiva, um afastamento de um propósito declarado que era o de respeitar a manifestação do povo brasileiro. Houve uma série de incidente, protelações, mas se reiniciou o processo, que não pode ficar agora em meio. Um dos passos decisivos para a retomada do direito que o povo tem de escolher os seus dirigentes foi marcado pela luta pelas eleições de governadores. A este propósito, escrevi um livro intitulado: *A luta pelas eleições diretas*. Nele, relatei inúmeros episódios de uma batalha, que muitos consideravam lúrica, impossível. Mas eu penso que a lembrança da luta pelas eleições diretas para governadores é bem um exemplo do que está sendo, do que pode ser, principalmente pelos seus resultados, a luta pelas eleições dire-

tas para Presidente da República. Parecia a muitos que a emenda era impossível, não tinha o apoio dos detentores do Poder. Mas, a verdade social não é estática, ela é dinâmica, e a emenda que tinha sido da Oposição, depois de duas ou três derrotas em votações feitas em plenário, acabou por ser objeto de uma emenda proposta pelo próprio Governo.

É evidente, para aqueles que conheceram as circunstâncias, que essa decisão não correspondeu a uma vontade espontânea dos detentores do Poder. Ela decorreu de uma luta de toda a sociedade civil, de uma pressão que atingiu os próprios setores do Governo, como acontece, agora, com as eleições diretas para a Presidência da República.

O lugar para a decisão dessa matéria é o Congresso Nacional. E lembro a declaração do Comandante do III Exército, que numa declaração de ampla repercussão nacional, há alguns meses, declarava que, se o Congresso Nacional decidir pelas eleições, as Forças Armadas acatarão, respeitarão essa decisão. Este é um assunto do Congresso Nacional — e acho importante que o Congresso se reúna, debata e mostre a sua posição. Para esta posição e para uma solução desse problema contribui, hoje, poderosamente, em primeiro lugar, a grave crise que o País atravessa, a mais grave da sua História. A crise de 1930, na apreciação de todos aqueles que a viveram de perto e reportaram o que ali aconteceu, ela foi, na sua significação, de menor gravidade do que a crise atual, quer em relação à dívida externa, quer em relação à inflação, quer em relação à dependência em que o nosso País encontra-se, quer também em relação ao problema social e seus agravamentos. Ora, esta crise não nasceu espontaneamente, ela tem a sua explicação. Está ligada, e de forma cada vez mais clara, a um modelo econômico centralizador, autoritário, que marginaliza os setores da sociedade civil, aquilo que antes era uma tese sustentada por alguns, hoje é o reconhecimento de todos: Oposição, setores do Governo, setores da sociedade civil, que manifestam a sua inconformidade pela forma de decisão que se toma no Brasil, à portas fechadas em que a Nação é surpreendida com decisões tomadas secretamente e sem nenhum conhecimento, consulta, ou participação dos grandes setores da nossa sociedade.

Tudo isto leva a uma situação de inquietação. E, por isso, é importante lembrar que, quem fracassou, não foi o Brasil, foi o modelo centralizador, autoritário, dependente que nos foi imposto, e que hoje se apresenta com essa ausência de participação, com a falta de credibilidade. Setores mais tradicionalmente ligados ao Governo, afirmam, hoje, que o grande problema é a falta de confiança e credibilidade, principalmente a necessidade de alternativas, que hajam outros caminhos. Se esta crise, que está ligada a este modelo centralizador, autoritário, a solução está à vista. A forma de corrigir esses desvios é devolver ao povo brasileiro o direito de escolher o seu Presidente e fazer com que a direção do Brasil passe a ser exercida por um processo em que a Nação seja ouvida.

São necessárias eleições diretas para uma nova economia. Na medida em que o processo se mantiver e as pessoas continuarem, teremos remendos no modelo proposto, a continuidade da mesma linha. E esta estará, comprovadamente, produzindo resultados contrários ao interesse da Nação brasileira.

Ao lado desta razão que me parece fundamental, e eu poderia sintetizar numa expressão — eleições diretas para uma nova economia — além desta razão que é hoje, a meu ver, a mais importante, a mais urgente, a mais premente, aquela que o povo sente mais diretamente, há uma razão paralela, que é preciso com uma objetividade denunciar. trata-se da ilegitimidade do chamado Colégio Eleitoral. Esse Colégio Eleitoral é ilegítimo por várias razões. A primeira, é que se trata de um Colégio preparado, organizado também de forma centralizada, autoritária, através de decreto-lei imposto à Nação. Colégio

que não representa objetivamente aquilo que diz representar. Os estados estão aí colocados, na parte da representação dos Estados, e há uma evidente falta de objetividade ao afirmar-se no art. 74, § 2º da Constituição:

Art. 74.

§ 2º Cada assembléia legislativa terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário dentre os seus membros."

Isto faz com que a delegação que representa o povo de Minas Gerais ou de São Paulo, Estados que têm uma população de milhões de eleitores, tenha uma representação igual ao que tem um pequeno estado de cinquenta ou cem mil eleitores.

Já na sua estrutura há uma inautenticidade. Mas, o que é mais grave, é que depois de instituído esse conselho houve eleições e nessas eleições o partido que nesse conselho detém a maioria foi derrotado por uma diferença de milhões de votos — sete ou oito milhões de votos. Esse colégio não representa o povo brasileiro.

Montesquieu dizia na primeira frase do seu famoso livro "Espírito das Leis" que as normas de convivência social são relações que decorrem da natureza das coisas. É evidente que esse colégio contraria a natureza das coisas. Ele é artificial, falso. Daí decorrerá uma solução também falsa.

Vi recentemente um artigo intitulado, "A caducidade do Colégio Eleitoral" em que o autor dizia que o conteúdo representativo do PDS, refletido nas eleições de 1982 foi esvaziado, "A próxima convenção do PDS que indicará o candidato oficial à Presidência da República — dizia o parlamentar do PDS — deixará de exprimir o pensamento das correntes dissidentes que representam cerca de cinco milhões de eleitores do próprio PDS". Então, vê-se como esse colégio passa a ter uma significação menor

Lembro também as considerações feitas por Hélio Jaguaribe nas quais ele mostra como houve dentro do PDS uma modificação de tal forma que, hoje, pode-se encontrar diversas posições ali dentro. Hélio Jaguaribe chama uma de: posição histórica, daqueles que apoiaram o Movimento de 1964; outra a que ele chama de fisiológicos, aqueles que se aproveitam das posições do Governo para as suas ambições pessoais, suas jogadas e, o terceiro, daqueles que entraram para a legenda, tentando trabalhar dentro do PDS por uma restauração democrática. E diz ele; "tudo indica que a luta se travará entre uma espécie de solução autoritária ou solução fisiológica. É um escândalo diante dos olhos da Nação e que nos levará a uma solução ilegítima na sua origem e até desmoralizada no seu processo".

E pode-se imaginar as consequências de um Governo assim fraco para a solução da crise nacional, que apresenta a gravidade excepcional a que nos referimos.

Eu aponte as razões negativas. As positivas são mais evidentes e correspondem ao sentimento de todos aqueles que refletem sobre o problema político, sobre a realidade social, sobre os problemas econômicos do País.

Uma primeira razão, evidente, simples, em favor das eleições diretas no Brasil hoje, porque pode se falar em eleição direta ou indireta como existem em outros países. Mas seja qual for o sistema utilizado, democracia é sempre o Governo da maioria. E, no Brasil, um eleitorado de cinquenta e seis milhões, é evidente que só pode se expressar pelo voto direto. Está ofendendo a verdade aquele que acha que a maioria manifestar-se-á através desse colégio eleitoral organizado, pré-organizado e sujeito hoje a estas contingências a que me referi.

Outro aspecto que me parece importante, e aí vai um depoimento, é que as nossas soluções do Brasil, em grande parte e hoje principalmente, vem sendo trazida de fora para dentro. O que tem marcado o nosso modelo econômico é uma cópia do que vem de fora. Olha-se para fora para trazer para o Brasil. Está-se adotando

tentou-se impor ao País um tipo de desenvolvimento das grandes cidades, de nações industrializadas. E hoje não é apenas a vontade ou a imitação, ou influências indiretas, são decisões que estão a depender da anuência, da decisão de órgãos que estão fora do País. E é evidente, que essas soluções que representam uma forma de colonialismo, não correspondem a nossa realidade. É importante soluções brasileiras para o Brasil, daí a importância de se conhecer a nossa realidade. E uma campanha para a Presidência da República, como qualquer outra eleição direta, na sua própria natureza, pelo seu próprio dinamismo, leva o candidato a um contato permanente com a população, a conhecer os problemas, a sentir a realidade, as verdadeiras realidades. Quero citar um exemplo da minha campanha que, hoje, até me surpreende: durante a campanha, aqueles que tiveram a oportunidade de participar dela, que é a parte de companheiros presentes, e até alguns que não são de São Paulo, mas que assistiram, como o nosso companheiro Teotônio Vilela, que nos acompanhou em algumas caminhadas. Durante a campanha eu ia sempre perguntando, à cada região que chegávamos: quais são os problemas que vocês têm aqui? E numa das pequenas cidades do interior de São Paulo quando fiz a pergunta ao Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ele, com uma certa teatralidade disse-me: Senador, ou Governador, porque o senhor já é quase Governador, tome nota. Peguei o lápis para tomar nota. O senhor quer saber os três maiores problemas? Primeiro, desemprego; segundo, desemprego; terceiro, desemprego. Ele estava dando ênfase a um problema que não era muito sentido. E, a partir deste momento, encontrei a mesma questão colocada em outros locais. Eu havia colocado na minha campanha binômio: a descentralização e a participação da comunidade. A partir deste momento, acrescentei um terceiro termo, um trinômio: geração de empregos, meios de gerar empregos. Lembrou-me que nas reuniões de estudos os nossos economistas, os nossos sociólogos, os nossos cientistas políticos diziam que descentralização e participação, são coisas complementares. Mas essa tal de geração de emprego não se coaduna, não era, teoricamente, uma forma fácil de colocar diante das outras realidades. E, afinal, ela prevaleceu, porque a população mostrava este fato. E naquela ocasião, estranhava-se a insistência. Pois bem, hoje todas as pesquisas de opinião pública feitas em São Paulo e no Brasil e todos os depoimentos dos estudiosos, dos economistas, dos comerciantes, dos industriais, dos agricultores, dos sindicatos apontam esse o grande problema do Brasil. A campanha tem essa importância, ela é insubstituível, ela força o contato do candidato com o eleitor. Do futuro governo com a população, e força a inversão do processo, a tomada de decisões a partir dos problemas reais, e não das idéias, das soluções que nos vem de fora.

Para não alongar essa exposição, pois teremos, seguramente, o debate a seguir. Trata-se de um fato importante que não se deve esquecer. Esta é a tradição brasileira. Por eleição direta foram eleitos e escolhidos os Presidentes da República que fizeram este País. Nós estamos sofrendo uma interrupção violenta, e é preciso caracterizar esse aspecto de violência, porque a Nação deseja. Não há dúvida que a maioria maciça do Congresso Nacional, dos Deputados, dos Senadores é favorável à eleição direta. Falar que não é oportuno... Mas, quando então? Por isso eu iniciei essa minha exposição, lembrando que este é o regime autoritário mais longo da nossa História. Nunca foi tão tarde.

E, finalmente, as pesquisas de opinião pública feitas em todas as regiões do País, mostram que o povo na sua sensibilidade sente e quer participar da escolha do Presidente da República. A essas razões todas, não trago inovações, trago as reflexões de quem vive a vida política brasileira, desde vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, e, agora, governador. Não tenho dúvida nenhuma de que apesar das aparências de que este

problema seria de interesse limitado, este é o tema fundamental, o caminho fundamental para devolver o Brasil ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, neste momento quero concluir a minha exposição, rendendo uma homenagem a todos aqueles que vejo neste plenário, que dedicaram a sua atividade no seu Estado e na Nação à luta por esta retomada da democracia brasileira. Mas me permito prestar uma homenagem ao homem que está dando a sua vida a esta luta: ao Senador Teotônio Vilela, aqui presente. (Palmas prolongadas.) Sou testemunha dos esforços, dos sacrifícios, da perseverança com que ele tem sustentado esta luta que nós não podemos deixar venha a ser interrompida.

Agradeço aos Srs. Congressistas, ao Presidente Itamar Franco, velho companheiro de lutas — é com saudade que lembro das lutas que, nesta direção, travamos em várias batalhas memoráveis dentro do Senado da República, a várias causas. Mas esta das eleições diretas é a causa das causas que interessa ao povo de nossa terra. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Antes de iniciarmos os nossos debates, solicito a palavra, do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES — Sr. Presidente Itamar Franco, quero mais uma vez elogiar, porque foi uma decisão corajosa, como é da característica da sua personalidade, estabelecer esse sistema de nos grandes projetos haver a possibilidade de debates, e trazer aqui personalidades sem **parti pris** de todos os Partidos. V. Exª estabeleceu, conseguiu estabelecer com a sua autoridade de Presidente este começo, que eu espero que seja uma tradição. Foi um grande serviço prestado aos grandes projetos que vêm a esta Casa, porque o Congresso precisa ser o foro dos debates políticos. E sobre a eleição direta vieram aqui grandes personalidades, grandes lideranças nacionais, muitas delas sugeridas por V. Exª. Desde o começo V. Exª havia sugerido, juntamente com outros companheiros, que o Governo Franco Montoro aqui viesse para trazer o seu depoimento. Em segundo lugar, eu quero agradecer ao Governador que, de pronto, sem qualquer hesitação, por telefone quando eu fiz o convite, aceitou vir aqui conversar com os representantes de todos os Partidos, a respeito desse assunto vital, fundamental, qual seja a eleição direta. Finalmente, Governador, ao agradecer a sua exposição — que caracteriza a personalidade de V. Exª — exposição transparente, clara, nítida, sem equívocos, sem palavras semânticas de sentido duplo. Essa é a tradição de V. Exª, nesta Casa, sempre manteve e aquela que está mantendo no Governo de São Paulo. Finalmente, invoco até o testemunho de V. Exª que na sua memorável campanha de cinco milhões e quinhentos mil votos, em São Paulo, para Governador, que reciclou, redirecionou, ou mudou o início da campanha por sugestões vindas dos contactos com multitudes, com as lideranças sindicais. V. Exª dizia no jantar que estivemos há três dias, que, em certa cidade do interior, perguntando a um trabalhador qual era o problema mais importante a ser resolvido teve como resposta: o primeiro, desemprego; o segundo, desemprego; e o terceiro, desemprego. Acho importantíssimo o que V. Exª disse sobre a eleição direta, ou qualquer eleição. O fato não é só no dia da eleição votar no Joaquim ou no Pedro. O fato é a sociedade fixar as suas prioridades através de suas preferências. Trazer um grande debate na sociedade, através do Rádio, da Televisão, nos comícios, onde os problemas são levantados, porque a sociedade é o povo. São os trabalhadores que devem dizer qual é a hierarquia das suas necessidades. Isso é a campanha que é muito mais importante do que o ato formal da votação no dia da eleição. Foi em boa hora que o nosso companheiro Dante de Oliveira — que é uma revelação da nos-

sa política jovem, aqui, eu saúdo os jovens que compõem a maioria da nossa bancada — apresentou a sua emenda possibilitando debates memoráveis como esse, que V. Exª como Governador acaba de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Mais uma vez, queremos agradecer as palavras do Deputado Ulysses Guimarães, meu caro Presidente.

Caro Governador Franco Montoro, que eu não preciso dizer da nossa alegria de tê-lo aqui conosco aqui nesta Comissão. Mal eu chegava ao Senado da República, em 1975, e ainda outro dia eu recordava, Senador Franco Montoro, a campanha memorável de 1974, que teve em V. Exª um dos expoentes que permitiu realmente que 1974, dezesseis Senadores reforçassem a bancada do nosso então MDB. E apesar de tudo, Governador Franco Montoro, apesar, às vezes, dos desalentos, das tristezas, nós ainda continuamos acreditando no Congresso Nacional. Acreditamos que esta Comissão, realmente é uma Comissão do grande debate nacional e é por isso que a presença de V. Exª traz um alento, um alento novo, para que um dia, realmente, o Brasil possa encontrar no seu estágio democrático, aquele estágio democrático que todos nós acreditamos: do princípio de direito, e no respeito à lei.

Vamos iniciar, então, os nossos debates. O primeiro escrito é o Senador Affonso Camargo a quem concedo a palavra.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Governador Franco Montoro, quero, em primeiro lugar, externar a V. Exª o meu respeito e admiração, aquele respeito e admiração que sempre lhe dediquei, durante todos esses anos. V. Exª sempre foi um político honesto e bem intencionado, e continua sendo um Governador honesto e bem intencionado. Falou V. Exª na sua explanação com relação ao problema que, realmente, quem sabe, é o mais grave do País, no momento, que é a falta de credibilidade. A semana passada, da tribuna do Senado, dizíamos que o País sofre de uma doença das três faltas: falta de competência dos tecnocratas responsáveis pela equipe econômica; falta de confiança e credibilidade do povo no Governo, em decorrência dessa incompetência. E fazíamos uma autocritica, de uma certa falta de objetividade dos políticos em não ter encontrado, até agora, um campo comum, com objetivos concretos, para se unirem, para resolverem os problemas do País. E, hoje, colocaria uma quarta falta que, também, faz parte da doença brasileira: a falta de responsabilidade dos chefes de Estado que não demitem Ministros incompetentes. E tudo isso eu digo, porque sinto que no regime presidencialista há, realmente, uma certa dificuldade, um certo constrangimento, em se demitir Ministros. E por isso é que sempre me coloquei a favor do Regime Parlamentar de Governo. Reconheço, por outro lado, que é tradição histórica brasileira a eleição direta do Presidente da República. Acredito mesmo que nesta conjuntura o Brasil está precisando de um Presidente com respaldo popular. Eu perguntaria como V. Exª analisaria uma proposta que se conciliasse a eleição direta a Presidência da República, com o Regime Parlamentar de Governo, como acontece na França e outros países europeus?

O SR. FRANCO MONTORO — A pergunta envolve, evidentemente, uma alta indagação para uma resposta mais ampla e fundamentada. Mas, me parece que a colocação do Senador Affonso Camargo é rigorosamente correta. Nós, do Brasil, precisamos encontrar formulas adequadas à nossa realidade. E há dois pontos que devem ser respeitados numa legislação sobre esta matéria, ligada à ordem constitucional. Uma é a escolha democrática do Presidente da República. O Presidente deve ser escolhido pelo povo brasileiro. Fora daí não há

democracia. A segunda, a que V. Ex^a se refere, é a participação do Congresso Nacional, do Parlamento, na eventual substituição dos Ministros de Estados. Acho as duas perfeitamente compatíveis e acredito que as duas devem ser defendidas. Porque o Congresso representa de uma forma mais ampla o pensamento nacional, é uma representação mais ampla e, portanto, com melhores condições de realizar a sua função fiscalizadora. O companheiro e nosso Presidente Ulysses Guimarães, a quem não fiz uma referência especial pelo óbvio que ele tem representado nosso comandante em todas essas campanhas, ele se referia à importância de reuniões como esta, porque dão ao Congresso, o relevo à função de fórum nacional, de lugar de debate. E a função representativa que o Congresso tem. O Congresso tem a função legislativa, essa função representativa da vontade popular. É normal que ele participe também, pelo seu debate, pela sua crítica, na seleção, na modificação do Governo. As formas dadas a esta participação, são diferenciadas. A Alemanha encontrou para corrigir as quedas contínuas de gabinetes a fórmula de que não se depõe um Ministro ou um Gabinete isoladamente. Pode-se votar pela sua substituição por um outro, o que elimina uma série de jogadas que geraram, num passado recente na França e, hoje, até certo ponto, esta crítica é feita ao regime italiano, a queda contínua de gabinetes. É preciso estabelecer que não se pode derrubar simplesmente o Ministério ou um Ministro mas é necessário que haja um consenso em relação ao seu substituto. Esta situação impede o vácuo a insegurança.

Dou algumas sugestões em relação à tese de V. Ex^a que me parece perfeitamente válida, eu não tenho, evidentemente, no momento, e estou vendo que V. Ex^a também não chegou a esse ponto de elaboração, uma norma que assegure esses dois grandes valores: a escolha do Presidente pelo povo brasileiro e a participação do Congresso na modificação, numa fiscalização mais efetiva e até com importância decisiva na eventual queda ou substituição do Ministério ou de um Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Affonso Camargo, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Estou satisfeito. A minha reflexão vem de um dado muito prático. Temos absoluta certeza de que hoje tivéssemos um modelo brasileiro de Regime Parlamentar o Sr. Delfim Netto não seria mais Ministro do Planejamento.

O SR. FRANCO MONTORO — Ninguém tem dúvida, disso.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, prezado Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, Srs. Líderes, Srs. Congressistas, emine o Governador Franco Montoro:

Dispensável dizer da longa admiração que tenho por V. Ex^a. Alguns fatos me marcaram profundamente em relação a sua vida pública. Um deles foi quando num comércio na cidade de Manaus, eu vereador na minha cidade, denominei V. Ex^a de Senador dos Trabalhadores; segundo V. Ex^a compunha a equipe dos sete Senadores que se opunham aos cinquenta e nove da ARENA, em 1971, com um artigo de jornal que tive a ousadia de escrever, retratando a figura de V. Ex^a.

Sr. Governador eu me preendo a uma afirmativa de V. Ex^a para lhe formular a minha questão e a uma afirmação do Presidente Ulysses Guimarães.

Disse V. Ex^a que com a eleição direta para Presidente da República, o povo pode passar de uma passividade tutelada para uma participação responsável e disse o Presidente Ulysses Guimarães que a campanha eleitoral

que fizemos consistiu essencialmente em fazer com que a sociedade fixasse as suas prioridades, através das suas preferências.

Pois bem, Governador Franco Montoro, na campanha eleitoral o PMDB pregou insistentemente o seu programa de ação. E nesse programa, no item; O PMDB e o Sistema de Poder, inciso II, está escrito:

2 Nesse sentido, o PMDB defende o regime representativo da soberania popular, em que todas as autoridades — Presidente da República, Governadores, Prefeitos de todas as cidades brasileiras, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores — emanem do sufrágio livre, direto e secreto de todos os cidadãos, inclusive analfabetos.

A questão que lhe quero colocar, Governador Franco Montoro, é precisamente dentro do programa partidário a que pertence V. Ex^a e do qual foi um dos autores.

O Partido defendeu na campanha a eleição direta para Presidente da República. Hoje, uma forte corrente partidária advoga a idéia do consenso para a eleição indireta do Presidente da República. Governador Franco Montoro, consenso, salvo inaprendizagem do vernáculo, equivale à conciliação.

Pergunto, em primeiro lugar, se V. Ex^a estaria disposto a conciliar com os destruidores da vida nacional, com os depredadores da Nação, fazendo com eles composição para eleição do Presidente da República, por eleição indireta?

Esta a primeira colocação.

A segunda, Governador Franco Montoro, é a seguinte. O Governo, o Regime, sempre esteve disposto a dizer não aos partidos de oposição. Faltava a prova provada e o Partido quis pagar para ver. Pagou e viu. Hoje, os jornais publicam um candente não do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ao Presidente Ulysses Guimarães do PMDB, ao Presidente do PP, ao Líder do PDT, em síntese, aos Partidos oposicionistas, que tiveram a delicadeza de procurar um Ministro de Estado, para discutir a debater com ele, e reivindicar questão da maior importância para a normalização da vida democrática do nosso País, como se fosse a readmissão, não de trezentos trabalhadores exonerados do setor metalúrgico, mas o fim da repressão aos trabalhadores por motivo de greve.

Diante desse não de um sistema, através do Ministro do Trabalho, eu reformularia a primeira questão: V. Ex^a estaria disposto a subir a rampa do Palácio do Planalto para receber um não, não de um Ministro, mas do próprio Presidente da República, acompanhado da cúpula da Direção Partidária?

São as duas questões que coloco a V. Ex^a

O SR. FRANCO MONTORO — Procurarei ser breve na resposta, para possibilitar o debate que me parece da maior importância.

Em primeiro lugar, a respeito do consenso de trocarmos as eleições diretas por um entendimento, afasto inteiramente esta possibilidade. A nossa luta tem que ser pelas eleições diretas. (Muito bem! Palmas.)

Acho que não é apenas uma questão do programa do Partido, mas as circunstâncias estão a indicar que a gravidade dos problemas, a incapacidade do Governo, a divisão do próprio Governo, a ilegitimidade deste conselho eleitoral e o grau de consciência cada vez maior da população.

Fui convidado, recentemente, por duas ou três entidades como, por exemplo, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, chamando a si a realização desta campanha pelas eleições diretas em todos os pontos do Território Nacional, porque a Ordem dos Advogados do Brasil, pelos seus conselhos regionais, sub-regionais e locais, estará fazendo a pregação da idéia. A Associação Brasileira de Imprensa, reafirma o seu propósito de colaborar nesta matéria. E são os setores ou

vozes de quase todos os ambientes a nos lembrar que esta é a saída, verdadeira, e devemos lutar por ela. Pessoalmente, tenho adotado a seguinte posição: não examino as outras alternativas, porque isso enfraquece, a meu ver, a luta pelas eleições diretas, (palmas.) o que não significa fugir à realidade. Vamos lutar pelas nossas posições. E da nossa luta, da nossa perseverança, eu acho que poderá depender aquele complemento necessário para que isso se transforme em realidade, porque diante do caos, da dificuldade, esta é uma saída que interessa ao povo brasileiro, que corresponde à nossa História. E como eu disse, pelas razões que acabo de expor, é uma solução adequada para a crise. E, digo mais, se ficar clara a idéia de que a eleição será direta, o próprio Governo, o próprio Partido do Governo, começará a tomar as suas deliberações em outro sentido, olhando mais o povo que está embaixo, e menos nos grandes setores os quais estamos dependendo nessa série de transações infelizes para a nossa História.

Quanto à ida do nosso Presidente Ulysses Guimarães e outros para levar uma reivindicação ao Ministro do Trabalho, eu quero dizer que acho que eles fizeram bem; levaram uma reivindicação e forçaram uma resposta. Não ficou ambígua a situação. Todas as vezes que tivermos um recado a levar, não devemos ter nenhum receio; o nosso critério deve ser o interesse público e a fidelidade aos nossos pontos de vista. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Fábio Lucena, eu pediria, apenas, para fazer uma pequena interrupção a fim de convidar o Líder do PTB, Deputado Celso Peçanha, para que fizesse parte da Mesa. (Palmas.) Continua com a palavra S. Ex^a o Senador Fábio Lucena.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Governador Franco Montoro, V. Ex^a não poderia, de fato, decepcionar ao repudiar, como repudiou, a tese do consenso, porque o consenso, a conciliação, é uma traição ao Programa do Partido. Qual a sugestão que V. Ex^a daria à direção maior do Partido, para deter os defraudadores, os standardizadores da tese do consenso, porque, em repudiando-a, V. Ex^a reconhece que ela não convém ao Partido e nem à sociedade. Então, que sugestão daria à direção maior do Partido, para que os consensualistas fossem reincorporados à realidade, à fidelidade e à legitimidade do Programa do PMDB? É a última formulação que coloco a V. Ex^a

O SR. FRANCO MONTORO — Quero dizer, em primeiro lugar, que é importante que se afirme o seguinte dentro do PMDB há uma unanimidade na luta pelas eleições diretas. Tivemos uma reunião com os nove governadores, aqui em Brasília, e expressamente todos se afirmaram defensores e lutadores pelas eleições diretas. A divergência surge no seguinte: na hipótese de não haver eleição direta, qual a posição que o Partido tomará? Pessoalmente, me recuso a examinar as outras hipóteses, porque acho que elas, de certa forma, enfraquecem a luta, se as admitirmos como hipóteses. Mas não posso recusar a companheiros — esse é um Partido democrático — o direito de imaginarem o que acontecerá na hipótese de não haver eleições diretas.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Convidaria o Líder do PT, Deputado Airton Soares, para que participasse conosco dos trabalhos. (Palmas.)

Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Sr. Presidente Pedro Simon, que ora assume a Presidência, companheiro Governador Franco Montoro, ilustres Deputados e Senadores. É muito claro a todos nós a ilegitimidade deste

colégio eleitoral. Existem até em países democráticos colégios eleitorais que têm representatividade, que estão inseridos em uma constituição que tem legitimidade. A ilegitimidade do colégio não é uma ilegitimidade isolada de um colégio eleitoral, é a ilegitimidade do regime. No regime ilegítimo, ainda ditatorial, autoritário, em que vivemos, o colégio eleitoral indireto é um dos itens dessa soma de instituições ilegítimas. Nem colégio eleitoral, na verdade, nós temos. Nunca o colégio eleitoral neste País, elegeu um Presidente da República, ele apenas formalizou escolhas já feitas. Vamos deixar isso claro: não existe colégio eleitoral e não existe eleição indireta, isso é uma farsa.

Gostaria de me reportar um pouco a própria História do Brasil, e V. Exª, Governador, que viveu várias fases dessa História, podia fazer-nos um paralelismo entre as fases nas quais tivemos eleições diretas, em Constituições — das quais, muitas vezes, divergíamos mas que, sem dúvida, tinham certo grau de legitimidade; e o processo pós 64, onde a Constituição deixou de existir, como não existe até hoje, e, portanto, com instituições ilegítimas.

Naquela época, a partir da II Guerra Mundial, elegeu-se por eleições diretas Dutra, Getúlio, Juscelino, Jânio, substituído por Jango, através de processos constitucionais, e num processo de eleição que mobilizou o povo brasileiro, que provocou debates dos diversos temas, das questões do desenvolvimento econômico, do crescimento do País, da sua dependência, do seu futuro. Comparando esses períodos de eleições diretas com o período pós 64 em que não havia eleições indiretas, mas, simplesmente, onde não há eleições para Presidente da República, que foram as escolhas de Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo, por processos absolutamente espúrios, sem relação nenhuma com a vontade popular. E, comparando com os dias de hoje, inclusive, onde, dentro do Partido majoritário, o Partido do Governo, PDS, se discutem candidaturas, se discutem nomes sem, em nenhum momento, se colocar perante a opinião pública, e o povo brasileiro qualquer perspectiva de futuro, qualquer programa, qualquer estratégia de desenvolvimento. O que nós sabemos é que a disputa se dá em termos os mais dramáticos, os mais estranhos, os mais sérios, sem haver nenhuma preocupação com o futuro deste País. Estão aí as candidaturas dos Srs. Malluf, Andreazza, Aureliano, e discutindo em torno do quê? De que programa, de qual colocação? E que futuro para esse País? Qual é a campanha que fazem esses homens? Onde é que está a participação do povo brasileiro nisso?

Seria interessante que V. Exª, Governador, pudesse fazer um paralelo entre a época em que o povo participava do processo eleitoral para a escolha de seu Presidente, e os nossos dias, os dias modernos deste País, os dias do autoritarismo, onde o povo não tem nenhuma participação nas decisões que são fundamentais sobre o seu futuro, que é a escolha do Presidente da República.

Sobre este paralelismo, V. Exª que viveu este período, as duas fases, poderia dar-nos o seu depoimento?

O SR. GOVERNADOR (Franco Montoro) — Companheiro Alberto Goldman, pede-me uma tarefa praticamente impossível, que é a de fazer uma análise do momento, desses dois períodos que S. Exª caracterizou muito bem. A melhor exposição que se poderia fazer já foi feita por S. Exª.

Mas gostaria, sintetizando aquilo que vejo nos dois processos tão bem caracterizado por S. Exª, sem poder atendê-lo na particularização histórica, porque nos levaria a examinar caso por caso e, talvez, sacrificar outros inscritos que querem participar do debate também, receber o seu aparte como uma grande contribuição.

O essencial S. Exª já disse e eu acrescentaria um dado: qual a diferença. Numa eleição direta como aquela que tivemos, com suas imperfeições, com suas limitações, o que se procurava saber era o pensamento do povo, o que

é que pensa, o que quer o povo do Nordeste? O que quer o povo da Amazônia, o que quer o povo das regiões Sul, Centro-Sul? O processo, devido à própria natureza da campanha, é ouvir os problemas, conhecer as soluções dos problemas de cada um dos segmentos que integram a sociedade brasileira.

Nas chamadas eleições indiretas, que melhor chamaríamos escolha direta, o que se procura, o que os candidatos procuram é, evidentemente, agradar à pessoa que vai escolher; atender as intenções, e interesses dos grupos que poderão influir para a sua designação pela cúpula. Em lugar de se olhar no fundo, esta é a diferença, a meu ver fundamental, em lugar de olhar o interesse do povo que está embaixo, procura-se atender e corresponder aos interesses daqueles que mantêm o sistema de poder.

Basta isso para mostrar que a quebra da continuidade, a substituição desse modelo, que está sacrificando o País, exige um novo modelo.

Agradeço ao Deputado Alberto Goldman pela magnífica luz que trouxe ao problema com esta focalização.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Apenas para complementar rapidamente, gostaria apenas de fazer mais uma pergunta ao Sr. Governador. Se V. Exª entende que a questão não é apenas do processo eleitoral, mas a questão é do conjunto de instituições, se junto com essa luta pelas eleições diretas, não nos cabe claramente colocar a luta por uma Constituinte livre e democrática, para que, efetivamente, o processo de eleições diretas e o conjunto de instituições que regem este País possam ser consideradas representativas e tenham efetiva legitimidade?

O SR. GOVERNADOR (Franco Montoro) — Não há dúvida — e V. Exª já havia colocado isso de início ao dizer que a ilegitimidade do colégio eleitoral é, apenas, um ponto de uma ilegitimidade maior.

Focalizei a do colégio eleitoral porque este é um assunto que nos interessa e aqui, além da ilegitimidade da origem existe a ilegitimidade do próprio processo.

Para acentuar a necessidade de uma assembleia constituinte que modifique a nossa Constituição, e ela só pode ser modificada pelo povo, através dos seus representantes, basta ler a Constituição, o que ela tem de contraditório. Basta ler a sua introdução e o art. 1º: a introdução diz “— Nós, os Ministros das Forças Armadas, usando dos poderes tais e tais, baixamos a seguinte emenda Constitucional.

Art. 1º, § 1º Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Basta essa contradição para que nos vejamos, até por uma questão de seriedade e respeito a nós mesmos, a necessidade de fazermos algo que corresponda àquilo que dizemos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — O Nobre Deputado Alberto Goldman continua com a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Com a palavra o nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA — Sr. Presidente desta Comissão em exercício, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, Líderes, Sr. Governador Franco Montoro, Parlamentares, Companheiros:

É, sem dúvida nenhuma, importante a presença de um Governador do Estado como V. Exª que, ao longo de sua vida pública, galgou todos esses postos através de eleições diretas e proporcionais.

Mas, Sr. Governador, já se disse muito a respeito da farsa que representam as eleições indiretas e o colégio eleitoral. Obviamente, colégio este composto através

quase de um programa de Estado Maior, ou, quem sabe, essa composição que foi feita com o desequilíbrio do voto sulista em favor do voto nordestino, quem sabe essa compensação de seis vezes por que o voto do nordestino hoje vale seis vezes o voto de um paulista, por exemplo, quem sabe para compensar a fome que o modelo econômico, implantado após 1964 impôs não só ao Nordeste, mas a toda a Nação, mas particularmente ao Nordeste.

Sem dúvida nenhuma esse colégio eleitoral facilmente manipulável através de favores, compensações, é alguma coisa necessária de que seja combatido e de que volte, outra vez, o direito ao povo brasileiro de escolher seus dirigentes.

Nas campanhas políticas do último 15 de novembro, os candidatos ao Governo do Estado, e tivemos a oportunidade de testemunhar junto a V. Exª a forma como abordava este problema nos palanques e sentimos, não só pela votação de mais de cinco milhões de votos, mas pelo que se conversava, pelo que se ouvia do eleitor comum, da mesma forma que V. Exª ouviu a sugestão feita por aquele trabalhador humilde, de que os três grandes problemas do momento eram: o desemprego, o desemprego e o desemprego.

Nós também ouvíamos, e ouvimos ainda hoje, que os Governadores, principalmente e particularmente os de Oposição, deveriam fazer dos seus Governos verdadeiras trincheiras na luta democrática pelo restabelecimento das eleições diretas na Nação.

Perguntaria, então, Governador Franco Montoro, o que pode um Governador de Oposição, o que pode o Governo democrático de São Paulo fazer de concreto, na luta pelas eleições diretas para a Presidência da República? Obviamente, como disse V. Exª — e bem o disse — é da responsabilidade, é da competência do Congresso Nacional, mas, sem dúvida nenhuma, os Governos de Estado representam um poder que tem condição de influir nessa luta das eleições diretas. O Governo Federal usou o seu Poder Executivo para compor esse colégio eleitoral, que só foi composto através da imposição, da intervenção do Poder Executivo Federal. Eu gostaria de saber de V. Exª o que é possível, através do Poder Executivo Estadual, fazer para que as eleições diretas, essa campanha que honra o PMDB e os outros partidos de Oposição desenvolvem, possam ter o seu sucesso e possa então o povo brasileiro decidir sobre os seus destinos?

O SR. FRANCO MONTORO — Acho que uma das coisas que podemos fazer é essa que estamos fazendo. Vindo aqui, trazendo, como Governador de São Paulo, o nosso depoimento, prestigiando a Comissão que, em nome do Congresso está debatendo a matéria e procurando dar maior ênfase a esta luta que é de todos nós. Por outro lado, tem havido da parte dos Governadores, sempre que possível, entendimentos, conversações e este tema está sendo colocado. Numa reunião que tivemos no Instituto Pedroso Horta, em São Paulo, compareceram cinco ou seis dos nossos Governadores e todos reafirmaram o seu ponto de vista, apoiando esta idéia.

Outras sugestões que houver — o debate é para a gente ensinar e aprender. Gostaríamos de recebê-las como sugestão complementar. Dentro dos limites da nossa possibilidade, hoje, terei oportunidade de fazer uma espécie de prestação de contas à Comissão Executiva do meu Partido e talvez lá, mais do que aqui, mas aqui também, gostaria de receber sugestões sobre o que se está fazendo e sobre o que se pode fazer a mais, por que nós Governadores temos uma dupla responsabilidade. A primeira é de administrar com competência e honestidade os nossos Estados; a segunda é de, como membro do Partido, contribuir também para o encaminhamento do Programa Político Nacional. São duas tarefas. Hoje, vim a Brasília para me desincumbir da segunda responsabilidade que, acreditamos, os Governadores têm.

Agradeço a sua pergunta, porque, no fundo, é uma homenagem que também recebemos. Gostaríamos de receber de sua parte ou de outros sugestões para outras

medidas que se possam tomar para reforçar este trabalho, porque achamos que esta luta não é teórica, é concreta travada em nome e no interesse do povo do Brasil, muito mais do que dos políticos que estão debatendo.

O SR. TIDEI DE LIMA — Eu apenas complementaria de que após 64 os governadores de Estados que foram indicados eram meros delegados do sistema central. E, certamente, passaram a ser meros gerentes da coisa estadual. Obviamente, o que o povo hoje espera do Governador eleito diretamente é uma atuação política efetiva, concreto, a par dessa responsabilidade de administrar, aquele papel político que realmente é dado, confiado, às grandes lideranças políticas como no caso de V. Exª que é hoje, no Estado de São Paulo, o grande líder político que nós temos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA — Nobre Governador, ouvimos a sua exposição que despertou o maior interesse pela objetividade com que o fez, pela justeza da colocação dos problemas e não era e nem foi surpresa para nós que o conhecemos aqui, ainda que de pouco tempo, mas o conhecemos travando, defendendo objetivamente os grandes problemas nacionais.

No Governo de São Paulo, eleito que foi por maioria esmagadora de votos, tem demonstrado exatamente aquilo que já esperávamos: a competência e a honestidade na condução dos problemas do grande Estado bandeirante. E, aqui, nesta exposição de V. Exª colocou a questão com a mesma objetividade. Citou o fato da campanha de que o grande problema, que V. Exª considerou como ação do seu Governo, foi a geração de empregos, e encontrou a dificuldade, por parte de certa área de assessores, na forma de como gerar empregos. E V. Exª já está gerando empregos, já está conseguindo dinamizar, sacudir, no sentido correto, e orientar o desenvolvimento de São Paulo. Difícil, sem dúvida, porque o desemprego em São Paulo como o desemprego do Brasil não depende ou não depende de ações do Governo de V. Exª, mas sim de um modelo econômico que realmente está trazendo a recessão. O desemprego está levando esta Nação a uma situação de desespero. Estou vindo lá do Nordeste, além da seca, como não se cria nada, leva-se uma espécie de paternalismo. Até para fins eleitorais se abrem frentes de serviço, e a população recebe um salário ínfimo, desorganizando até a sociedade rural. O Nordeste, em peso, sofre as consequências da incompetência, evidentemente, de conduzir os problemas brasileiros, isto é, esta dívida que nos traz aqui a recessão. Perguntaria a V. Exª: de que forma, por exemplo, independente do programa que V. Exª leva a São Paulo, de que maneira o Governo de São Paulo poderia ajudar, política e efetivamente, não só, como exemplo, ao Brasil, mas à região nordestina que eu represento, caso o Piauí, fazer com que esta geração de empregos pudesse também ocorrer no Nordeste, através de uma ação política ou administrativa do Governo de São Paulo?

O SR. FRANCO MONTORO — V. Exª nos propõe mais do que um tema de discussão, talvez uma tarefa que podemos desempenhar conjuntamente que talvez essa possa ser uma das conclusões um pouco inesperadas da reunião de hoje. Penso que a experiência que estamos tendo em São Paulo, os institutos de pesquisas que estão realizando tarefas da maior importância, poderão contribuir num certo intercâmbio para que se possa generalizar no Brasil aquilo que parece ser a solução para São Paulo. Para a geração de empregos a grande solução é dizer não à recessão e promover atividades de produção. É dizer não à especulação financeira e apoiar atividades produtivas, principalmente em alguns setores que são os

mais geradores de emprego. Primeiramente é a agricultura, agroindústria. E a outra é a construção civil.

Em relação à agricultura terei oportunidade de, hoje à tarde, mostrar aquilo que já se fez. Há um certo véu que é difícil rasgar para mostrar aquilo que estamos fazendo. Por exemplo, nós salvamos a citricultura, que é um dos setores mais importantes, dando um apoio prioritário, e eu terei oportunidade de mostrar a luta pela citricultura. Salvamos a cultura do algodão, em relação ao bico, contra interesses, muitas vezes de multinacionais, que estavam tentando impedir e sacrificar 80 Municípios numa cultura que tem uma importância ocidental.

Fomos outro dia a Piedade para dar um grande apoio à produção de cebolas. Piedade é um pequeno Município que é o maior produtor de cebolas do mundo. Estimulamos a utilização da eletricidade para a irrigação e substituição a óleo diesel, defendendo e salvando toda uma região, e outras medidas de defesa da agricultura e de processos novos simples. A agroindústria é também outro setor que apresenta perspectivas extraordinárias. Em suma, pequenas iniciativas é que nos permitem realizar grandes obras. Costumamos dizer que é fortalecendo os pequenos que seremos grandes, e isso não será privilégio de um Estado. Acreditamos que essa mensagem é mais sensível e mais profunda para o Nordeste do que para São Paulo.

Propomo-nos, se o Senador Alberto Silva concordar, fazer uma reunião em São Paulo. Desde já convidarei V. Exª e outros, que tiverem interesse semelhante para levar um pouco dessa experiência para o Nordeste, também. O apoio será dado com a maior satisfação, porque o Brasil é um só, e o lema de São Paulo é este.

Quero, também, trazer uma informação. Perguntaram-me, logo no começo, qual é o logotipo do novo Governo de São Paulo. Eu disse: o logotipo é o brasão de São Paulo, que tem o seguinte emblema: **Pro Brasília Fiat Eximnia**, pelo Brasil se faça tudo. É um lema de solidariedade, com todo o Brasil. Hoje, o nosso lema é o brasão de São Paulo, é a substituição, exatamente, do paternalismo autoritário por um governo democrático. O que usamos é o "governo democrático de São Paulo", e o brasão pelo Brasil se faça tudo.

O Senador Alberto Silva vai nos ajudar a cumprir o brasão de São Paulo.

O SR. ALBERTO SILVA — Eu agradeço ao nobre Governador O Nordeste, Governador Franco Montoro, tem uma riqueza imensurável, aliás várias, que não estão sendo aproveitadas convenientemente. Seis milhões de hectares do Nordeste são cobertos por um arbusto que contém 5% de óleo combustível, e cobre terras inteiramente impróprias para a agricultura. Esse arbusto vive num clima de 200 milímetros de precipitação, o que equivale a dizer, clima de deserto. Trata-se do marmeleiro agreste, e a carnaúba que cobre milhões e milhares de hectares, que também tem o seu valor intrínseco.

Proponho ao Governador Franco Montoro discutir esses problemas nos grandes institutos de pesquisa de São Paulo, para que...

O SR. FRANCO MONTORO — Exatamente.

O SR. ALBERTO SILVA — ... com a ajuda de V. Exª esses problemas sejam estudados e apresentada uma solução visando dar emprego aos nordestinos.

O SR. FRANCO MONTORO — Com muita satisfação. Inclusive, com os institutos do próprio Nordeste porque, por mais deficientes ou precários que sejam, eles conhecem melhor a realidade. Podemos fazer, talvez como seja como eu dizia, a grande conclusão da reunião de hoje, uma reunião dos institutos, porque o grande caminho é este. O Governador José Richa, por exemplo, colocou como lema do programa de Governo o aproveitamento dos recursos do Paraná, das potencialidades do Paraná, eu dos recursos e potencialidades de São Paulo.

Temos que levantar essa bandeira no Nordeste também. Não é de fora. Não são eles que vão nos dar as soluções; não é a petroquímica ou derivado de petróleo que não é nosso. Vamos aproveitar o marmeleiro, a carnaúba e outras riquezas nossas que estão aí e que nós precisamos. É a democracia econômica.

O SR. PEDRO SIMON — Em primeiro lugar, gostaria de solicitar, por gentileza, um pouco mais de silêncio do Plenário.

Em segundo lugar, faria um apelo, dado o número das inscrições que ainda existem e outros compromissos do Governador Franco Montoro que, dentro do possível, houvesse um pouco de síntese na exposição.

Em terceiro lugar, lembraria que a oportunidade de termos o Governador de São Paulo aqui, propicia o desejo de um debate em cima de teses da maior importância e do maior significado, mas que não nos esqueçamos da razão de ser dessa Comissão que é o debate sobre eleições diretas.

Com a palavra o nobre Deputado Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES — Sr. Presidente, Sr. Governador Franco Montoro, Srs. Parlamentares e demais participantes: pretendo ser breve na minha exposição, mas como autor de uma das propostas de emenda constitucional, o primeiro subscritor dela, juntamente com Deputados do PMDB, com Senadores do PMDB, e com o Senador Roberto Saturnino do PDT e Nelson Carneiro do PTB. Emenda Constitucional esta que recebe o número 20, e que pretende a eleição direta do Presidente da República por maioria absoluta de votos válidos e que, se nenhum dos concorrentes obtiver a maioria, teríamos 30 dias depois o segundo escrutínio, do qual participariam apenas os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio.

No meu modo de entender, essa proposta visa a que o Presidente da República seja eleito pela maioria absoluta e que, portanto, conte com o consenso nacional. Havendo cinco Partidos Políticos, e na suposição de que cada um deles apresente um candidato, correríamos o risco de vermos o Presidente da República eleito com uma margem de 28 ou 30% dos votos válidos, o que não significaria o consenso nacional, o Presidente eleito poderia encontrar dificuldades em governar contra a vontade da maioria.

Esta proposta, logo após ser publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, logo após a sua apresentação nos últimos dias de junho, teve a aprovação inclusive do General Andrada Serpa que, numa entrevista ao jornal **Última Hora**, afirmara que não seria outro caminho e que o Brasil se tornará ingovernável, se o próximo Presidente não for eleito por voto direto, e que o melhor critério seria aquele que assegurasse ao eleito o consenso, através da maioria dos votos válidos.

Ouvindo os meus companheiros a única crítica que me foi feita seria — e eu não considero isso como um fator impeditivo de que essa emenda venha a ser aprovada — o fato de que uma eleição 30 dias após à primeira, proporcionaria alto custo ao País. Mas eu encontro na resposta de que o País tem pago custos altíssimos para manter um colégio espúrio e indireto, estaria compensado pelo fato de que nós teríamos o Presidente da República eleito pela vontade nacional.

Gostaria que V. Exª nos relatasse o seu parecer com relação a esse sistema de eleição direta à Presidência da República.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a contribuição de V. Exª, e o felicito. Dou os parabéns pela emenda apresentada. Se eu fosse congressista assinaria a emenda de V. Exª.

O SR. THEODORO MENDES — Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO — Fazia parte do esquema de exposição abordarmos este assunto e não fize-

mos para não alongarmos demais. V. Exª nos dá a oportunidade de dizermos duas palavras sobre isso.

Achamos que essa é uma complementação necessária, porque, como dissemos, há certas idéias simples que são fundamentais e que devem representar a premissa maior dos nossos raciocínios.

Democracia é governo da maioria. Havendo vários candidatos, é normal que os Partidos dividam entre si o eleitorado, e poderá então haver a circunstância de alguém ter uma votação que represente 15% do eleitorado, e de ter a maioria. Nada em matéria política como a experiência. E a experiência das Nações democráticas nos leva entre outros exemplos, ao da França, onde eleições são em dois turnos, como propõe V. Exª. E no segundo turno, para evitar depois combinações que, muitas vezes, podem ser espúrias, é um princípio democrático e V. Exª afirma no seu projeto. E também isso responde a objeção que lhe foi feita, de que será dispendiosa. Não é necessário uma nova campanha, pois ela está feita. Na França faz-se em uma semana, poderia se abreviar esse tempo, porque a campanha está feita, e uma eleição para Presidente da República pode ser apurada com relativa brevidade. O seu resultado objetivo pode ser aferido em menos de uma semana, seguramente talvez se possa até antecipar, e com isso se evitariam riscos, também, a certas pessoas que se opõem. Não vou citar nomes, mas já encontrei essa objeção. Haver a possibilidade de alguém poder fazer com que saia presidente um homem que não tenha condições de equilíbrio que a população exige. Pois bem, a resposta está aí, o povo terá duas oportunidades, e isso é muito democrático, porque numa primeira oportunidade todos os partidos apresentarão seus candidatos, farão a sua pregação e terão oportunidade de marcar a sua presença. Num segundo momento, das circunstâncias concretas, dá-se a união de forças para que a maioria realmente escolha o Presidente da República. Nós o cumprimos pela idéia e subscrevemos a sua emenda.

O SR. THEODORO MENDES — Muito obrigado, Senador. Complementaria apenas dizendo que, através dessas emendas, se possibilitará, no segundo turno, como V. Exª disse, a coalizão dos partidos políticos em apoio a A ou B, aprimorando a democracia brasileira, que hoje não permite esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA — Sr. Presidente Pedro Simon, Governador Franco Montoro, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exª pelo pronunciamento que acaba de fazer, destacando especialmente a clareza da sua posição pela eleição direta para Presidente da República. Rejubilome, também, especialmente pela abordagem duplice que fez V. Exª, destacando a importância da eleição direta, não só para que se possa continuar o processo de redemocratização da vida nacional, mas, também, como uma maneira de se enfrentar, de um ponto de vista popular e patriótico, a questão da crise. A eleição direta é hoje uma oportunidade que tem a Nação de encontrar um momento apropriado para responder a uma questão tão candente que se coloca para os brasileiros, qual seja a da dívida externa. Congratulo-me também com V. Exª pela posição de repúdio que expressou, aqui neste recinto, à tese do chamado consenso, do grande acordo, do grande entendimento, da subida à rampa ou coisa semelhante que, de vez em quando, volta a ser ventilada. Destaco, ainda, nobre Governador, a informação de que no PMDB é unânime a posição pela eleição direta para Presidente da República. E é aí que eu formulo para V. Exª duas questões. Apesar de ser unânime, por exemplo, num debate como esse, tese do consenso, a tese da conciliação, essa opinião sequer é ventilada. Apesar de tudo isso ela existe, ela continua a ser ventilada. Tem espaço na grande imprensa, nos canais de

televisão. É um tese que está sendo posta, aparentemente, pelas Oposições, pelo PMDB. Às vezes fica difícil se saber quem realmente está falando isso, porque quando se discute, quando se indaga, a coisa é meio escamoteada, e não se consegue perceber quem são os arautos fundamentais desta tese aqui repudiada muito bem por V. Exª. Daí eu fazer a primeira indagação sobre a procedência da pergunta do Senador Fábio Lucena, ou seja, o que fazer mesmo, lavando-se em conta que apesar de ser unânime a posição do PMDB, de que apesar de ser unânime a posição da própria frente oposicionista. Venho participando de diversos encontros com bases operárias, trabalhadoras, populares em geral, do nordeste, da Bahia, nunca vi, sequer, alguém de ter a audácia política e até mesmo física, em certos ambientes, de defender esta tese abertamente. Mas percebe-se que, se por um lado, não aparece abertamente, vai aparecendo, sorrateiramente, ganhando espaços nos jornais, e vai-se pondo como uma coisa forte, que está sendo proposta, que está sendo encaminhada, sabe lá Deus por quem. Então, é diante disso e diante da clareza da sua exposição que eu perguntaria, reforçando a pergunta, que me pareceu oportuna, do Senador Fábio Lucena. O que fazermos, nós da Oposição, para conjurar essa ameaça que tende a enfraquecer a campanha pela eleição direta para Presidente da República. Insisto nessa pergunta do Senador Fábio Lucena, na busca de uma resposta mais concreta e na expectativa da segunda pergunta que formulo. V. Exª colocou as suas obrigações de administrar o maior Estado da Federação e de ser, também, um Governador oposicionista. Pergunto-lhe, que linha de conduta, como Governador, sugeriria para o PMDB, partido de V. Exª? Que conduta o PMDB deveria seguir para, conjurando essa ameaça velada de consenso, fortalecer a campanha pela eleição direta? Seria possível, Sr. Governador, algum tipo de campanha na qual os governadores do PMDB estivessem engajados, uma campanha de massa, que fortalecesse enfaticamente essa campanha pelas eleições diretas para Presidente da República?

O SR. FRANCO MONTORO — A pergunta mostranos pela insistência do tema, a importância de um equívoco que é preciso desfazer. Há muita gente interessada em nos dividir e o governo é o primeiro interessado. Ouvimos declarações do governador Tancredo Neves dizendo: “eu nunca propus uma solução de consenso, proponho as eleições diretas. Se não houver eleições diretas — tem-nos perguntado em particular — qual seria a solução? Fazemos um exercício de imaginação, de memória, que é próprio do homem público responsável prever outras hipóteses, mas acontece que a parte em que nos referimos às eleições diretas, muitas vezes, não é divulgada, porque não há muito interesse dos nossos adversários, e aquilo que uma cogitação, numa conversa, torna-se proposta. Acreditamos que esse debate pode nos esclarecer bastante e isso é muito importante para o PMDB — todos defendemos eleições diretas. (Palmas.) O problema das outras alternativas, não vamos supervalorizá-las, estaremos fazendo o jogo dos adversários, que quer nos dividir a esse respeito. O que se pode fazer no sentido de uma participação maior dos Governadores. É muito boa a sua sugestão, deverá caber ao próprio partido. A única oportunidade que tivemos, por solicitação do Presidente Ulysses Guimarães, de convidar para um encontro, no Instituto Pedrosa Horta, em São Paulo, outros Governadores. Eles os convidou e eu reforçei o convite. Fizemos uma reunião com os membros da Executiva Nacional que estavam em São Paulo. A reafirmação foi unânime em favor da tese das eleições diretas e a disposição de participarem cada um em seu Estado, ou fora dele, no sentido de divulgar esta idéia. A idéia caiu um pouco, mas cumprimos esta Comissão, porque está mantendo de pé, esta bandeira pois o que se diz e o que se faz no Congresso, queremos ou não, tem uma repercussão nacional. Este é o lugar

onde se faz o debate nacional. Esta Comissão está tendo, pela iniciativa da sua Mesa Diretora, com o debate aberto, a oportunidade de abrir caminhos. Vamos continuar, estamos dispostos, dentro da limitação das nossas obrigações a irmos a outros Estados trabalhar neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Com a palavra o Sr. Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA — Sr. Governador, Sr. Presidente, foi abordado aqui um dos aspectos que daria maior respaldo à tese sobre as eleições diretas, que ou conjugaria com ela e seria a participação do Congresso dentro do Parlamentarismo. Vem descartar a tese do Parlamentarismo, entendo que um Governo, eleito democraticamente, o simples clamor popular, muitas vezes refletido pelo Congresso Nacional, independentemente do Presidencialismo, ou Parlamentarismo, ou outra forma de Governo, ele faria com que houvesse esta substituição de Ministros que não estariam atendendo à Nação Lamentavelmente no Brasil, todos sabem que tecnocratas, inclusive Presidente de Empresas, impõe o seu substituto, ou se impõem no cargo, sem que nada se possa fazer, dada a forma de Governo escolhido. Na verdade, aqui neste País, ninguém sabe porque, os Ministros não têm a obrigação de respeitar as diretrizes do Presidente da República, como deveria ser, mesmo num regime como o nosso. Tivemos um fato lamentável, Sr. Governador, que atinge o nosso Estado, na voz de um Ministro, cujo nome nunca tinha ouvido falar, ou pelo menos vagamente conhecia, Cloraldino Severo, que com o maior disprate que se possa ter perante uma Nação, tem a coragem de tirar por si só o financiamento de duas das maiores obras deste País, que são os metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro. O Ministro, desconhecido, cuja origem não sei qual é, cujo nome, apesar de singular, eu desconhecia, disse que não dará a São Paulo...

O SR. FRANCO MONTORO — É gaúcho, de sua terra.

O SR. SAMIR ACHÔA — Lamentável para o Rio Grande do Sul, que, com tantos homens ilustres, tem um destes. Mas o Ministro Cloraldino Severo disse, simplesmente, que não dará nenhum tostão ao metrô de São Paulo, porque a Ferrovia do Aço, é a ferrovia dos seus sonhos, sem encanto para o futuro, e que ele se apaixona por ela. Quer dizer, isso é próprio de um regime escolhido na forma como foi escolhido o Presidente Figueiredo. Em qualquer país, por menos democrático que fosse no mundo, esse Ministro estaria na rua. Agora, ele cria um problema para uma situação que ele não conhece. Ele não deve conhecer São Paulo, ou pelo menos, nunca constou em jornal algum que ele tivesse feito uma visita ao nosso Estado. Não deve conhecer o metrô. Ele não sabe, por exemplo, que há um projeto sendo ampliado pelo atual Prefeito de São Paulo, Mário Covas, com a finalidade de dar moradias a uma determinada população, principalmente da zona leste e da zona sul. E na zona leste estão esperando o metrô. E esse é o mal principal um Ministro, em uma entrevista, dizer certas coisas. E o Sr. Presidente da República não sabe talvez que ele tenha este homem como Ministro, porque ele faz o que quer. Este é um dos aspectos que eu acho, que, independentemente ou não do Parlamentarismo, seria suprida a falha pela eleição direta do Presidente da República. O simples fato de um Deputado de São Paulo vir a Plenário e dizer: olha o Ministro Cloraldino Severo age muito mal, com uma desfaçatez incrível, a dizer o que diz, e nós queremos a substituição dele. Poderia o Sr. Presidente da República não substituí-lo, mas, pelo menos, cogitar a possibilidade, que aliás é o que queria que fosse feito, ante o desastre que ele ameaça provocar em São Paulo. E fiquei indagando se havia um Governo, neste País, quando um simples Ministro determina, dá ordens, dispõe de verbas,

diz não dou ou dou, e sonha com uma outra ferrovia, que é a ferrovia dos sonhos dele. Espero que ele tenha este pesadelo para o resto da vida e não fique sonhando coisas que prejudiquem o País. Mas este é um dos aspectos que quero abordar e cumprimentar V. Ex^a como também e a iniciativa da Comissão, pelo debate que promovemos aqui, hoje, sobre as eleições diretas. Aliás até sugerir se fosse, o caso, sem constrangê-lo, digníssimo Governador, que convidasse o Ministro Cloraldino Severo para dar uma volta no metrô de São Paulo, a fim de ver se há ou não necessidade de verbas. Acho muito importante, porque eu, sinceramente não conheço a sua pessoa física, nunca vi uma fotografia dele, e o seu nome tomei conhecimento praticamente agora, apesar de ser Deputado Federal. Queria perguntar também a V. Ex^a, em se tratando de eleições diretas, finalmente, qual seria a posição de V. Ex^a com relação à emenda, denominada Emenda Armando Pinheiro, que dá faculdade aos Estados, por suas Assembléias Legislativas, de determinarem ou não eleições diretas para os Prefeitos das capitais. Esta é a minha pergunta.

O SR. FRANCO MONTORO — Faz V. Ex^a bem em lembrar nesse momento em que falamos das eleições diretas o problema das eleições diretas nas capitais, para estimular aqueles que têm dúvidas sobre as eleições diretas, é oportuno lembrar que mais uma vitória acaba de ser obtida com as eleições diretas em Santos. Esta luta tem vários fronts, um deles é o das capitais, como lembra V. Ex^a.

A nossa tese — quando Parlamentar eu apresentei mais de uma emenda nesse sentido — é de que as capitais elejam seus Prefeitos. Há uma emenda, a que V. Ex^a faz referência, que é a do Deputado Armando Pinheiro. Ele não restabelece propriamente as eleições diretas, mas condiciona uma decisão das Assembléias Legislativas. É uma forma estranha, uma discriminação visível, para permitir que nos Estados onde o PMDB é Governo, se instale o princípio das eleições diretas nas capitais, sem que outros Estados sejam obrigados a fazer a mesma coisa.

O SR. SAMIR ACHÓA — É uma emenda marota.

O SR. FRANCO MONTORO — É uma emenda marota, não há dúvida nenhuma. Mas, apesar disso, não devemos deixar de apoiá-la, porque, de qualquer maneira, somos sinceramente favoráveis às eleições diretas. Marota, como foi dita pelo auditório, mas o importante aí, o valor fundamental é a eleição, a eleição direta. Se houver, tenho certeza, de que a Assembléia de São Paulo fará eleições diretas. Estaremos beneficiando a população de São Paulo, e eles estarão sacrificando as populações de outros Estados, aos quais eles negarem esse direito. Penso que, de qualquer maneira, a própria emenda é mais um avanço na linha da luta pelas eleições diretas.

Quanto aos Ministros, concordo com V. Ex^a de que eles deveriam depender muito mais de uma participação, de uma presença, de uma fiscalização e até de uma decisão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Leite.

O SR. RAIMUNDO LEITE — Sr. Presidente, Sr. Governador Franco Montoro, a presença de V. Ex^a neste plenário da Comissão Mista que aprecia a Emenda Constitucional de autoria do jovem Deputado Dante de Oliveira, é a reafirmação daquilo que foi, na verdade, a grande luta de V. Ex^a, na Câmara dos Deputados e principalmente no Senado da República. V. Ex^a, eleito a 15 de novembro de 1982, por eleição direta, pela vontade do povo, pelo voto popular, continua fiel aos seus princípios, fiel à sua luta, ao contrário de outros que, eleitos nas mesmas circunstâncias que V. Ex^a, depois de uma re-

conquista que durou uma luta de quase 20 anos, eleições diretas também para governadores, advogam até a eleição indireta e, ainda mais, essa barbaridade constitucional contrária aos interesses do povo, que é até a prorrogação do mandato do atual, ou dos atuais dirigentes da Nação. E nesta luta que é de V. Ex^a, que é principalmente do PMDB, o nosso Partido, nós temos o exemplo maior, que deverá ser seguido, qual seja essa figura extraordinária do Sr. Senador Teotônio Vilela. Apoiado em uma bengala, por vezes quase se arrastando, percorre o Brasil inteiro nesta luta que é de todos nós porque é da Nação brasileira, as eleições diretas.

E por razões óbvias, o ilustre Senador Vice-Presidente do PMDB começa a sentir que a bandeira que impõe começa a lhe ser pesada, e daí porque deverá ser disposição de todos nós ajudá-lo a conduzi-la, juntamente com as Lideranças do PMDB e de todos os Partidos da Oposição que lutam pelas eleições diretas.

Cumprimento V. Ex^a, Sr. Governador Franco Montoro, por se dispor a vir ao plenário da Comissão Mista dar apoio à emenda do Sr. Deputado Dante de Oliveira e que o seu exemplo possa servir, volto a dizer, a outros que se elegeram governadores nas mesmas circunstâncias que V. Ex^a mas, por vezes, às vezes até sub-repticiamente têm se manifestado, uns pela eleição indireta e outros até por essa barbaridade maior que é a prorrogação dos mandatos dos atuais dirigentes do País, que eu considero uma afronta, uma ofensa à Nação brasileira, que hoje reinvidica e quer a solução maior para esta situação que aí está. Única, no meu entender, que é a eleição direta do Presidente da República que, em consequência, poderá, quando necessário, até alterar os seus primeiros escalões e até demitir Ministros e auxiliares fracassados.

O SR. FRANCO MONTORO — Muito obrigado a V. Ex^a. Concordamos que seis anos de mandato já é demais, portanto, uma prorrogação seria desaconselhável.

Recebemos as palavras de V. Ex^a mais como um estímulo à continuidade da luta e a uma reafirmação da importância de um debate como este, que dá ocasião a que se esclareça as posições e principalmente a validade e importância inadiável de uma modificação no nosso sistema político. A escolha do Presidente da República é o fato mais importante que temos diante de nós, daí a importância que V. Ex^a ressaltou e com a qual estamos inteiramente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO BIERRENBACH — Sr. Presidente, Sr. Governador Franco Montoro, a presença de V. Ex^a no Congresso Nacional, hoje, se reveste de um particular significado, posto que vem o Governador do Estado de São Paulo com o peso de sua responsabilidade, de sua representatividade, trazer o testemunho de seu engajamento de longa data na luta pelas eleições diretas.

Sr. Governador, entendo, como V. Ex^a, como antigo parlamentar, pertenceu durante longos anos a ambas as Casas do Congresso Nacional, entendo que é da essência do Parlamento, que é da natureza, que é da índole do Parlamento a negociação. Mas para que essa negociação seja despida de qualquer conotação de barganha indigna é preciso que, desde logo, determinados parâmetros sejam fixados, para que todo o País entenda que o PMDB, que o Partido da Oposição e, possivelmente, também outros partidos da Oposição reputam absolutamente inegociável a eleição direta para Presidente da República. Não entra na nossa cogitação qualquer espécie de consenso, qualquer espécie de conciliação, de acordo, de negociação, de barganha ou de conchavo envolvendo esse princípio da inegociabilidade absoluta das eleições diretas. Além das eleições diretas, manifestamos também o nosso repúdio à política salarial do Governo, sobretudo ao infame Decreto-lei 2.045, que pretende seja aprovado,

a toque de caixa, ou talvez até por decurso de prazo pelo Congresso Nacional.

A crise é biônica, a saída é direta. Não temos outra saída para a crise nacional senão a recuperação das franquias do povo brasileiro, o seu direito inalienável de eleger todos os seus governantes, a partir do Presidente da República. E vou além, creio que é o momento do Partido da Oposição cogitar, cogitar com seriedade um pedido de renúncia ao Presidente da República, de um pedido de renúncia, não a renúncia fuga, não a renúncia indigna, mas a renúncia solução, para que, a partir da assunção de seu substituto constitucional, possamos nos livrar das peças que têm sido atiradas sobre a cabeça do povo brasileiro, para que se saia desta crise. Acho que é o momento do Partido, é o momento dos Governadores do Partido, é o momento dos Parlamentares do Partido assumirem com coragem e com grandeza os pontos fundamentais que haverão de nortear qualquer saída negociada para a crise e, dentre elas, a inegociabilidade absoluta das eleições diretas.

Era isso que gostaria de transmitir a V. Ex^a e ouvir o seu pensamento a respeito.

O SR. FRANCO MONTORO — Queremos congratular com o depoimento de V. Ex^a, que tem uma frase que vamos utilizar no futuro: “a crise é biônica”. Diríamos: a crise é fruto do autoritarismo. A solução é a democracia, isto é, a eleição direta do Presidente pela Nação brasileira. V. Ex^a colocou muito bem os vários temas, e trouxe uma contribuição magnífica ao caráter imperativo destas eleições. Esse foi o sentido maior dos debates aqui trazidos. Achamos que o autor da Emenda e os seus subscritores, a Mesa diretora, a Mesa que presidiu a Comissão, estão prestando um grande serviço ao País, suscitando esses debates. Não sabemos qual é o prazo que marcará o termo de tramitação desta Emenda, mas sugeriríamos, dentro da linha da proposta do Deputado Flávio Bierrenbach, que outras pessoas, outras lideranças e outras representações da sociedade civil estivessem aqui presentes para trazer a sua contribuição a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) — Nós queremos agradecer a presença de todos, do líder do PDT o nobre Deputado Bocayúva Cunha, do líder do PT, nobre Deputado Aurton Soares, do Presidente do PMDB, nobre Deputado Ulysses Guimarães, do líder do PMDB o nobre Deputado Freitas Nobre e do Governador Franco Montoro, que nos honrou com a sua presença.

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre as propostas de emenda à Constituição n^{os} 05, 06, 08 e 20, de 1983, que “dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República; revoga o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal; estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas e estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos”.

9^a reunião, realizada em 16 de agosto de 1983

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas e quarenta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Itamar Franco, Afonso Camargo e Deputados Dante de Oliveira, Flávio Bierrenbach, Domingos Leonelli e Francisco Amaral, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas

de Emenda à Constituição nºs 05, 06, 08 e 20, de 1983, que "Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República; revoga o parágrafo único do art. 148 da Constituição Federal; estabelece o sistema proporcional para a eleição da totalidade dos Membros da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas e estabelece que o Presidente da República será eleito, em pleito direto, pela maioria absoluta dos votos válidos".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Carlos Alberto, Claudionor Roriz, Jorge Kalume, Raimundo Parente, Gabriel Hermes, Lourival Baptista, Pedro Simon, José Fragelli e Deputados Edison Lobão, Guido Moesh, Rondon Pacheco, Sarney Filho, Ernani Satyro, Ibsen Pinheiro e Boayúva Cunha.

Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Fábio Lucena, José Ignácio e Deputados Mansueto de Lavor, Daso Coimbra, Haroldo Lima, Moysés Pimentel, João Cunha, Aldo Arantes, Jacques D'Ornellas e Eduardo Suplicy.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Itamar Franco, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à realização de palestra pelo Senhor General Antônio Carlos de Andrada Serpa, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Durante sua exposição, o Senhor General Antônio Carlos de Andrada Serpa defende as teses de eleição direta e da moratória unilateral como soluções para a atual crise.

Analisa, também, o problema do petróleo e determinados aspectos do atual Governo.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senador Fábio Lucena e Deputados Domingos Leonelli, Dante de Oliveira, João Cunha, Eduardo Suplicy, Jacques D'Ornellas e Flávio Bierrenbach.

Antes de dar por terminados os trabalhos, o Senhor Presidente agradece a presença do conferencista enfatizando que esta Comissão, com os esclarecimentos aqui prestados, registrou um depoimento histórico e patriótico.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nºs 05, 06, 08 E 20, DE 1983, QUE "DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA; REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 148 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ESTABELECE O SISTEMA PROPORCIONAL PARA A ELEIÇÃO DA TOTALIDADE DOS MEMBROS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS E ESTABELECE QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA SERÁ ELEITO, EM PLEITO DIRETO, PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS VOTOS VÁLIDOS", REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1983, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS, ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR ITAMAR FRANCO.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Havendo número legal, declaro abertos nossos trabalhos.

É com satisfação que passamos, nesse instante, a palavra ao General Andrada Serpa.

O SR. ANDRADA SERPA — Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, Srs. Senadores e Deputados, minhas Srs. meus Srs:

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento ao Partido dos Trabalhadores e ao Líder Airton Soares, assim como ao Deputado Dante de Oliveira, que trazem a minha presença a essa Comissão. Constitui para mim uma grande honra vir novamente ao Congresso Nacional, onde estive, pela última vez, nos dias 4 e 5 de novembro de 1981, falando na Comissão de Ciências e Tecnologia sobre os mesmos assuntos, sobre a mesma temática que abordarei nessa ocasião.

A eleição direta para Presidente, se insere num contexto da crise nacional em que nós estamos vivendo; e essa crise é, a meu ver, com essa experiência de velho soldado que serviu a Nação na paz e na guerra, durante 48 anos, e que jamais se omitiu em todos os acontecimentos históricos, a partir de 1932 até hoje. Essa Comissão tem uma alta significação pois, a eleição direta para Presidente será um ensejo ímpar, em que os assuntos nacionais sejam discutidos e que se encontrem as saídas para as angústias dessa hora.

Com essa experiência de soldado, que percorreu o Brasil em todas as direções, por todos os meios de transporte e com um conhecimento do homem brasileiro, todos os anos renovado, pois o Exército incorpora, anualmente, durante esses 48 anos, entre 70 e 90% dos seus efetivos, com a mocidade brasileira que ingressa, que completa os 19 anos. Ora, tudo isso me deu uma grande experiência e um grande conhecimento do País e, sobretudo, da capacidade de luta, sofrimento, realização do homem brasileiro.

Foi esse homem que atravessou o Atlântico para defender a independência e a integridade do Brasil e a liberdade e a democracia no mundo, lutando com os mais aguerridos soldados na 2ª Guerra Mundial. Foi esse homem que fez a expansão da fronteira agrícola do Brasil, mineiros no Norte do Paraná na década de 30, gaúchos e mineiros no Sul de Mato Grosso, particularmente os gaúchos por 3 vezes, a primeira vez depois do término da Guerra do Paraguai, a 2ª vez como consequência da derrota dos Maragatos na guerra civil de 93/94 e a 3ª vez nos nossos dias, quando a terra se tornou cara no Rio Grande.

Aqui, em Goiás, assisti eu na década de 50 a expansão da fronteira agrícola no chamado Mato Grosso de Goiás. Vi como os brasileiro, com a sua capacidade de realização, trabalho e luta criavam, sem nenhum auxílio ou com auxílio mínimo de uma infra-estrutura rodoviária assegurada pelo governo, as chamadas curru telas — os futuros povoados e cidades do Brasil. É o momento de lembrar, nessa hora em que até para plantar feijão e milho se fala em dólar, se lembrar a obra desse patriota que, como eu acreditava no Brasil e nos brasileiros. Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, que criou a colônia agrícola nacional de Goiás. E como? Fazendo uma estrada de 140 Km entre Anápolis e o Rio das Almas na região chamada das matas do São Patrício, e estabeleceu a colônia ali. Acompanhado de outro oficial, o hoje General Valporto de Sá, visitei a colônia em 1951 e tive oportunidade, num dia, de correr 10 das 40 escolas que ali estavam instaladas. Escolas de Carandá cobertas de palha de coqueiro, em que existiam umas 30 ou 40 crianças, e aí eu perguntava: quais são os goianos? Apareciam umas 6 ou 7 crianças; quais são os mineiros? filhos de mineiros, umas 30 ou 40 crianças. Então, testemunha disso, ao sair no dia seguinte, pedi o livro de ouro para escrever as minhas impressões, e durante toda essas duas jornadas, até na vida a mudança da Política Nacional e a colônia já

sendo administrada por outros administradores do antigo Partido Trabalhista, que tinha recebido do Dr. Getúlio a Fundação Brasil Central. Só ouvi críticas à obra de Bernardo Sayão, e naquele livro, naquele fim de tarde, eu e o General Valporto escrevemos uma página exaltando a obra patriótica desse homem que acreditava no Brasil e nos brasileiros e que, quase sem recursos, criou as duas cidades prósperas hoje de Ceres e Rialma, que constituíram durante anos, no celeiro de arroz de Goiás.

É por isso meus Srs., que eu julgo que esse momento, que nós atravessamos, é uma hora histórica para que a crise que nós enfrentamos, que a crise conjuntural seja resolvida por nós brasileiros. Oportunidade histórica ímpar vai sendo perdida nesse sentido.

A fim de facilitar o debate, eu vou começar pelas conclusões meditadas que consegui elaborar durante todos esses 5 anos de campanha cívica por todo o Brasil, a respeito das causas dessa crise e das saídas que eu encontrei para a mesma. Considero como causas da crise, em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento que se torna perverso a partir do primeiro choque de petróleo; em segundo lugar, o imobilismo e a incompetência do governo; em terceiro lugar, as características sócio-culturais historicamente reconhecidas da elite brasileira: uma elite à qual nós todos pertencemos, esclerosada no tempo, egoísta em vista do sofrimento alheio, colonizada e que não acredita no Brasil e nem conhece os brasileiros; em quarto lugar, o absoluto desprezo pelas aspirações do povo brasileiro, que é um dos mais espoliados e sangrados da história do mundo.

Como saída para a crise, vejo, em primeiro lugar, a mobilização da vontade nacional, tendo como fundamento um pacto social mais justo e não excludente, em defesa da Nação, realmente ameaçada na sua integridade, na sua independência e na sua soberania, para a realização do bem comum. Em segundo lugar, a necessidade da constituição de um centro de força e união no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, a fim de: de um lado, assegurar emprego e, do outro, acabar com três omissões graves que caracterizam a época em que nós estamos vivendo: a omissão da classe média, que vai sendo, dia-a-dia, achatada; a omissão do empresariado brasileiro, que vai sendo, dia-a-dia, destruído e a omissão da comunicação social, sobretudo, da grande imprensa falada e escrita, que só reserva espaço para defesa do capital internacional e para defesa da política suicida do governo, e em terceiro lugar, a adoção de idéias estratégicas, que fundamentem um projeto nacional de médio prazo (quatro a seis anos) e que seriam a independência energética, a independência tecnológica, a ampliação do mercado interno a exportação só, de acordo com interesse nacional e a prioridade relativa para os problemas do Nordeste, que é nosso tradicional barril de pólvora.

Esse projeto nacional seria viabilizado pela adoção de duas decisões políticas: em primeiro lugar, a eleição direta majoritária de Presidente da República. Em segundo lugar, a decretação da moratória unilateral como ato de soberania do Brasil. Expostas essas conclusões, cabe-me, afim de facilitar os debates, defendê-las rapidamente.

Ora, meus Srs., todos nós sabemos que o projeto nacional, um modelo de desenvolvimento adotado e continuado até hoje é o modelo de desenvolvimento criado na década de 50 pelo Presidente Juscelino e que assegurou ao Brasil com a entrada, sobretudo, das montadoras de automóveis, de navios, um grande progresso, uma grande ampliação do mercado interno.

Em 1972, na Escola Superior de Guerra, entretanto, já se verificava que esse modelo era um modelo altamente concentrador de renda e, portanto, um modelo de injustiça social.

Em 1970, o mundo começou a mudar e o capitalismo sofre a sua primeira crise depois da Segunda Guerra Mundial. As nações centrais passam a ter desemprego,

inflação. O comércio internacional, que havia dobrado de cinco em cinco anos, passa a ser protecionista, passa a ser um comércio em que as nações centrais todas querem ser nações vendedoras. Em 1973, os árabes, aproveitando a situação da guerra no Oriente, fazem o embargo do petróleo, exigem o aumento dos preços. Era evidente que as nações ricas não tinham o dinheiro para comprar um petróleo que multiplicava por sete. O barril de petróleo passou de dois para quatorze dólares. O que fizeram? Emitiram moeda sem lastro e com essa moeda compraram o petróleo árabe. O livro de Servan Schreiber explica que se o Xequê Iamani tentou então — é a defesa do Xequê — tentou a ampliação do fundo pelo aumento de cotas, que seria dadas aos árabes e, à custa de transferência de tecnologia das nações ricas para as nações pobres. Quem controla o fundo, sabem os Srs, são os americanos que não teriam concordado com o Xequê. Ora, seis anos depois do segundo aumento de petróleo, em 1979, quando se multiplica por dezessete os dois dólares de 1973, era evidente que as nações ricas tiveram que emitir com muito mais intensidade essa moeda sem lastro. Dessa forma, os árabes se associaram aos bancos ocidentais e às sete irmãs do petróleo para também explorarem os países periféricos. Não admitindo ficar com aquela moeda falsa, exigiram dos bancos ocidentais a reciclagem dos dólares. E como esses bancos ocidentais não poderiam injetar esses dólares em economias que se encontravam em recessão, o que fizeram? Desceram, goela abaixo, dos países periféricos, sobretudo os países que se encontravam à frente do desenvolvimento, ou seja, o Brasil, México, a Venezuela, a Argentina e, na África, a Nigéria.

Mas, por que o modelo que com todos os seus erros, que com todas as suas injustiças sociais poderia ser ainda modificado e adaptado à nova situação no mundo, não agravando a situação interna do Brasil, por que isso não ocorreu? Porque foram tomadas, naquela época, em 1973/1974, decisões que não adaptavam a economia brasileira ao novo quadro mundial. Ao contrário, decisões que permitiam o domínio das nações centrais sobre os países periféricos e, sobretudo, sobre o Brasil. Quais foram essas decisões? A economia continuar centrada no petróleo, exportar, a qualquer preço, ser a solução, confundir uma crise que era, sobretudo, uma crise de energia petrolífera, de falta de energia petrolífera com a crise energética global. E, finalmente, o apelo indiscriminado ao capital externo.

Dessa forma, a situação evolui e nós que, em 1973, tínhamos como dívida líquida seis bilhões e 800 milhões de dólares, em três anos, em 1976, já passamos para deztois bilhões e, no fim do Governo Geisel, tínhamos uma dívida superior a quarenta e oito bilhões. É só para que os Srs. sintam que esse dinheiro jamais entrou no Brasil.

Em segundo lugar, tenho que dizer aos Srs. algumas palavras que eu chamo de imobilismo e incompetência do Governo. Quando nós vemos, diante dessa situação que o Brasil atravessa, as mais altas autoridades da República darem declarações frequentes do tipo dessas que nós ouvimos “que o brasileiro está comendo demais, que é necessário baixar o padrão de vida dos brasileiros, que é necessário limitar a natalidade dos brasileiros”, num país deserto de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, quando a França, do tamanho de Minas Gerais, abriga 53 milhões; como a Inglaterra, a Alemanha Ocidental e a Itália correspondendo a São Paulo abrigam mais de 50 milhões. A Alemanha abriga 60 milhões. Quando Mao-tsé-tung conseguiu, na China, alimentar, num País muito mais pobre do que o nosso, oito Brasis. Como as mais altas autoridades deste País, e para tristeza nossa, autoridades militares vêm a público pregando a esterilização da vida no seio das mulheres brasileiras? E os outros declaram que é necessário que nós alugemos frações de terras da Amazônia ou de Mato Grosso aos estrangeiros por 30 anos, renováveis por mais 30. E os

outros, depois de 10 anos de uma crise petrolífera, fazendo discurso de duas horas no Senado da República, não têm uma palavra para a solução da crise energética em que o Brasil se encontra; quando a solução se encontra nas nossas próprias mãos e nelas se encontravam desde de 1973 na origem da crise.

É com prazer que eu registro aqui a presença do Dr. José Walter Bautista Vidal, que com o Ministro Severo Gomes, são os criadores do PROÁLCOOL, mas não desse PROÁLCOOL, que se destina exclusivamente a permitir o funcionamento das montadoras estrangeiras, mas de um PROÁLCOOL que acionasse os motores de um transporte coletivo, dos transportes de carga de toda a agricultura brasileira.

Quanto à terceira causa das nossas infelicidades, a nossa classe dirigente alguns estão esclerosados no desenvolvimento juscelinista, que, para honra do Presidente Juscelino, ainda ampliou o mercado interno; outros estão no falso milagre; outros, no mar de tranquilidade e outros, sobretudo, porque não conhecendo o Brasil, naturalmente viajando de avião e pulando de ponto em ponto deste País imenso, e jamais tendo contato com o homem brasileiro, continuam ignorando que existe uma massa crítica de brasileiros capazes de conduzir um processo de desenvolvimento autônomo em todos os setores industriais do País.

E aqui, de novo, tenho que me socorrer da minha experiência de Diretor de Comunicação do Exército. Durante dois anos, nos anos de 1974 e 1975, viajei com essa massa crítica de engenheiros eletrônicos brasileiros capazes, nesse ramo mais avançado da técnica e tecnologia mundiais, conduzir um processo de desenvolvimento autônomo. Homens que até hoje, compungidos, examinam os grandes erros que aconteceram e têm a explicação. Hoje, quando esses mesmos representantes dessa política suicida vêm nos dizer que é necessário — só para citar um caso — permitir que a PIRELLI — e isso consta de um amplo noticiário do *Jornal do Brasil*, de um mês atrás — instale uma fábrica de fibras óticas no Brasil — fibra ótica nas comunicações vem a ser o substitutivo do cobre — quando nós temos, na Universidade de Campinas, no Centro de Tecnologia da TELEBRÁS, o desenvolvimento das fibras óticas já em estado pré-industrial, quer dizer, é uma conquista brasileira, das fibras óticas e do raio laser, em que a nossa defasagem, em relação às maiores nações, é uma defasagem pequena. E no mesmo Centro Tecnológico da TELEBRÁS, a Central Brasileira Eletrônica, corre o risco de, nessas viagens dos nossos ministros itinerantes, à procura de dinheiro que não entra, só para fechar a balança, de uma dívida que não existe, porque já foi paga muitas vezes, esses homens se comprometem a importar uma central eletrônica japonesa ou uma central eletrônica sueca.

Finalmente quando o nosso povo, um dos mais espoliados e sangrados da História, não é necessário dizer mais, Senhores, quando nós temos 40 milhões de brasileiros abaixo da situação de pobreza. É evidente que os próprios americanos têm 18 milhões de americanos abaixo da situação da pobreza americana, e todos os países centrais também têm, mas nós temos 40 milhões de brasileiros e não se dar uma esperança a esses homens, ao contrário, aparecem os que dizem que tem padrão alto, famílias que muitas vezes estão comendo uma única vez por dia. Não preciso dizer mais.

Quando digo que a solução da crise está na mobilização da vontade nacional, é porque essa vontade nacional é uma vontade forte e poderosa.

Não quero que os Senhores pensem que sou daqueles que colocam o Brasil à beira do abismo, que adotam posição de sinistrose. Não, de forma alguma! As saídas aí estão nas nossas mãos; mas, de outro lado, também não me alinho entre aqueles que não acreditam no espírito cívico, na capacidade de luta e reação do povo brasileiro.

E para que tenha a certeza de que isso é verdade, relembro a mobilização feita, há tão poucos dias, em socorro dos nossos irmãos do Sul; relembro, como uma dessas cadeias de televisão, também em poucos dias, há dois ou três anos, mobilizou todo o povo brasileiro, os menores povoados do Brasil, por causa de uma Copa do Mundo. Mas aqueles que precisam se socorrer da palavra de um estrangeiro que nos conhece, eu direi que o geopolítico americano Ray Kleine, por duas vezes, medindo a vontade nacional dos povos, em 1979 e 1981, colocou os brasileiros, em 1979, como a quinta vontade nacional e, em 1981, como terceira vontade nacional. Só vindo acima de nós americanos e russos.

Ainda socorrendo-me do auxílio desses estrangeiros, que estudam a nossa situação, complemento dizendo que o modelo perverso adotado foi analisado em um livro, hoje traduzido pela Zahar, que se chama *A Tríplíce Aliança: o capital internacional, o capital estatal e o capital privado*, associados num modelo dependente. E esse escritor, economista americano, Peter Evans diz, não para esclarecer a nós brasileiros, mas, sobretudo, para esclarecer aos americanos, aos empresários americanos, diz que esse modelo não consegue absorver 80% da população dos países a que se destina e nem consegue absorver os empresários, que não estiverem associados, desde o início, às empresas multinacionais, ou seja, é um modelo absolutamente inviável.

Quando digo mobilizar a vontade nacional, digo que é necessário que os universitários, as famílias brasileiras, as donas de casa, os sindicatos, os empresários, a classe média, a Igreja, todos sejam mobilizados. Mas, num regime de representação como é o nosso, essa mobilização é uma responsabilidade principal dos partidos políticos. Mobilizar, tendo como fundamento um pacto social mais justo, ou seja, um pacto social que multiplique a nossa classe média, como vinha acontecendo nos primeiros anos do modelo, e do outro extremo, que acabe a miséria desses 40 milhões de brasileiros.

Quando digo que o modelo é não excludente é uma consideração de que, sendo a situação que nós atravessamos tão grave, considero que, cada dia perdido, é mais um passo dado em direção ao caos social, no qual todos perderemos, pobres e ricos, homens de esquerda e homens de direita, e traremos para o nosso povo um triste exemplo de que já foram vítimas russos, chineses, cubanos, vietnamitas, cambojanos, etc.

Digo que é não excludente em relação a comunistas, a fascistas, à igreja progressista, enfim, quero que todos os brasileiros se unam, não fazendo o jogo das nações centrais, que querem nos ver divididos num momento como esse, apelando para a luta de classes, para os conflitos sociais, que todo o povo brasileiro se una para constituir uma grande Nação. Todos estamos no mesmo barco, mas não se trata de um problema de tripulação, trata-se de um problema de rumo, os rumos têm que ser consertados a fim de que todos cheguemos a porto seguro.

Quando digo que a Nação está realmente ameaçada, não precisaria repetir, como tenho feito em todo esse País, explicando que quando o Presidente Dutra entregou a Serra do Navio à Bethlehem Steel foi uma infeliz iniciativa dos anos 40, mas é uma vergonha para todos nós que os últimos 6 milhões de toneladas de manganês, à nossa vista, quando o País se transformou na oitava potência econômica do mundo, mesmo pela aplicação desse modelo, concentrador e anti-social, nós assistimos à transferência, a preço vil, desses últimos 6 milhões de toneladas de manganês do Amapá para constituição de reservas estratégicas nos desertos do Arizona ou do Novo México.

Não precisarei relembra-los a falsa nacionalização do Jari, não precisarei relembra-los esse escândalo, que é a negociação de uma quantidade de minério de bauxita que não se sabe se foram 200 milhões de toneladas ou 900 milhões de toneladas pelo Sr. Daniel Ludwig, absolutamen-

te sem nenhuma consulta ao Governo brasileiro, quando todos os nossos órgãos técnicos do DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral diziam que as concessões estavam inadimplentes, tratava-se apenas de cassar essas concessões.

A nação está ameaçada quando não se defende das duas grandes ameaças geopolíticas que estão a nossa vista: de um lado, a ameaça geopolítica americana querendo impedir que haja uma nação poderosa ao sul do Equador e para isso financiando uma associação de profissionais sem escrúpulos que, com o nome de BEN-FAM, financiada, naturalmente, pelas Fundações Ford e Rockefeller, com uma passagem por Londres, vem, cinicamente, à nossa vista, esterilizando milhões de brasileiras que nós não sabemos a quantas já chegaram, mas sabemos que é grande o número daquelas que têm sido esterilizadas em todo o Nordeste, no Norte, na região do Estreito, justamente nessa Amazônia imensa, e também naqueles 3,5 milhões de brasileiros que vivem na periferia de São Paulo.

A Nação está ameaçada, quando se transforma o que era um projeto antieconômico criminoso, que é o corredor de exportação de minério-de-ferro de Carajás, pela construção de uma estrada-de-ferro de 900 km e de um porto caríssimo, que se destina ao aportamento dos navios japoneses de 240 mil toneladas, que aumentam a sua viagem de ida e volta de cerca de 4 mil milhas em relação a Tubarão no Espírito Santo, para carrear para o estrangeiro 35 milhões de toneladas, ao preço máximo de US\$ 21,00, quando está no estudo circunstanciado do engenheiro Benito Bruno e em outros estudos de Brasília Acioly, publicados na revista **Portos e Navios**, em que se mostram que o custo do transporte por tonelada é de US\$ 7,00, que a deterioração da linha e do material rodante é de US\$ 7,00 e que o custo financeiro corresponde ao pagamento de US\$ 7,00, ou seja, vai-se transportar a custo nulo, repetindo o erro de Minas Gerais, esse um dos mais espoliados Estados do Brasil, desde a época colonial, e que agora já a Vale do Rio Doce se prepara para abandonar, depois de deixar tudo esburacado, e com a mesma solução antipatriótica, que é a solução ferroviária, quando existe, no norte, a calha do rio Tocantins e o Porto de Conde, em Belém, e em Minas existe o Rio Doce.

Então, é uma repetição de erros gravíssimos, como se a Nação não tivesse nenhuma memória.

E por que se interessaram os japoneses depois dos americanos se desinteressarem, em 1977, e do Brasil pagar à US Steel US\$ 50 milhões? Por que vieram os japoneses a se interessar? Porque o projeto foi transformado em um grande projeto agropecuário e florestal.

Então, meus Srs, os dois interesses geopolíticos tão evidentes, de um lado o interesse norte-americano em não querer uma nação poderosa ao sul do Equador, mas não interesse americano somente.

Ainda há dias, em mesa-redonda realizada no Estado de São Paulo, a demógrafa, com curso internacional, a senhorita Bercot, nos informou que, na última reunião em que participou, ficou claro o interesse das nações centrais, ali reunidas, em promover a limitação da natalidade nos 123 países do Terceiro Mundo. Do que se trata, Senhores? Trata-se não de uma conspiração contra o Brasil, não de uma conspiração contra o Terceiro Mundo, mas de uma conspiração das nações centrais, conluia, primeiro, através da Trilateral, que existe e é poderosa, criada pelo Sr. David Rockefeller, e do outro lado, o desejo dessas nações centrais em querer esterilizar as mulheres dos 123 países pobres, a fim de terem escravos submissos. O que visa essa esterilização? É o temor da pirâmide de população, característica dos países novos, ou seja, uma pirâmide de população em que 50% dos nativos desses países têm menos de 25 anos. O que é necessário então? Para manter o padrão de vida das nações centrais, é necessário quebrar a força dinâmica e renova-

dora da mocidade dos países periféricos, é preciso com que pirâmide de nascimento desses países seja correspondente às das nações ricas, ou seja, uma pirâmide em que a base da mocidade corresponda, a mais ou menos, aos homens acima de 25 anos.

Ora, dizia que, de fato, a Nação está ameaçada em sua integridade, na sua soberania, na sua independência e qual a prova maior senão essa famigerado Projeto 2, tão analisado, mas que, infelizmente, a grande imprensa deste País, conivente com o interesse do capital internacional e com os interesses dessa política suicida do Governo, não divulga para os brasileiros. Assisti, há menos de 10 dias, um congresso em que os advogados do Brasil, reunidos em São Paulo, numa sessão magna, às 20 horas, davam conhecimento público, num salão cheio, de que, naquela tarde, o Conselho Nacional da Ordem, reunido extraordinariamente em São Paulo, havia examinado esse famigerado Projeto 2, chegando à conclusão da sua absoluta inconstitucionalidade e ilegalidade, e numa decisão histórica, comunicada à grande imprensa do País, às 18 horas daquele dia, que havia feito a representação ao Procurador da República, inquinando o projeto de inconstitucional e ilegal. E por quê? Porque esses homens, os mesmo que fizeram e multiplicaram essa dívida, coniventes com esse crime, tinham ido ao estrangeiro e negociado o projeto em que o Brasil não pode alegar nenhuma razão de soberania, em que o Brasil perde o foro de jurisdição, esse foro passa a ser Nova Iorque ou Londres, em que, no caso de arbitramento, o Brasil concorda que o árbitro desempassador seja o do foro de Nova Iorque ou Londres, em que rasgando o Código Civil, dá o direito de penhorar os bens públicos chamados comerciais, ou seja, todas as empresas brasileiras, naturalmente estão resguardados este Palácio, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto; em que, rasgando toda jurisprudência do Supremo, se faz um contrato contra a honra nacional, rasgando a Constituição do País, em que se admite que metade desses vinte e dois bancos, fazendo uma notificação pelo correio, diga que o Brasil é inadimplente, que não pode recorrer mais e, desta forma, no foro de Nova Iorque propõe, digamos, para começar, quebrando a resistência dos brasileiros, a entrega de uma TELERGIPE ou de uma pequena TELE dessas do Brasil.

Ora, meus Senhores, é uma lição dos grandes juristas brasileiros e aprendi isso no livro de Direito Internacional de um dos três maiores, Teixeira de Freitas, Clóvis Beviláqua, e o Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, no Direito Internacional do Conselheiro se diz que a causa de nulidade de qualquer tratado é que esse tratado ofenda a honra nacional do país ou conduza o país à ruína, ou seja, o caso típico configurado nessa tese. E ainda mais, explica, que mudadas as circunstâncias, e o aforismo latino é *sic rebus stantibus*, mudadas as circunstâncias, nenhuma nação é obrigada a cumprir o tratado. Mas se declararmos a moratória não seremos nós que estaremos descumprindo o tratado, quem estará descumprindo o tratado será o Governo americano que, em 1971, rasgou o tratado de Bretton Woods, assinado e que tem como grande figura o economista inglês John Maynard Keynes, tinha como ponto básico a paridade entre 35 dólares e a onça peso. Ora, a onça peso corresponde a 31 gramas, a informação de domingo é que uma grama já custou no Brasil 17 mil cruzeiros, ou seja, da ordem de 520 dólares. Meus Senhores, o que isso significa? Se pelo tratado, uma onça correspondia a 35 dólares, ou seja, 31 gramas igual a 35 dólares, e hoje, um onça está custando 520 dólares e no ano passado já custou 800 dólares, não é evidente que o sistema financeiro internacional está absolutamente falido? Não é evidente que essa quantidade imensa de dólares, atrás dos quais os brasileiros estão correndo, são simples papel impresso, não são justificados historicamente por uma quantidade correspondente de ouro? Embora a lição de Keynes seja de que o ouro é

uma relíquia bárbara, e não são justificados por nenhuma produção, uma vez que desde o início da década de 70, todas as nações centrais estão em processo de recessão. Então, é uma quantidade imensa de dinheiro que corre o Mundo, em que a dívida do chamado Terceiro Mundo é da ordem de 700 bilhões de dólares, dólares que jamais serão pagos. É suficiente ler qualquer revista econômica estrangeira para se saber que as nações centrais sabem que esses dólares jamais serão pagos. O que elas querem?

Da mesma forma que o Acordo de Bretton Woods, desde o início, é um acordo para manter o padrão de vida das nações ricas contras as nações periféricas, através do que se chama e está consagrado em todos os relatórios do Banco Central do Brasil, se chama de deterioração das relações de troca, quer dizer, matéria-prima nada vale.

Faço questão de deixar consignado um depoimento do Senador Severo Gomes. O preço do manganês da Serra do Navio em 64, antes da Revolução, tinha chegado aos 30 dólares. Ocorrida a Revolução, o preço baixa para 20 dólares. Quando o Senador assumiu o Ministério, chamou os testas de ferro da Bathlem Steel e disse: “o Governo vai comprar por vinte dólares para vender para os americanos”. O que aconteceu? Misteriosamente, poucos dias depois, o preço sobe para 60 dólares. Então, meus senhores, isso que se chama deterioração das relações de troca; são as nações ricas, não admitindo que o preço daquilo que chamam matéria-prima de que necessitam, que é indispensável ao funcionamento dos seus parques industriais, não admitindo que o preço cresça nem de acordo com a inflação interna das nações centrais. É só para espoliar os países pobres.

O caso mais triste é o do minério de ferro. Mas não suponham os Senhores que não exista, também, o controle dos grãos. Do mesmo modo que há as seis irmãs do petróleo, existe a Cargil, a General Foods, a Bung and Borg, etc... que controlam o comércio de grãos. Como é que a safra de soja brasileira, no entreato das duas safras americanas, não tem um preço altíssimo sempre? Tudo manipulado. Mas essa era a forma clássica de controlar as nações periféricas, mantendo o padrão de vida das nações ricas.

Agora surge uma forma muito mais interessante. As nações periféricas, as devedoras dos 700 bilhões de dólares, dos quais 300 são da América Ibérica, não precisam pagar a dívida, pagarão apenas os juros, porque os juros são justamente aquilo de que as nações ricas precisam para assegurar a sua compra de petróleo árabe, ou seja, o acorramento permanente desses novos servos da gleba do fim do século XX.

Meus Senhores, quando digo aos Senhores que é necessário constituir um centro de força e união em torno desse coração econômico do Brasil, é evidente que proclamo isso querendo dar alguma objetividade, algum sentido pragmático a essa extraordinária vitória eleitoral de 15 de novembro do ano passado. Lembro-me que, falando neste Congresso no dia 4 e 5, de novembro de 1981, a trinta deputados e a um Senador, cujo nome declino com toda honra, o Senador Saturnino Braga, esse bravo defensor do interesse nacional, por todo Brasil, ao lado de Teotônio Vilela, dizia, ao ser interrogado pelos debatedores: o que é necessário? E resumi em uma linha a resposta. É necessário votar contra o Governo ou seja, contra a recessão, o desemprego e a fome, para que essa gente seja varrida do poder. Ora, o que é necessário, se houve uma vitória eleitoral de 7 a 8 milhões de brasileiros? É necessário que o poder não seja apenas ocupado.

Há um diálogo histórico. No ano de 63 entre a Comissão do Marechal Tito, que visitava o Brasil, e o Líder Presidente do Partido Comunista Brasileiro, o diálogo era o seguinte: “Como estão as coisas aí? A resposta foi a seguinte: “Bem, já temos o Governo, falta o poder”. Então, não é suficiente ocupar o Governo, é necessário

exercer o poder, mas exercer o poder como? Julgo que a crise mais patriótica que pode ser feita é afastar de nós o caos social, em que todos perderemos. Como? Assegurando emprego. É a forma mais prática, mais objetiva, de afastar o caos social. E do outro lado? De que maneira? Acabando com as omissões graves que estão ocorrendo. Se a classe média, aquela que é fundamento, aquela que dirige a sociedade, se a classe média está sendo destruída, é ela que está sendo desinformada a respeito da gravidade da hora nacional. É ela que está achando, nesta situação explosiva em que o País se encontra, que vai tudo bem. É a mesma alienação histórica, que, sem nenhuma ofensa para qualquer dos Senhores que aqui reside, como testemunho disso, durante duas vezes, em período de dois anos, digo: é uma grande alienação histórica que cerca sempre esta Brasília.

E, ainda, qual a outra omissão? A omissão do empresariado nacional. Ora, meus Senhores, o analista americano Peter Evans, nesse livro que está traduzido pela Zahar, em que o autor mostra, depois de visitar o Brasil em largos períodos, em 76 e 79, mostra uma alta sensibilidade social, pois começa o livro e encerra o livro se referindo ao quebra-quebra de 30 e tantos ônibus em Brasília, no início do Governo Geisel, quando as tarifas foram aumentadas por um Secretário de Transportes desavisado. E o que diz ele? Ele diz o seguinte: por quanto tempo demorará a paciência do povo brasileiro, do povo mexicano, do povo nigeriano, que são os três povos para os quais o modelo dependente foi predominantemente concebido, ele disse: por quanto tempo demorará a paciência desses povos para que eles não venham, desesperados, fazer os quebra-quebra iguais aos dos ônibus de Brasília? E acrescenta: e esses empresários brasileiros, que não têm nenhuma possibilidade de serem incrustados no modelo dependente? Ele diz, nessa análise, que somente os empresários, que já estavam em conúbio com as empresas multinacionais, somente esses tinham a capacidade de sobrevivência.

E a terceira omissão, a omissão da comunicação social. Ora, meus Senhores, eu tenho falado por todo Brasil — e presto aqui a minha homenagem ao jornalismo nacional. Jamais — e me dirigindo sempre a moços jornalistas, que calculo a idade entre vinte e vinte e cinco anos, — jamais foi atribuída a mim coisa que não tivesse dito — jamais foram torcidas as minhas palavras. Só início as coletivas à imprensa depois de conseguir ter presentes em todos esses lugares do Brasil em que tenho ido, os representantes da grande imprensa nacional. E quando eles chegam, muitas vezes a meu chamado, começo sempre com as mesmas palavras: já sei que amanhã nada será dito dessas verdades contundentes, que estou assumindo a responsabilidade de dizer nesses grandes jornais, que vocês representam. E, no dia seguinte, isso é absolutamente confirmado. Enquanto como tenho feito toda essa pregação acima dos partidos e dizendo que estou me dirigindo tanto ao Governo como à Oposição, tanto ao Partido do Governo como aos Partidos da Oposição, no dia seguinte, tenho o prazer de ver a essência daquilo que eu disse nas primeiras páginas dos jornais locais, ou seja, há muito mais liberdade de imprensa na pequena imprensa brasileira, nas capitais, e nas cidades do interior do que na grande imprensa do País.

Mas isso é mais grave, porque a grande imprensa e, sobretudo, o rádio e a televisão, é que influenciam a classe média. Então, numa situação gravíssima como esta em que nos encontramos, criam a falsa sensação de segurança. E aparece uma outra discriminação chocante. Citemos um único exemplo: economistas de formação clássica, que não infirmam as regras do jogo, economistas que concordam na internacionalização da economia, economistas que concordam com esse modelo exportador, conseguem horas e horas de rádio e televisão no Brasil. E homens da independência, da coragem cívica e moral de Marcos Antônio Campos Martins, PHD, de

São Paulo, aqui presente, que tem os seus trabalhos citados do mais alto nível por universitários americanos, esses homens não conseguem, de forma alguma, ver as suas fisionomias num écran de televisão. E por quê? Porque tanto aqueles que pensam como nós, como esses que mostram o que de fato está ocorrendo no mundo, que mostram a necessidade da aposentadoria da ideologia, da aposentadoria do petróleo, da aposentadoria do dólar, são homens que compreenderam o sentido histórico da Nação brasileira. Compreenderam que os brasileiros unidos têm a solução da grave crise que nós atravessamos nas suas mãos. Então é necessário que as suas vozes não tenham repercussão. E a forma mais daninha de conseguir esse objetivo nefasto é decretar a morte civil dessas pessoas.

Algumas palavras sobre esse assunto tão necessário em que há desinformação da comunicação social se estende longamente sobre eles: o problema da estatização e da privatização e o problema das multinacionais. Ora, meus Senhores, o que é necessário que a Nação brasileira saiba é que as grandes empresas estatais, a TELEBRÁS, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a CHESF, a EMBRATEL, essas empresas e a Cia. Vale do Rio Doce, com a ressalva de que é a companhia mais internacionalizada e aquela que mais tem ajudado e protegido as multinacionais, isso constitui a estrutura do nosso País. É absolutamente impatriótico querer destruí-las. Se há erros, e os erros existem, o que é necessário é a vigilância da opinião pública, corrigindo esses erros, o que é necessário é o aperfeiçoamento da norma jurídica, a norma jurídica tem que dizer se o déficit de uma determinada estatal dessas prossegue em dois períodos trimestrais, o Conselho de Administração derruba a diretoria. Mas empreender uma campanha que vise somente confundir a opinião pública, como está acontecendo e vai acontecer durante trinta dias, jogando essa pecha sobre as grandes empresas estatais.

Ora, por que elas se encontram nessa situação? Porque o Governo obrigou que elas fizessem, para consertar o balanço de pagamento, os grandes empréstimos em dólar, e depois, o mesmo Governo faz a maxidesvalorização, o mesmo Governo, semanalmente, desvaloriza o cruzeiro. E como se isso não bastasse, os orçamentos — os programas dessas empresas, nos últimos anos, têm sido feitos sempre como uma inflação que, às vezes, é até a metade da inflação do ano, ou seja, o administrador vê que o dinheiro que ele tem para administrar tem que acabar, se for a metade, no sexto mês do ano. Então, quem coloca essas empresas na situação difícil em que elas se encontram é sobretudo o Governo. Artigo do vosso companheiro, Eduardo Suplicy e artigo do antigo Presidente da Vale do Rio Doce, Sr. Antônio Dias Leite, no *Jornal do Brasil* de menos de 10 dias atrás, reduzem as suas dimensões do que seja, de fato, o problema da dívida das estatais. Essa campanha pela privatização — o que é isto? É suficiente fazer uma pergunta: quem são os grandes beneficiários da desgraça nacional? Ora, em primeiro lugar, os bancos estrangeiros. O City Banck confessa que, tendo investido no Brasil apenas 6% conseguiu, no último ano, no Brasil, um lucro de 25% do lucro geral de todo o mundo. Em seguida, as multinacionais. Como? Praticando aquele crime que é fruto, exclusivamente, da falta de vigilância cívica e dessa classe dirigente brasileira, sócio-culturalmente, que não acredita no País. Então, vêm os Srs. — o Dr. Juscelino cria um modelo, traz essas montadoras para o Brasil e, sobretudo, inicialmente, vieram aquelas que já estavam quebradas na Europa e, de acordo com a Instrução 113, entra como dólares, jamais fiscalizado por nós — entra como dólares as matrizes velhas existentes na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. A partir daí, sem que nenhuma auditoria válida tenha sido feita até hoje, elas passam a subfaturar as exportações e a superfaturar as importações e, como se isto não bastasse, passam elas a jogar no nosso

open-market, desgraçado open-market, que leva essa dívida interna a 13 trilhões, hoje, ao pagamento mensal de 1 trilhão de juros e correção, inviabilizando, portanto, qualquer processo de restauração das finanças brasileiras, o que fazem elas? Jogando no open-market, catam as poupanças brasileiras e incorporam essas poupanças ao seu capital, e essas poupanças passam a ser capital estrangeiro remetido para o exterior. Haverá crime maior que se esteja praticando nesses últimos 30 e tantos anos contra o País? Não é essa classe dirigente — não é só o Governo — a qual nós pertencemos, desinformadas por esses homens que dizem: o Brasil é uma Coréia, o Brasil é um Paquistão para ter medo de multinacional?

Não, meus Srs. Ninguém tem medo de multinacional. Eu sei que as multinacionais são tigres de papel. Elas fazem isto, abusando do comprometimento desta classe dirigente brasileira e da inexistência de um Governo patriótico e nacionalista. Se isto houver, elas vão, pacificamente, se conformar ao interesse brasileiro. O que tenho dito em todo o Brasil é na solução que apresentam aos Srs. e que sempre digo que é a última oportunidade do capitalismo no Brasil. Tenho dito que, quanto às multinacionais, cabe apenas conformá-las ao interesse brasileiro, e o que é conformar ao interesse brasileiro? É fazer o que a Espanha fez com a Fiat. Quando, Adido militar do Brasil por dois anos — em 1965 e 1966 na Espanha — e percorri toda a Europa, e os meus filhos se surpreendiam — “Papai, olhe lá: CEAT”. Os espanhóis não deixaram a Fiat colocar o nome. A primeira coisa que os espanhóis fizeram foi não deixar a Fiat chamar Fiat na Espanha — chama-se CEAT. Em 15 anos, nacionalizaram a Fiat — capital da CEAT é todo espanhol ou quase todo espanhol hoje. Aqui, meus Srs. é aquilo que, ao lado do nosso Presidente, mineiro, humilhado, reconhecemos e declaramos neste depoimento histórico para o Congresso Nacional. Nos últimos dias do Governo Castello Branco, não sei se, conscientemente ou não, na barafunda de quase 100 decretos assinados, alguém, depois da questão estar submetida à justiça do País, fez com que o Presidente assinasse o Decreto em que se entregava as jazidas de Águas Claras a Hanna, com o pseudônimo brasileiro de MBR — Minerações Brasileiras Reunidas. Para fazer o quê? Exploração de ferro — toda tecnologia conhecida dos mineiros, tudo deles sabido, favorecendo-a, só permitindo a cobrança de metade do imposto. Ora, é vergonha para nós mas, vergonha maior para mim e para o nosso Presidente. São decorridos 20 anos e esse corredor de exportação, na vista da classe dirigente de Belo Horizonte, continuar pacificamente, existindo.

Outro exemplo que nos envergonha, a nós mineiros — a Fiat, anualmente, sempre em vermelho em Minas e em azul na Itália, e o Fiat, feito pelas mãos calosas dos operários mineiros, para escárnio nosso, aparece na nossa televisão, todos os dias, na Alemanha, na Suíça, na França, na Itália — “Aqui está o Fiat brasileiro”. Meus Srs.: em que condições um Fiat que sai do Brasil, abaixo do preço de custo e as multinacionais não interessariam, no caso, que o Fiat fosse exportado mesmo por um preço simbólico de 1 dólar, desde que os afamados subsídios à exportação, indenizassem as multinacionais em cruzeiros por esse Fiat exportado por um dólar, do correspondente ao preço interno em que o Fiat é vendido no Brasil. O que mais ocorre? Anualmente, o exaurido Governo de Minas é convidado a entregar à Fiat 120 milhões de dólares — mais de 100 milhões de dólares — para que a parte brasileira fique participando menos ainda do que participava no negócio. Então, é o modo de relacionamento com as multinacionais, absolutamente inepto, impatriótico, sem nenhuma sabedoria.

A terceira vergonha nossa, bem ou mal, um empreendimento de microeletrônica é iniciado em Minas Gerais, e, portanto, do maior interesse nacional, será repetido, agora, lá em Campinas, São Paulo, o negócio evolui, passa a pertencer ao BNDE, à SUDENE, à TELEBRÁS

e, em menor proporção, aos empresários mineiros; e esse empreendimento se transforma em um empreendimento falido, depois de negociações pouco esclarecidas, e que estão, posteriormente, justificadas em livro — se deixou que isso falisse.

Ora, com tristeza vemos, inclusive empresários brasileiros, virem a público dizer que é necessário que as empresas multinacionais empenhem, no Brasil, capital de risco. E aí se vê como esses homens, que têm tantos economistas para esclarecê-los, não compreenderam nada a respeito do que seja o capital internacional. É evidente que a grande lição, lição que nós aprendemos dos pró-dromos da nossa independência, quando o Patriarca precisou criar a Marinha e o Exército, que asseguraram a independência do Brasil, e que, ao contrário do que diz os compêndios de História, foi uma luta duramente pelejada que mobilizou mais gente do que os exércitos de Bolívar e San Martín, o que fez ele? Hipólito José da Costa, o grande jornalista brasileiro, em Londres, e o futuro Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brandt Pontes e Horta, em cartas, aconselhavam-no a pedir empréstimo na City londrina, para fazer a Marinha e o Exército da independência. E o que fez o Patriarca, o mesmo homem que, no manifesto de 6 de agosto, declara que o Brasil vai negociar em igualdade de condições com todas as nações, e que não aceita, portanto, as tarifas protecionistas asseguradas à Inglaterra pelo Tratado de 1810 — esse homem manda o Ministro da Fazenda, Martim Francisco descer à Praça do Rio de Janeiro, e ali levantar 400 contos, com os quais se construíram a Marinha do Almirante Crochane e o Exército do General Pedro Labatut, que fizeram a independência na Bahia e no norte do Brasil. Ora, então, capital se faz em casa.

Um país como o Japão, derrotado e humilhado de todas as formas, e eu julgo que a humilhação mais dura terá sido aquela dos plenipotenciários japoneses, a bordo daquele porta-aviões, irem assinar a rendição do Japão, diante de um General, que nem gravata tinha, estava de camisa aberta. Pois bem, meus Srs., para mostrar o quanto pode ser feito em nosso País, com uma política energética, que assegure os transportes brasileiros, com as alternativas nacionais, com uma independência tecnológica que crie uma tecnologia própria para o Brasil — os japoneses, humilhados e ofendidos dessa maneira, conseguem, durante toda ocupação americana, preservar as empresas japonesas do capital americano, e só não o fizeram em parte do setor petrolífero. Se uma nação derrotada consegue isso, o que não conseguirá o Brasil, com um Governo patriótico e nacionalista?

Meus Srs., as multinacionais são tigres de papel, mas o capital estrangeiro é muito mais rapinante do que as multinacionais, e nesse momento, em que o Brasil, de joelhos, negocia perante o FMI e bancos particulares, um acordo humilhante para todos nós, e, sobretudo, para as Forças Armadas do Brasil, nesse momento é evidente, meus Srs., que abaixo do que está expresso no Projeto 2, existe muito mais coisas, que todos os dias esses agentes do FMI, esses Ministros americanos itinerantes, que ainda, essa semana, vieram dizer que o Brasil não deve se transformar em um grande produtor de alimentos, porque vai acabar concorrendo com a produção de alimentos americana, esses homens que vêm aqui dizer que o Brasil não pode reservar um pequeno setor da microeletrônica, da informática em mãos brasileiras, nos humilhando dessa maneira, implicitamente, o que eles estão propugnando é o que não está expresso no Projeto 2, e que, a meu ver, se resume nos seguintes pontos:

1º — limitação da natalidade;

2º — permitir a entrada de bancos estrangeiros, acabando o último setor resguardado, de certa forma, da economia brasileira;

3º — não estabelecer nenhuma auditoria, não dar nenhuma preocupação ao capital estrangeiro;

4º — não estabelecer nenhuma restrição à venda de terras para o estrangeiro;

E, finalmente, entregar totalmente o setor de informática.

Ora, meus Srs., é preciso que os Srs. saibam que nós temos a massa crítica de brasileiros, capazes de conduzir o processo de desenvolvimento em todos os setores; é preciso que os Srs. não ignorem que, com grande sacrifício para a Nação, o Governo Geisel, responsável pela maior parte desses erros, que, no Governo Figueiredo, nos espantam, apenas pela sua obstinação no pecado, cometendo o que é um pecado contra o Espírito Santo, é evidente que esse Governo conseguiu fazer a cúpula do desenvolvimento, ou seja, as indústrias de bens de capital. Conseguiu acabar com o acordo militar, negociado em 1952, pelo Governo Constitucional do Presidente Vargas com os americanos, então, são grandes vitórias. Fez um plano de ciência e tecnologia, nacionalista e patriótico — infelizmente não executado — então, é evidente que nós temos as saídas nacionais nas nossas mãos. Aqueles que vêm à imprensa, ao rádio, à televisão, dizer somente para praticar, o que eu chamo, a desinformação da classe dirigente, a desinformação da classe média — não fiquem pensando os Srs. que a classe explosiva é o povo, a classe média é que é a classe explosiva, a classe média é que fez todas as revoluções históricas — vêm dizer então, que é necessário; ele quer reinventar a roda, ele quer descobrir o arco, ele quer descobrir o fogo, ele quer descobrir a pólvora? Não, meus Srs., não somos nós que queremos fazer nada disso, isso foi feito, e há um exemplo histórico recente. Sabem os Srs. que, terminada a Guerra, detinham os americanos, os canadenses e os britânicos o monopólio do desenvolvimento da energia atômica. E o que fizeram os franceses? Os franceses redescobriram a roda, no Vale do Loire, construíram quatro geradores de 70 a 450 megawatts, a base de urânio natural, que foi a desgraça nossa não ter começado a nossa energia atômica dessa forma, para aprender, e depois já no Governo Pompidou, quando aprenderam tudo a respeito de energia atômica ou produção do plutônio, a recuperação, a regeneração dos dejetos atômicos, quando conseguiram tudo isso, o que fizeram eles? Desativaram geradores do Vale do Loire. Então é para os senhores sentirem que, historicamente, há aqueles que descobriram a pólvora, reinventaram a roda.

Mas no nosso caso não seria esse o exemplo a ser seguido. O exemplo a ser seguido seria o dos japoneses, de derrotados, humilhados, pegaram os seus melhores cérebros tecnológicos, espalharam pelo mundo para fazer espionagem industrial; e esses homens conseguiram então adaptar às condições japonesas aquilo que os outros países tinham descoberto. Quando propugno a independência tecnológica, ela não pode ficar fora de nenhum programa partidário em projeto nacional para resolver assunto do Brasil. Nenhum país consegue se debruçar sobre o mundo sem ter resolvido os seus problemas próprios. É o caso, pois, da independência tecnológica. E no caso, os políticos brasileiros, os economistas e os empresários brasileiros, são justamente aqueles que têm mais dificuldade de compreensão do problema tecnológico.

Tecnologia não se compra, tecnologia se transfere de cérebro a cérebro, mas é necessário que o cérebro receptor tenha uma alta capacidade tecnológica, única forma de assimilar a tecnologia e de poder inovar sobre ela. Somente depois de inovar sobre a tecnologia é que se adquiriu o controle e se absorveu aquela tecnologia.

E nós, para criarmos esse poderoso parque industrial, mas parque industrial desarticulado, o que fizemos? Foi a era que desde um discurso, de fevereiro de 1979, ainda no Governo Geisel, fiz questão de, publicamente, dizer para a Nação brasileira: a aquisição dos pacotes tecnológicos é um crime contra o Brasil, contra nós brasileiros; a tecnologia se transfere num caso específico, digamos: vamos fazer os circuitos integrados de pequena, média, grande integração; é essa tecnologia que tem hoje.

Pacotes tecnológicos é uma transferência indiscriminada de tecnologia que convém ao vendedor do pacote, mas que, absolutamente, não convém ao comprador. E por quê? Porque aquilo é uma equação de matérias-primas dos países de origem, de capacidade técnica desses países, de condições ambientais desses países, que não pode ser transferida para outro país. Então o que nós teríamos que fazer é o mesmo que os japoneses fizeram e que tem sido feito.

Eu quero que os Senhores saibam que no setor da informática, com o qual eu estive ligado tanto tempo, se nacionalizou uma imensidade de produtos de comunicação do Exército Brasileiro, e houve oficiais brasileiros que fizeram rádios SSB, e declino o nome de alguns deles com toda honra: Lavoiser, Mont Claro, Granato e outros, fizeram isso na Fábrica de Comunicações do Exército. Esse rádio é igual a qualquer rádio de exército estrangeiro no momento, rádio SSB, que liga brigadas, regimentos, grupo de artilharia, batalhões de carros de combate; isso foi feito por nós. Então existe a massa crítica de cérebros brasileiros capazes de resolver todos esses problemas tecnológicos.

E o problema da independência tecnológica? É preciso colocar esse problema no contexto mundial. O que existe? A extinção do petróleo. Se nós tivéssemos continuado com o gasto de 38 milhões de barris diários, do ano de 1973, o petróleo se extinguiria antes do ano 2000. Baixou o consumo mundial para 16 milhões. O que é? As nações ricas estão num processo de recondicionamento dos seus parques industriais, a uma nova era de petróleo caro. Quando os senhores vêm os americanos falarem em gás, o que é? 20% da gasolina em determinados Estados, juntado ao álcool saído dos excedentes de milho americano, e aí aparecem empresários brasileiros, naturalmente, bem intencionados, mas pouco esclarecidos, que quer transformar o Brasil num grande produtor de álcool para ser exportado para os americanos. Nós, em vez de irmos produzir um grande projeto de álcool para movimentar e aposentar o petróleo, movimentar as nossas viaturas, transporte coletivo, transporte de carga, agricultura, em vez de fazermos o álcool para isso, não! Iríamos produzir álcool, iríamos permitir que as multinacionais produzissem álcool, para resolver o problema deles. Não pode haver alienação maior. E vêm os outros e dizem: mas o álcool não serve para o motor diesel. Ora, meus senhores, estamos no 10º ano da crise energética.

Se o programa do álcool encarado pelos seus criadores, tivesse sido executado, nós hoje já estávamos independente do petróleo. Mas é indispensável juntar a PETROBRÁS ao programa do álcool, porque é a única maneira da PETROBRÁS deixar de sabotar esse programa. A PETROBRÁS tem que participar.

Quando os senhores vêm a SHELL se transformando em mineradora, o que é? É porque o petróleo está em extinção. As sete irmãs já vão se encaminhar para o setor da mineração. A nossa PETROBRÁS tem que participar do plano do carvão, do plano do xisto, do plano do álcool. O que não pode é permitir que ela se adone dos planos, ela tem que participar com menos de 50% do capital, dessa maneira estaríamos evitando, no Brasil, os barões do álcool, semelhantes aos xeiques do petróleo. E no outro extremo fariamos o Brasil explodir; como? Permitindo que os fazendeiros — e o exemplo clássico é dos fazendeiros de Minas Gerais, os homens mais abandonados e mais desassistidos por todos os Governos, homens que, em vez de venderem seu gado e jogarem no **Open Market** e enriquecerem, permanecem, a custo negativo, abastecendo de leite as grandes cidades — se nós disséssemos a esses homens, produzir energia e vendê-la é um alto negócio — eu estou falando para a História, Bautista — evidentemente criaríamos justamente essa liberdade de mercado que os economistas clássicos querem, criando o preço regional do álcool no interior do Brasil. Por que o Brasil está vulnerável? O Brasil está altamente

vulnerável porque acabou toda atividade produtiva no interior.

Quando esses moços que dirigem a política econômica, moços que, naturalmente, pensam que o Brasil nasceu com eles e que vai acabar com eles, quando esses moços reconhecerem, a partir de 1980, a recessão e o desemprego, é porque o interior há muito estava em recessão. E a prova disso está na aceleração do êxodo rural evidenciado no último censo.

Ora, se nós financiássemos micro e minúsculas, que custavam, ainda no ano passado, da ordem de 8 milhões, se nós, não digo nós, se o último Governo mineiro — para quem apelei muito — tivesse em Minas Gerais criado 150 microusinas, vendendo álcool a preço de mercado na boca das destilarias, estaria consagrado o programa do álcool. E como no nosso País os fatos consumados têm uma alta força, seria difícilimo, a partir daí, fechar esses empreendimentos. A saída está nas nossas mãos.

Mas nós não diríamos isso aos fazendeiros, nós diríamos que, a curto prazo, produzir energia é um alto negócio, mas nós iríamos a um ponto além, iríamos dar estabilidade social ao Brasil, diríamos a eles que produzir energia é pouco, é necessário criar uma poderosa agroindústria no Brasil. Um País que tem um interior produtivo, gerando dinheiro e riqueza, é evidente que as empresas industriais dos grandes centros terão a quem vender; e é isso que chamamos ampliação do mercado interno e nessa palavra, incluímos tudo aquilo que se debate exaustivamente, porque ninguém quer perder, empresários não querem perder, banqueiros não querem perder, classe média não quer perder, todos querem, naturalmente, fazer aquilo que as nações centrais estão fazendo conosco, transferir o sofrimento para o povo brasileiro, como esse malfadado projeto, que agride a segurança nacional, se tenta aprovar nestes dias no Congresso Nacional, dizendo ao povo brasileiro, como alguns Ministros já disseram: estão comendo muito, tem que baixar o padrão de vida de vocês. De gente que está comendo uma vez por dia

Exportar de acordo com o interesse nacional. O que é isso? É não fazer aquela forma de suicídio que Petrônio fez para se vingar de Nero, mandando-lhe uma carta histórica dizendo: "Abri as veias". Como alguém pode vender abaixo dos preços de produção? Como sai esse minério de ferro a preço negativo, sai toda a mineração brasileira a preço negativo? Como duas florescentes indústrias, a de Franca e a de São Leopoldo vendem calçados a 7 e 8 dólares, os melhores calçados, e vendem a nós, brasileiros, esses mesmos calçados a preços correspondentes a 40 e 50 dólares? E aparecem nas entrevistas coletivas os economistas que, 10 anos depois, continuam dizendo que isto está muito certo, ou seja, estamos levando a Nação a ficar exangue, estamos transferindo trabalho brasileiro, estamos transferindo renda brasileira, a preço vil para o estrangeiro.

Prioridade para os problemas do Nordeste. É uma prioridade de justiça, não é auxílio, não é esmola ao Nordeste. Será que nós todos fingimos ignorar que o Centro-Sul, na quarta ou quinta parte dos seus transportes, é movimentado pelo petróleo do Nordeste? Será que se finge ignorar isso? Como se faz um empreendimento igual ao de Tucuruí, da ordem de 4 bilhões de dólares, para dar aos japoneses energia elétrica subsidiada em menos de 20% para transformar bauxita em alumina, criminosamente, se esquecendo que existe um problema histórico da seca do Nordeste e da transferência dos rios, do São Francisco ou Tocantins?

Meus Srs., mas tudo isto que procurei longamente, neste depoimento histórico deixar evidente à compreensão comum, sem nenhum economês, procurando mostrar que os fatos são facilmente entendidos pelo povo brasileiro.

O que é necessário? O necessário é separar o campo da economia do campo da política e haver a coragem cívica

e a autoridade moral de tomar as decisões históricas. Como? Da única maneira plausível: mobilizando, pacificamente, o povo brasileiro para que, através da eleição direta majoritária, dando-nos um Presidente que tenha a autoridade moral e a coragem cívica de exigir as necessárias restrições internas, o sacrifício interno de todas as classes, de todos os ramos e, externamente, enfrentar o capital internacional e, ao mesmo tempo, a decretação daquilo que só o Brasil pode fazer, a decretação da moratória como ato de soberania do Brasil. É um decreto, Decreto do Presidente da República, aprovado pelo Congresso Nacional, que diga em duas linhas: "O Brasil, a partir de hoje, não paga mais estas dívidas porque elas já estão pagas muitas vezes (Muito bem! Palmas).

Os Srs. viram aqueles que, fingindo ignorar a história econômica do mundo, vieram dizer aos brasileiros que é muito feio passar calote, que não se pode fazer um "OPEP de caloteiros". Pois bem, Srs. é preciso que os Srs. saibam que há 150 anos os Estados Unidos fizeram isso, que, em 1917, a Rússia fez isso, que a China fez isso em 1945, Cuba fez isso na vista dos Estados Unidos. Mas não somente isso, é preciso que os Srs. saibam que pertencem à história econômica do mundo, que as dívidas da I Guerra Mundial não foram pagas, que apenas a pequena Finlândia pagou as dívidas da I Guerra Mundial, todas as demais nações calotearam os Estados Unidos. E quando esses mesmos moços, que conhecem muito bem esses fatos, vêm falar em "OPEP de caloteiros", nós temos que lembrar a "OPEP dos otários", também consagrada em artigo de Marco Antônio Campos Martins. Um Lord do tesouro inglês veio a público dizer que, de fato, empurraram essa moeda falsa em cima dos países do Terceiro Mundo, mas não tinham a intenção de fazê-lo. Meus Srs., é preciso que os Srs. entendam que existe no bojo de tudo isso uma crise militar, também. É preciso que os Srs. entendam, como eu tenho entendido, falando exaustivamente como aqui, em todos os auditórios desse País, e sobretudo no seio da mocidade, vendo que os moços atribuem todos os males, toda essa desgraça nacional aos militares. Não, meus Srs., os militares são iguais a todos nós que desenvolvemos a nossa capacidade de luta e trabalho em todos os ramos de atividade. Os militares estão no interior dos quartéis aprendendo a usar as armas que o Brasil confiou, os militares não analisam e não racionalizam todas essas questões da maneira que expus aos Srs., os militares de todos os exércitos do mundo — e todas as nações têm militares, nações socialistas, comunistas ou nações democráticas — os militares existem para obedecer. Então, é à sociedade civil que compete defender as saídas, que compete mostrar que há um crime contra o Brasil e contra nós brasileiros, eleger um Presidente da República saído dos porões do palácio sem nenhuma legitimidade. (Palmas.)

A idéia de democracia é irmã da idéia majoritária. Como é possível um colégio eleitoral minoritário escolher presidente de uma democracia? Como é possível, sabemos todos o nosso direito público tem no Senado Federal, aquilo que equilibra a Federação, como eleger Presidente da República, se dar a mesma representação a Sergipe e a São Paulo, a Alagoas e a Minas Gerais, como?

Então, meus Srs. nós vamos ter um presidente sem nenhuma legitimidade, e aí é a hora de abordar esse problema chamado problema do consenso.

Meus Srs., a situação é muito grave para criar um consenso da elite dirigente, obscurificada, impatriótica, contra o povo brasileiro. Consenso que não se diga para quê? Só pode haver consenso.

Ainda agora, em São Paulo, falando como aqui, torrencialmente, eu tive que explicar ao último debatedor porque não me alinhava entre aqueles que pediam a Constituinte.

Ora, meus Srs., confesso que tenho que dizer: consenso para quê? Se o consenso é para mudar tudo isso, se o

consenso é para criar um projeto nacional nas condições aqui emitidas, se o consenso é para aplaudir o Presidente Figueiredo, na hora em que ele decretar a moratória unilateral, e na hora em que completar a sua biografia, admitindo a eleição direta para o seu substituto, é evidente, meus Srs. que todos nós estaremos com esse consenso.

Mas, consenso para continuar isso aí, consenso para se dar ênfase à doutrina de segurança nacional, que todos os países têm os objetivos que foram destacados nesses 20 anos: segurança e desenvolvimento, evidentemente, não. Mas, se for para destacar os objetivos, soberania, desenvolvimento, justiça social, é evidente que sim. Consenso, para criar essa forma sabuja, defendida por Ministros de Estado, de continuísmo, como se o Presidente Figueiredo, um homem criado nessa escola de honra e dever que é o Exército Nacional, fosse um caudilho igual a esses péssimos exemplos de caudilhos americanos, consagrando seu continuísmo, evidentemente que esse consenso, não.

Ora, meus Srs., há dificuldade para que essa oligarquia gasta e despreparada, permaneça no poder, está muito evidente logo, o que está faltando é uma oposição coordenada e aguerrida, lutando pela eleição direta (palmas.) e lutando pela decretação da moratória.

E depois, vem esses mesmos pseudo-economistas e desinformadores sociais dizer que nós não temos reserva nenhuma, como decretar a moratória, se não temos dinheiro para pagar o petróleo? E são esses mesmos homens que sabem muito bem como eu, e isso está até num artigo do Professor Gudin de um ou dois meses atrás, que um mago de finanças alemão, um economista prático, não é um economista teórico, o Dr. Djalma Schacht, homem absolvido do processo de Nuremberg, mas que depois de absolvido, curtiu 4 anos de prisão no Estado de Gutemberg, para ser desclassificado, esse homem salvou a Alemanha duas vezes, na grande inflação de 1923 e na grande crise de desemprego e fome de 1932. E como? Primeiro, criou os marcos compensados, ou seja, taxas múltiplas de moedas, iguais a taxas múltiplas de câmbio. Também para esses moços que têm as suas cabeças condicionadas pelo capital internacional, não se poderia nunca se adotar, coisa que o Brasil vem sistematicamente adotando sempre, taxas múltiplas de câmbio.

Então, o Dr. Djalma Schacht criou marcos compensados para com eles enganar as nações ricas. E, do mesmo modo que os bancos centrais das nações ricas imprimiram iene, marcos, dólares, libras, e empurraram isso até a nossa dívida, o que fez o Dr. Djalma Schacht? Imprimiu marcos internos e com esses marcos botou para trabalhar mais de 6 milhões de alemães.

Ora, meus Srs., se nós temos a capacidade, como já mostrei, de aposentar o petróleo, temos também de aposentar os dólares, e aposentamos os dólares raciocinando em cruzeiros, num País que está com todos os seus fatores de produção ociosos, que tem as frentes a serem abertas em todas as direções, e então, esses péssimos conselheiros, esses impatrióticos assessores do Presidente Figueiredo mostram uma situação, como se o Brasil fosse a Bélgica ou a Holanda em crise. Países em que todos os fatores de produção já estão empenhados, e portanto, ficado à dependência total. Mas, não é o nosso caso.

Então, o Dr. Djalma Schacht, ao lado disso, negociou acordos com os países subdesenvolvidos da época. Quais eram esses subdesenvolvidos? O Brasil e a Argentina na América Ibérica, as nações balcânicas, sobretudo a Romênia, por causa do petróleo. Fez acordos bilaterais, como? Relação de trocas. A Alemanha dava produtos manufaturados, e recebia matérias-primas, coisa que nós podemos fazer. Não só com os nossos irmãos ibéricos, mas com a Nigéria, com a Líbia, que pertencem ao chamado Terceiro Mundo.

Agora, a moratória seria declarada como ato de soberania do Brasil, o Brasil não consultaria ninguém porque o Brasil é o único País que, na hora em que tiver 120 mi-

lhões de brasileiros unidos em torno do seu Presidente, poderá declará-la. Se a Alemanha, em condições muito menos críticas e para um fim menos nobre, conseguiu isso, como nós não conseguiríamos com toda essa liberdade de ação que temos?

E, no período de retaliação que se seguisse, ainda temos uma oportunidade ímpar, é a oportunidade de unir essa América Ibérica, aplicando as idéias do grande economista inglês, Keynes não dotadas no acordo de Bretton Woods. E qual é essa idéia? A criação de uma câmara multilateral em que, as nações ibero-americanas teriam uma moeda escritural e, inicialmente, representada pela porcentagem de comércio, importação e exportação dessas nações e, a partir daí, mostrando a generosidade do brasileiro e, mostrando que ele não tem nenhuma idéia imperialista e, mostrando a razão do fracasso da ALALC e da ALADI, ou seja, o seu acumplicamento com o dólar. Essa moeda escritural, que eu chamaria de Colombo, em homenagem ao grande descobridor, e injustiçado no nome de América, essa moeda escritural, daí por diante uniria não os países credores como estão fazendo as nações ricas com as nações periféricas.

A idéia de Keynes é que quem tem que ser punido são as nações que desequilibram o comércio internacional. Nação que desequilibrava o comércio internacional é aquela que começa a acumular divisas. Se ela acumula essa divisa, deixou de comprar nos outros países, então ela é que seria penalizada. Com isso, as nações ibero-americanas, não teriam mais medo de nenhum imperialismo brasileiro. E, essa comunidade econômica, seria tão poderosa ou mais do que a comunidade Européia.

E, depois meus Senhores, quando os Srs. vêm, para que percam o medo, um Aiatolá do Iram tratar o Presidente Carter, da maneira como tratou, o ditador de Cuba fazer o mesmo em relação à América, a Nicarágua está desafiando todo esse potencial agressivo que está consumindo para destruir o mundo, assim como os russos o fazem, 247 bilhões anuais de dólares, no seu orçamento americano e, isso mostra que nós temos que apontar, também, não é só o dólar, não é só o petróleo, nós temos que aposentar a ideologia. A ideologia, o Brasil tem espaço para acabar os pobres, para transformar todo o seu povo em classe média. O Brasil tem espaço para isso.

Sim, acabar com a pobreza. Mas, isso é justamente aquilo que não convém às nações ricas, o que convém às nações ricas é, no caso vertente, que nós estamos apreciando, é jogar a classe média contra o povo, fazer a classe média se sentir ameaçada. Então, o que é necessário, fechando como comecei, é a mobilização da vontade nacional, de todos os brasileiros, é o entendimento de que todos estamos no mesmo barco.

E, como militar, uma outra preocupação grande que eu tenho, é em relação ao Exército que me recebeu aos 10 anos e no qual trabalhei 48 anos. O Exército é a expressão do povo brasileiro, o Exército não age contra o povo brasileiro, desde que ele, pela sua classe média mostre a sua vontade. E a eleição direta resolve o problema das Forças Armadas. Qualquer Presidente eleito por esse colégio eleitoral, que nada representa, será um Presidente fraco, vai continuar havendo queima de banca de jornal, pode haver uma nova bomba de Riocentro, poderá, se continuar a ouvir falar todos os dias, em SNI, em militares, em generais, tudo isso poderá acontecer. Mas, se nós tivermos um Presidente eleito pela maioria do povo brasileiro, quer dizer, em dois turnos, não é uma eleição direta que nos dê um Presidente minoritário, isso é tão criminoso como esse colégio eleitoral que aí está. Um Presidente que, no dia em que for eleito já tem contra ele dois brasileiros. Logo, tem que ser um Presidente majoritário, um Presidente que una 120 milhões de brasileiros.

Mas, o que é importante, é que isso constitui a rutura pacífica entre esses 20 anos iguais aos 8 anos da ditadura do Dr. Getúlio Vargas, em que toda a responsabilidade,

por atacado, é das Forças Armadas, isso constitui a rutura pacífica com o passado. Coisa da maior importância.

Então, meus Senhores, mercê de Deus, encerrando este depoimento, que considero um depoimento histórico prestado por um velho soldado, que serviu o Brasil na paz e na guerra, durante 48 anos, ao Congresso Nacional, mobilizemos a vontade nacional, para a realização do bem comum, mercê de Deus. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Iniciando os nossos debates, com a palavra o nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eminente Sr. General Antônio Carlos de Andrada Serpa:

De fato, não é à toa a atenção que V. Exª, Sr. General, merece desde já há algum tempo de todos os segmentos da sociedade brasileira lá mesmo no Norte, onde faz certo tempo que V. Exª não pisa, os seus conceitos são absorvidos com a mesma intensidade, com o mesmo grau de eficiência com que o são nos grandes centros culturais do País e, notadamente, no Congresso Nacional.

Eu, em realidade, não ouvi a sua explanação que se prolongou por quase três horas, eu escutei os seus conceitos, as suas críticas, as suas formulações e, notadamente, as soluções que o Sr. apresenta.

Eu tenho apenas duas questões a formular a V. Exª e vou formulá-las de modo separado: primeiro, é a sua referência ao livro de Peter Evans, à tríplice aliança, que muito bem se adapta às circunstâncias aqui, apontadas, por V. Exª, haja vista este livro apresentar para o nosso País enfoques da maior importância e da maior atualidade. E nele se contém verdades tão amargas, que talvez, por isso, não seja ele divulgado com a necessária repercussão social e sociológica em todos os segmentos da sociedade brasileira. De fato, Peter Evans, além dos fatores mencionados por V. Exª, ele faz referência ao militarismo latino-americano, em particular ao militarismo que começou a medrar no Brasil a partir do Estado Novo, e em particular depois da Revolução de 1964. Ele localiza nesse militarismo uma das causas fundamentais do processo de estiolamento a que está submetida a sociedade brasileira.

V. Exª, como afirmou enfaticamente, serviu à Pátria durante 48 anos, tanto na guerra, quanto na paz. E mais recentemente, para lamentação geral do povo brasileiro, inclusive do Exército brasileiro, V. Exª, por suas conhecidas posições de defesa dos reais interesses nacionais, foi transferido para a reserva. Mas V. Exª deve se recordar, Sr. General, da circular reservada que o Marechal Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, dirigiu aos seus comandados no dia 20 de março de 1964. Naquela circular, o General Castello Branco afirmava que as corporações militares não são necessariamente corporações que devem emprestar o seu apoio a programas de governo, porque se assim o fizessem lhes caberia o direito de se oporem a esses mesmos programas governamentais.

Com o passar dos tempos, nós observamos, Sr. General, que as corporações militares passaram a aprovar os programas de governo, havendo quem as classifique como guarda pretoriana das decisões do Palácio do Planalto.

Nesses 20 anos, recentes, 20 anos de sua vida pública, qual a evolução que V. Exª observa entre o conceito estabelecido pelo General Castello Branco e o atual comportamento das Forças Armadas do nosso País, sobretudo no que pertine ao eco e a pregação de homens da envergadura, da responsabilidade e da respeitabilidade de V. Exª pode merecer dentro das corporações que agasalham os seus companheiros de arma?

Eu sintetizo a pergunta: a pregação democrática de V. Exª encontra eco, encontra resposta favorável dentro das Forças Armadas brasileiras?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Inicialmente eu quero ter o prazer de registrar a admiração e o respeito que eu tenho pelo Senador Fábio Lucena, particularmente pelo aparte que deu à exposição do Ministro do Planejamento no Congresso Nacional. Considero o aparte de V. Exª uma cooperação patriótica do mais alto nível, e que consagrou V. Exª naquele momento, naquela hora pela sua oportunidade.

Em segundo lugar, eu vejo V. Exª me apresentar uma questão, por todas as formas, semelhante àquela que o Deputado João Cunha, que assistiu a todo o meu depoimento aqui, e que formulou essa mesma questão no dia 5 de novembro de 1981, ao se iniciar o debate. Como V. Exª, foi o primeiro debatedor. É a questão que percorrendo o Brasil, sobretudo nos auditórios das Universidades, me é questionado longamente, respondendo não uma, mas, às vezes, até 10 perguntas relativamente às Forças Armadas, aos militares. Vou ser bem breve. Da independência aos nossos dias, fiz um estudo que chamei "O poder institucional das Forças Armadas", com esse título absolutamente polêmico. Esse estudo está publicado no folhetim da *Folha de S. Paulo*, eu creio que em sete domingos sucessivos. Toda a história do Brasil, desde a independência até a Revolução de 1964, é marcada por pronunciamentos militares. Pronunciamento militar foi a República. O maior pronunciamento militar que nós tivemos, a maior mobilização cívica e militar a que o Brasil assistiu foi o da Aliança Liberal e a Revolução de 1930. É uma constante na história do Brasil isso, não se pode ir contra a história, é o registro de um fato.

Fato semelhante ao que eu pude apreciar, dois anos passados em Paris, como Adido Militar foi quando o General De Gaulle assumiu o poder e fez a descolonização da Argélia, e depois de todos os países, que são 16 países da África, chamados países francófonos. Esses países foram todos constituídos com constituições parlamentaristas, semelhantes à Constituição parlamentarista francesa, que é um misto de parlamentarismo e presidencialismo, a Constituição de 1958, a Constituição do General De Gaulle. O que aconteceu? Eu não tinha largado Paris ainda, no ano de 1966, e começaram a haver os golpes militares, transformando as instituições parlamentares em ditaduras. Ditaduras de quem? Quase todos antigos sargentos do exército francês, e alguns oficiais do exército francês.

Qual é o problema então que ocorria lá, com toda clareza? É que naqueles estados organizados, sem respeitar mesmo a antropologia e a etnologia — eu quero que os senhores saibam que a África é uma colcha de retalhos, em que tribos inimigas ficaram constituindo o mesmo País, e essas tribos, de repente, são minoria no país vizinho, porque predominou exclusivamente o interesse das nações coloniais que as estavam largando.

Qual seria o julgamento nesse caso? É que dentro daquela confusão tribal, quem tinha algum partido constituído era a Força Armada, era o único partido constituído. No caso brasileiro, conhecedor da história, evidentemente não é isso. No caso brasileiro, a sociedade civil sempre, de certa forma influiu dentro do meio militar, a Força Armada se dividindo, e na hora em que uma maior parte dessa força consegue se aglutinar, há a intervenção militar, há a quartelada. A República é uma quartelada. Os Senhores não tenham dúvida de que o Marechal Deodoro não queria derrubar o Imperador, ele queria que o Imperador morresse para depois haver a República. Mas quando foi nomeado um inimigo figadal dele, que era o Conselheiro Silveira Martins, e ele tomando conhecimento disso, faz a passeata no Rio de Janeiro com os republicanos históricos: Campos Sales, Quintino Bocarúva, etc. E, com isso, a República foi proclamada. O único ato oficial da proclamação da República foi da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dos vereadores do Rio de Janeiro. Enquanto o Senado do Império ainda, numa sessão normal, continuava deliberando.

Então, isso é que é. Mas, há uma característica em torno desses pronunciamentos: na minha geração eu participei de todos eles, quase sempre do lado derrotado. Quais são? 32, 27 de novembro de 35, 10 de novembro de 37, 8 de maio de 1938, 29 de outubro de 1945, 1950, 1954, 1955, 1961, 1964. Mas dois deles assumem um aspecto diferente: é a ditadura do Dr. Getúlio, entre 10 de novembro de 1937, e 29 de outubro de 1945, e os nossos vinte anos de Revolução de 64.

Ora, se nós compararmos os dois períodos, é evidente que a Revolução foi feita, como o Marechal Castello Branco aspirava, que era um processo sumário de acabar, o que, na época, se dizia com a subversão e corrupção para assegurar a democracia; e não podia deixar de ser assim. Nós, com o Marechal Castello Branco, com o Marechal Mascarenhas, que era o nosso chefe, o General Cordeiro de Farias, fomos nós que atravessamos o Atlântico, numa época difícil da ditadura do Dr. Getúlio quando o interesse da ditadura era naturalmente ficar com o fascismo italiano e com o nazismo alemão. O discurso do dia 11 de junho em comemoração da Batalha do Riachuelo de 1940, quando a França caía, mostra isso. Mas a sociedade civil se organizou, sobretudo através de duas instituições, a Liga de Defesa Nacional e a Sociedade dos Amigos da América, criada pelo General Manoel Rabelo e pelo Osvaldo Aranha. Esses dois homens, mobilizando a sociedade civil, a sociedade civil mobilizada, pelo esforço dos mineiros — o nosso Presidente ainda era muito moço não teve ocasião de assinar, mas os velhos todos assinaram o Manifesto dos Mineiros, que é de 1943, esses homens, os últimos deles estão vivos, são uma meia dúzia deles, Bilac Pinto, Afonso Arinos, Magalhães, José Bonifácio, Oscar Dias Correa, então são os últimos homens e todos punidos severamente, todos demitidos de todos empregos em que estavam na mesma hora, o que foi a sociedade civil se mobilizando.

É nesse ponto que eu digo que o Exército é a expressão do povo brasileiro. Como pode deixar de ser expressão, se o Exército brasileiro não é um Exército profissional, não é um Exército mercenário, é um Exército de conscrição? Houve época em que nós, anualmente, renovávamos em 90% o efetivo do Exército com a mocidade brasileira que completa 19 anos. Hoje, com essas unidades de comunicações, de carro de combate, de engenharia, de material bélico, com grande necessidade de tecnologia, baixamos, saiba o Sr. para 70%. Quer dizer que o Exército é renovado no seu efetivo em 70% com os jovens brasileiros que completam 19 anos. Então, se há alguém que seja a expressão da sociedade é o Exército brasileiro. E nesse sentido é que eu digo aos Srs. que o Exército não toma posição contra a sociedade. Quando os Srs. vêem que o Exército se revoltou em 64, eu digo aos Srs. nesse estudo, que a dificuldade, quando uma sociedade entra em liquidação na sua estrutura social, para o soldado no interior dos quartéis, a dificuldade não é cumprir o dever, a dificuldade é indentificar onde esteja o dever. Então os Srs. não suponham que os conspiradores que fizeram a Revolução de 64, entre os quais estava eu, moveriam a máquina do Exército. Ninguém move a máquina do Exército. Não é uma conspiração que derruba Governo. O Governo só é derrubado — e é o caso da Revolução de 64 — quando, sobretudo, ficou evidente que quase um milhão de paulistanos saíram e encheram as ruas de São Paulo no dia 19 de março. Então, o Senador está me obrigando apenas a recapitular fatos históricos. Se não houvesse isto, não tenham dúvida de que os militares permaneceriam em contradição, e permanecer em contradição diferentemente dos nossos vizinhos ibero-americanos.

Nós, militares brasileiros, pela nossa maturidade de sofrimento e luta, não começamos a nos atirar uns aos outros, o que é comum nos nossos vizinhos, somente quando se consegue a expressão do povo isso reflete dentro do meio militar. Os militares, dentro do Exército, es-

tão todos com a boa doutrina, que é a doutrina do Marechal Castello Branco, pela qual aos militares não cabe aprovar ou desaprovar programas de Governo. Porque se eles podem aprovar, também podem desaprovar; essa é a doutrina, não do Marechal Castello Branco, mas de todos os exércitos do mundo organizado, depois da 1ª Constituição Francesa. A Força Armada é obediente, cumpre ordens dos chefes legítimos de que a nossa Constituição Imperial de 1824 diz da mesma forma.

Por necessidade de sinceridade intelectual eu acrescento ao Sr. apenas aquele jurista iluminado, que é o pai da nossa Constituição Republicana de 91, Rui Barbosa, ao escrever a redação final do artigo 14 da Constituição de 91, gera uma certa confusão nos espíritos. Em primeiro lugar, ele abandonou a forma clássica da Constituição do Império, e ela ressoa ainda hoje aos ouvidos dos brasileiros patriotas como uma clarinada: "Todo brasileiro é obrigado a pegar em armas para defender a integridade a independência e a soberania do Império contra os seus inimigos externos ou internos". Rui Barbosa deu essa forma que, modificada um pouco, é a mesma das nossas Constituições posteriores de 61, a de 31, até de 64. Mas no artigo 14, defender a Nação, defender as fronteiras etc., obrigado a servir o serviço militar; agora no artigo 14, ele acrescentou uma frase, que é a frase geradora de confusões, e que, de certa forma legítima a Força Armada no Brasil como Poder Moderador. Podem olhar que ele diz: "E sustentar as instituições". A partir daí o Sr. vê que é a minha vida de soldado 22, 24, 26, 30, 32, aí vem a ideologia: 35, a primeira baterna ideológica nossa; 38, a segunda, uma num sentido, outra no outro, entre as duas a ditadura. Ora, a ditadura do Dr. Getúlio marca aquele período, mas a responsabilidade de tudo que, no atacado aconteceu, tanto na ditadura como agora, é lógico é das Forças Armadas.

Falando para um auditório, com tantas pessoas quanto os Srs. estão aqui, em São Paulo, ainda há menos de 15 dias, quando eu me referi à Revolução de 1930, imediatamente levantou-se um debatedor e contra-atacou violentamente. O que isso indica? Que a Revolução de 1930, ocorrida há mais de 50 anos, ainda não consegue ser julgada sem isenção. O que que era? Ele ou o pai dele era um representante do antigo Partido Republicano Paulista, o PRP, derrotado, porque era o partido que queria impor o Presidente Júlio Prestes, pela vontade onipotente do Presidente Washington Luiz. Quando ele retrucou, eu disse a ele: o senhor não tem razão. São Paulo está muito bem representado na Revolução de 1930 pelo Partido Democrático, chefiado pelo Sr. Francisco Morato. Mas, estou mostrando que este fato, acontecido há mais de 50 anos, aos Srs., Senadores, ainda não pode ser julgado sem isenção. Imediatamente, ele se julgou ferido, quando eu disse que era a maior mobilização cívica e militar que o Brasil já tinha assistido.

É evidente que não há perspectiva histórica para julgar a Revolução de 1964. Mas, obrigado por esses auditórios que tenho enfrentado em todo o Brasil, embora licenciado em História, portanto, sabendo que não pode haver este julgamento, procuro sempre dar uma explicação. E, esta explicação que ofereço a sua permissão é a seguinte: o que houve foi um golpe de estado, uma contrarrevolução, fruto inicial da renúncia do Presidente da República, e por ter se alterado o artigo 79 da Constituição Federal de 1891. Por quê? Porque a Constituição de 1891 previa que quando o Presidente da República interrompesse o mandato, antes dos dois primeiros anos, haveria eleição. É o caso típico, que ocorreu em 1919, quando Rodrigues Alves, eleito Presidente da República, morreu antes de tomar posse e o Vice-Presidente, que era o Delfim Moreira governou durante um ano, para que se fizesse uma nova eleição, que consagrou a presidência de Epitácio Pessoa — que é o único Presidente da República eleito por consenso. Ele era o nosso representante em

Versailles, na discussão do tratado — ali ele recebeu a presidência numa bandeja.

Ora, o que aconteceu em 1961? O Presidente da República eleito, com mais de 6 milhões de votos, renunciou abruptamente no mês de agosto. Renunciando no mês de agosto, ele entrega a presidência a um Vice-Presidente, que fora eleito com 2 milhões e meio de votos. Quando os Srs. Senadores vêem a minha preocupação com a eleição direta de que ela seja majoritária, uma das causas é a meditação sobre este assunto. Então, era evidente que se houvesse uma dose natural de prudência naquela hora, o Presidente João Goulart — sem fazer nenhum julgamento histórico a respeito dele — tinha que entender que era um Presidente em transição, que não podia fazer reformas de estrutura. Então, quando a desordem se instala nas ruas e quando há essa grande passeata do povo paulistano, evidentemente, o meio militar sofre o reflexo disso.

Qual é a explicação sociológica que eu ofereço para a Revolução de 1964 e para esses 20 anos?

Quanto à responsabilidade deixei bem claro: as Forças Armadas é responsável por tudo isso que está aí. Agora, a explicação sociológica: os militares, em 1964, entregam o poder à burguesia empresarial. A burguesia empresarial não preparada para exercer o poder, o que faz? É dominada, iludida e manejada pela tecnoburocracia estatal. E, a tecnoburocracia estatal é quem governa o Brasil nestes anos. Dizer-se que os militares é que governaram o Brasil é totalmente errado, é não conhecer o meio militar. É preciso que os Senhores sintam que desde que o Presidente da República sinta que ele é um militar, General não vai mandar nada no regime dele. A organização militar é organizada na base da hierarquia e da disciplina, é uma organização hierarquizada. Ela não admite a contestação da vontade legal e legítima do chefe. Jamais eu preguei senão a união das Forças Armadas. Em toda a minha vida militar, eu preguei sempre a união das Forças Armadas e a sua subordinação a seu chefe legítimo, porque o Exército, a Marinha e a Aeronáutica de qualquer País, só se justificam enquanto tiver como ideal a honra, o dever e o sacrifício. Espero, nobre Senador, sem querer convencê-lo, ter procurado aquilo que, através de todos estes anos, tenho racionalizado sobre a Revolução de 1964.

O SR. FÁBIO LUCENA — Com a sua permissão, Sr. Presidente, gostaria de formular duas perguntas, aliás duas questões.

O General Serpa, talvez por esquecimento, não respondeu a pergunta essencial que lhe formulei: qual a repercussão dentro das corporações militares — sobretudo junto aos seus contemporâneos, os atuais generais, — positiva ou negativa, deste seu extraordinário comportamento de defender a restauração do estado de direito e a implantação do regime democrático em nosso País?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Bem, pela segunda vez, obrigado a responder a personalizar o debate, o que, até hoje, tendo evitado sempre. Eu nunca me coloquei contra o Governo, e me coloquei, há cinco anos, como chefe de Departamento Geral de Pessoal — um dos maiores responsáveis como Comandante do III Exército, que era pela escolha e pela ascensão do Presidente Figueiredo, tendo feito todo um esforço para que ele organizasse um governo que inspirasse confiança no povo e fracassado nesta missão; passei na hora em que não havia uma saída, e o modelo ia levar, de fato, o País a uma convulsão social, então, a fazer pronunciamentos públicos, que já chegam a uma dezena. Isso foi iniciado no Governo Geisel, acho que em fevereiro de 1979, tenho repetido de formas diferentes essa mesma palestra que fiz hoje para os Senhores Senadores, abordando os mesmos assuntos, quase sempre com as mesmas palavras. Então, General do Exército, membro do alto Comando do Exército, nesses dez pro-

nunciamentos, até que fui exonerado, tentei as mudanças de rumo do Governo

Quero que os Senhores Senadores saibam que eu não tenho nenhuma questão pessoal com ninguém. A única coisa que tenho feito é defender a Nação brasileira, ameaçada na sua soberania, na sua integridade e na sua independência, mas realmente ameaçada, e a minha credibilidade, que é a única coisa que tenho — o meu passado e a minha credibilidade só têm se acentuado. Quem lê um pronunciamento desses há cinco anos atrás, pergunta-se: Meu Deus, como é que aconteceu tudo?

Então, essa tem sido a autoridade moral, que mesmo exonerado e punido, jamais conseguiram trancar minha boca. E por quê? Por duas razões: primeiro, porque todo homem, até às vascas da agonia, tem que ser solidário com seus concidadãos. E eu não podia gozar de um ócio com dignidade duramente conquistado, se lealmente não pudesse olhar os olhos de meus filhos e das gerações novas mais moças do que eles.

Então, é isso que faz com que eu tenha que me dirigir a todos os auditórios do Brasil. Mas, há uma segunda dívida, que é uma dívida de gratidão para com o Exército Brasileiro porque, filho, de soldado e tendo nos meus antepassados, desde o velho Patriarca, Tenente-Coronel do Batalhão de Acadêmicos, tenho essa tradição militar na família, o meu bisavô Martim Francisco foi Coronel de engenheiros; o segundo José Bonifácio, o moço, o homem cuja estátua está justamente naquelas arcadas da Universidade de São Paulo, cursou 4 anos da Academia de Guerra e a deixou por motivos de saúde. Meu pai é um paraibano que serviu o Exército até morrer, grande parte da sua vida, 30 anos, como professor. Então, é evidente que eu tenho uma dívida de gratidão imensa para com o Exército nacional.

E sabendo que, embora vítima dessa sabotagem permanente da comunicação social que procura, de todas as formas, impedir o trânsito dessas palavras em defesa da Nação brasileira, mostrando que as dificuldades são conjunturais, que as saídas são legítimas, real e exequível nas nossas mãos, sei que essa palavra permanente de fé nos destinos do Brasil, de confiança nos meus camaradas, sempre repercutiu no meio militar. Durante o fato mais grave ocorrido, a bomba do Riocentro, durante 60 dias, humilhado na fazenda da Borda do Campo, aguardei o resultado do inquérito; e depois, quando através da rádio, às 3 horas da tarde, numa terça-feira, eu ouvi ou encarregado dizer que era uma manobra comunista, aos 5 minutos de audição, fechei o rádio e escrevi uma declaração que foi publicada do Acre ao Rio Grande do Sul em todos os jornais do Brasil. E nessa declaração eu começo assim. Agora tudo é possível; cumpre restabelecer a confiança do povo brasileiro no seu Exército. Em outro ponto eu digo assim: "E com autoridade moral de quem serviu o Exército 48 anos, digo aos meus companheiros: nada de aventuras golpistas iguais às de 10 de novembro de 1937. Nada de fazer o jogo dessa oligarquia gasta e despreparada, nesses dias que são tão semelhantes àqueles que antecederam à Revolução de 1964". E num outro ponto digo: "Mantenham-se as Forças Armadas no desempenho exclusivamente legítimo das suas obrigações constitucionais".

Agora espero, pela segunda vez, embora a contragosto ter respondido ao Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA — Declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, General Andrada Serpa:

Creio que a exposição longa e substancial que ouvimos nesta manhã e tarde históricas desobstruem, no meu

caso, 20 anos de comunicação, de preconceitos, de enormes obstáculos entre o cidadão militar em posição de comando e o cidadão civil em atividade construtiva. Eu chego à conclusão, caro General, de que dos segmentos que mais conhecem a nossa Pátria entre os segmentos profissionais, entre as atividades que mais se vinculam à realidade da nossa Pátria estão os militares e os políticos institucionais, para não dizer profissionais. Mesmo os piores políticos se obrigam a correr de rua em rua, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, colhendo votos, e outros, em outras circunstâncias, principalmente os políticos oposicionistas, que há 20 anos demonstram que são aguerridos patriotas, buscando a libertação nacional; eu vejo sua vida nessa sua exposição hoje, como um redescobrimiento mútuo do nosso patrimônio comum; entendo e me preocupo no entanto que a indignação, que a força da indignação, se não passar pela construção de instituições democráticas, onde a participação popular seja assegurada de forma desorganizada, fortaleça novamente perspectivas e bem intencionadas vontades de grupos de elite que tenham acesso às estruturas de comando em nossa Pátria.

Em toda a sua fala, em toda a exposição do seu projeto nacional, cujos pontos são fundamentalmente coincidentes com os pontos de grande parte da Oposição e creio com segmentos do Governo também, sinto a falta, no entanto de um maior ajustamento, de uma maior integração do elemento democrático enquanto expressão do povo organizado.

Preocupa-me que um Governo patriótico, composto de patriotas da classe média apenas e das elites iluminadas, por melhores intenções que tenham, fracassem como fracassaram no Peru e em outras experiências nacionalistas que não se sustentam na organização popular. E quero oferecer a V. Sª, com a mesma sinceridade e clareza, que senti em cada palavra sua, um elemento de reflexão que consiste, essencialmente, na idéia de que a eleição direta para Presidente da República satisfaz um ponto essencial da estabilidade democrática, é na medida em que dá legitimidade àquele que será o Chefe, inclusive, das Forças Armadas, mas que considero insuficiente, na medida em que a grande tarefa da libertação nacional não conte, em todas as suas etapas, em todos os seus elementos, de cima a baixo, com a participação organizada do nosso povo.

Tomo para exemplificar esta minha visão um ponto essencial da sua exposição, do seu projeto nacional, que é a independência energética, onde V. Sª propõe uma verdadeira revolução no sentido de criar autonomia local do abastecimento, colocar nas mãos, no poder local, a possibilidade de abastecer; essa é uma questão estratégica fundamental. E eu me pergunto, apenas para exemplificar, e para oferecer a V. Sª mais um elemento de reflexão — Digo, se essas usinas, feitas com a participação da PETROBRÁS, fossem, por exemplo, realizadas, construídas com o capital da PETROBRÁS, capital estatal, mas com o trabalho e a gerência e a gestão de cooperativas, não das cooperativas que temos aí hoje, mas de cooperativas desses trabalhadores com a participação dos sindicatos. Dou isso como exemplo em que multiplicaria exemplos como estes em todos os níveis, tanto no nível da gestão econômica, como no nível da gestão política. E acrescentaria apenas a este elemento de reflexão um outro elemento que também me preocupa em sua fala, onde é confundido, de alguma forma, um conceito geral com a prática histórica.

Pessoalmente, não sei a base teórica que V. Sª a cada instante revelou, não consigo compreender como os militares são feitos para obedecer; a nossa História desmente um pouco essa assertiva e entendo que essa democracia, com a participação popular efetiva, não exclui, mas inclui permanentemente, a voz ativa do cidadão militar nos processos políticos, inclusive, um elemento essencial

na organização da democracia que são os partidos, enquanto cidadãos na medida em que se comprometam com a complexidade e a pluralidade de uma sociedade democrática, creio que a participação dos cidadãos militares na política é indispensável até pelo acervo, pelo patrimônio que ele, como V. Sª bem revelou, detém e que precisa ser democratizado em todos os níveis e circunstâncias.

Era essa a minha intervenção.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Quero agradecer ao Deputado Domingos Leonelli as palavras generosas em relação a mim. Compreendi perfeitamente a sua preocupação e vou respondê-la sob os dois aspectos considerados por V. Exª

Inicialmente, quero dizer que tenho percorrido este País em todas as direções e tenho falado para todos os auditórios, o povo brasileiro está com uma consciência muito mais evoluída da gravidade da situação do que a classe média e a elite dirigente. É um testemunho que estou dando a V. Exª

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Que bom!

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Mas há um risco grande, é que a desinformação da comunicação social jogue a classe média contra o povo. Só quem pode impedir isso é a mobilização dos diferentes setores da sociedade, quer dizer, da Igreja, dos sindicatos, da Universidade, só a ação esclarecedora desses setores pode impedir isso. Para que V. Exª sinta o grau de politização do povo brasileiro, digo-lhe, nessa greve do dia 21, em São Paulo, quantidade de pequenos empresários e alguns médios já sentiram e já estiveram ao lado do povo. Então, tendo maduramente refletido sobre esses acontecimentos e não sendo uma frase retórica essas coisas que estou dizendo — estamos na rota do caos; cada dia perdido é mais um passo em direção ao caos — não estou fazendo frase, não. Quero que V. Exªs sintam que a realidade é essa.

É evidente que, na minha pregação, tenha que salientar a omissão grave que está ocorrendo. Qual é essa omissão grave? Classe média, empresário, que estão sendo destruídos, e a comunicação social que só está a serviço do capital internacional e da política suicida do governo. Então, tenho que dar ênfase naquilo que está omisso e não naquilo que está andando.

Será que respondi à primeira parte de sua pergunta?

O SR. DOMINGOS LEONELLI — A primeira, sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Agora, a segunda parte. É evidente que não há nenhuma divergência entre mim e V. Exª. Os militares, como instituição de todos os países, de todos os governos, são feitos para obedecer...

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Como instituição.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — É lógico, na hora em que eles deixarem de obedecer...

Agora, uma coisa é a regra geral, a regra histórica, a doutrina sã, como o Senador lembrou no Manifesto de 19 de março do Marechal Castello Branco, uma coisa é isso. Outra coisa é o entrosamento das forças sociais, dividindo, levando a questão política para o âmbito das Forças Armadas, dividindo as Forças Armadas e quando um determinado consenso é feito numa direção, as Forças Armadas brasileiras, fazem um determinado pronunciamento. Isso é História. Isso é a constatação de fatos históricos. A excessão, não pode ser a regra, assim, como a regra histórica brasileira é entrega do poder ime-

diato aos civis. Isso é a constatação de fatos históricos, não infirma o dever da obediência, inerente à profissão militar.

Finalmente, a unanimidade de ponto de vista é que o militar, como cidadão, é a doutrina defendida pelo Marechal Osório, o Marquês de Herval, o maior chefe é o Duque de Caxias, mas a figura mais simpática de chefe militar da história do Exército brasileiro é Manoel Luiz Osório, Marquês de Herval, com a qual sempre defendi aquilo que conquistei desde tenente: nunca ocultar o meu julgamento e nunca ter sido omissos. É que a farda não abafa, no peito do soldado, o dever cívico do cidadão. E justamente quando eu digo que eleição direta é a ruptura pacífica, é por isso. A eleição indireta tem a tendência natural de fazer com que a Força Armada lave as mãos em relação aos destinos nacionais, se tudo está dando certo, porque a eleição indireta passa às margens dos quartéis. A eleição direta não. A eleição direta comove o povo. Comovendo o povo, comove a sociedade. A sociedade toda é mobilizada. A sociedade mobilizada, em cada 10 militares, 7 pertencem à sociedade.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Se o soldado votar. Essa também é uma questão importante.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Do soldado ao general, todos pertencem à sociedade.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — O voto do soldado em eleições...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Não fique preocupado com isso não, porque isso é uma outra questão. Estou fazendo análise do voto que existe. O voto do soldado não precisa haver. O soldado, 70% dele, é um rapaz de 19 anos que está passando ali 1 ano. O que é preciso, é como existe, é o voto da parte permanente do Exército, oficiais, sargentos; nesse sentido é que, comovendo a sociedade, comove a eles. Então, como cidadãos, eles têm que tomar partido. Eles têm que ser a favor do Jânio Quadros ou a favor do General Lott; a favor do Juscelino ou a favor do General Juarez.

E a coisa é tão chocante que eu vou lhe contar um fato. Abertas as primeiras urnas da eleição da reconstitucionalização dentro do quartel-general, o juiz eleitoral, abertas duas urnas, imediatamente interrompeu a apuração. É a campanha do Brigadeiro com o Marechal Dutra. Por quê? Imediatamente interrompeu porque a maioria do Brigadeiro, dentro do quartel-general, era em torno de 80%, chocante. Então, o juiz eleitoral, por prudência, o que fez? Mandou espalhar as urnas restantes no bairro de São Cristóvão, para não ficar flagrante que o meio militar era todo contra o presidente eleito. Estou mostrando a que ponto a Força Armada faz isso que o senhor está desejando.

Agora, estender o direito a meninos que vão passar no quartel 1 ano só é uma imprudência desnecessária.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Dezoito anos já têm o direito ao voto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Estou falando sob o aspecto da disciplina interna. Não vai resolver nada em relação aos problemas da Nação. E sob o aspecto da disciplina interna da Força Armada, pode aumentar a confusão. Só isso. Tentei responder ao que o senhor me perguntou.

O SR. DOMINGOS LEONELLI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dante de Oliveira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA — General Andrada Serpa, gostaríamos de cumprimentá-lo pela sua presença

nesta Comissão que hoje, praticamente, encerra os seus trabalhos de colheita de depoimentos. V. Exª, nesta manhã, sem dúvida nenhuma prestou um dos mais importantes depoimentos desta Comissão; um depoimento, como já foi frisado, histórico pela importância que tem no momento histórico que o País atravessa. Só temos a agradecer a oportunidade de ouvir palavras emanadas de um General que passou, que atravessou, que viveu e conviveu com os momentos históricos mais importantes da história recente do Brasil.

Entendemos a gravidade do momento acentuada pela divisão, pela separação, pelo enorme abismo que hoje divide a sociedade brasileira. De um lado, um grupo minoritário da sociedade, tentando impor a um preço social e a um preço que hoje afeta a própria soberania da Nação, tentando sustentar um modelo altamente impatriota e até mesmo assassino, do ponto de vista social, criminoso, quando assistimos hoje, pela televisão, ou vemos o que ocorre no Nordeste e em outras regiões do País. Isto nos causa uma profunda reflexão: até quando a sociedade brasileira conviverá com esta situação dramática. Ao analisarmos a situação nacional, temos que meditar profundamente como e até mesmo a gente fica a perguntar como este Governo ainda está de pé; como ainda continua tripudiando na vontade nacional, fazendo ouvidos de mercador, desmentindo, todos os dias, aquilo que eles prometem fazer um dia antes, onde a credibilidade chegou a zero; não existe um cidadão deste País, percorrendo o meu Estado de Mato Grosso ou andando e conversando com todos os representantes das diversas camadas da sociedade, não se encontra um que esteja de acordo com isto que está aí, e eles continuam da mesma maneira. Nós ficamos a pensar até onde querem chegar, no que querem transformar este País. Se querem jogar o País no desespero, porque não acredito que hoje, neste momento, as diversas organizações populares da sociedade brasileira tenham condições de dar uma alternativa concreta a esta crise, pelo menos agora, isto porque se tivéssemos, já teríamos dado, mas é um momento em que a consciência cívica da Nação e das organizações populares atinge a uma velocidade brutal, fruto da própria crise e das próprias contradições que atingem a todas as camadas, a todas as classes sociais.

Enfim, General, V. Exª trouxe para nós uma palavra, cujo conteúdo a gente nunca perdeu e que V. Exª nos anima e reanima, que é a esperança de que ainda há tempo de mudar muita coisa neste País, de consertarmos, de colocarmos esta Pátria na sua caminhada ou no seu trilho de se encontrar, perante a sua destinação histórica de uma grande potência, mas uma potência que todos nós desejamos principalmente do ponto de vista social.

Há poucos dias, lendo na revista *Veja* uma ampla reportagem de lançamento do novo carro da Ford, o Escort, chamava a atenção dois pontos dessa reportagem, onde se vê bem claro o nível de exploração a que chegou este País e a exploração estúpida da mão-de-obra do nosso povo. No início da reportagem os próprios diretores da Ford elogiam o alto nível de qualidade do carro hoje fabricado no Brasil e que vai ser exportado para o mundo inteiro; um carro mundial fabricado no Brasil. Lá para frente eles dizem como a Ford, e esse diretor-presidente conseguiu convencer os donos da matriz a fabricar o carro no Brasil e que houve uma certa disputa entre se seria instalada no Japão ou no Brasil; nessa reportagem o presidente diz que ele convenceu os elementos da Ford americana por um simples dado, quando foram computar o custo da mão-de-obra; eles diziam que no Japão ficaria ao custo de 12 dólares/dia e, no Brasil, eles teriam um custo de 4 dólares ao dia. Por aí vemos o nível altíssimo da exploração da nossa mão-de-obra e da exploração do nosso País todo.

Enfim, Sr. General, nós entendemos que o Brasil se encontra realmente numa encruzilhada, e esta encruzilhada nós vemos como fundamental. E nos congratula-

mos que V. Exª esteja pensando da mesma maneira, com relação à questão da mobilização da vontade nacional, a mobilização da sociedade brasileira. Nós entendemos isso como fundamental: que os partidos políticos todos, principalmente os da Oposição, entendam esse momento, e joguem toda a sua liderança, toda a sua força, e acreditem nessa mobilização popular, e aí entra o papel dos governadores de Estado, recém-eleitos, como V. Exª disse, com milhões de votos, e que não podem continuar a adotar determinadas posições e crer que possa fazer um bom governo dentro dessa estrutura podre, corrompida, impatriota, injusta, que aí está. Então, eu creio que a nós, da Oposição, Sr. General, é vital que nós todos entendamos e compreendamos, que a mobilização popular é o ponto básico da modificação que possa ocorrer no Brasil.

V. Exª já disse por diversas vezes, eu acredito também ser muito difícil, de que com uma ampla mobilização popular, o povo assumindo as ruas, e colocando para fora todo seu descontentamento e, ao mesmo tempo, todo seu poderio da vontade de querer consertar este Brasil, eu duvido que as Forças Armadas irão ficar contra.

Mas, Sr. General, nós gostaríamos apenas, depois dessa pequena colocação, de dizer que gostaríamos de ver melhor colocado no seu programa de salvação nacional, a questão da reforma agrária, que nós achamos que é fundamental neste País. A estrutura agrária não pode continuar de forma altamente concentradora. E aí entra uma questão que V. Exª conhece muito bem, que é um outro ponto, uma outra jogada dos grandes grupos multinacionais e dos países industrializados, que é tentar fazer com que o País, com que as suas empresas multinacionais, cada dia mais, adquiram grandes imensidões de terras no Brasil, para produzir pouco, porque não interessa ainda eles entrarem nesse setor de produção, mas para reservar enormes áreas de terras para a futura crise que virá no mundo, que será a crise de grãos, e que eles já querem e têm o Brasil como uma grande reserva disso. Essa questão da reforma agrária, de nós ocuparmos os espaços vazios com um programa de produção voltada para o mercado interno, para absorver mão-de-obra, para gerar milhões e milhões de empregos, eu acho que é fundamental que, no seu programa, esteja mais clara essa parte.

Mas, enfim, eu quero apenas perguntar o seguinte: Nós estamos às vésperas de uma mudança de presidente, às vésperas de uma nova eleição, a sociedade toda já colocou claramente que deseja as eleições diretas, eles ainda desejam impor, através de um colégio eleitoral ilegítimo, e nós assistimos aí os Andreazzas, os Malufs e tantos outros, com se este País, a Presidência da República, fosse algo para ser conquistado, num campeonato de corrupção e não de outros pressupostos básicos, que deve ter um Presidente da República.

Como nós vivemos, inclusive, agora, momento da volta atropelada do General João Baptista Figueiredo ao Brasil, para tentar ocupar um espaço, isso fruto exatamente da luta, da guerra existente, nos porões dos palácios pela sucessão, através do processo indireto. E tudo isso com a crise, eu só gostaria de saber de V. Exª se ainda dará tempo para nós esperarmos 1985, para o processo de uma sucessão presidencial? V. Exª acredita que ainda há tempo do Brasil atravessar ainda mais 2 anos dessa profunda crise econômica, social e política? Como V. Exª vê este momento que estamos vivendo e os dias difíceis que todos nós sabemos que virão nos próximos meses?

O SR. ANDRADA SERPA — Inicialmente, eu reitero os meus agradecimentos ao Deputado Dante de Oliveira porque, com outros ilustres Deputados e Senadores, sendo o criador da emenda que permitiu a existência dessa Comissão, é também aquele que proporcionou a minha presença aqui.

Ainda, como representante de Mato Grosso, lembra a minha juventude de tenente de artilharia, percorrendo Campo Grande, Coxim, Cuiabá, a fronteira da Bolívia, o Forte Coimbra, de tantas e tão gloriosas tradições, Dourados, Bela Vista, Ponta Porã, de onde se vê no horizonte o Cerro Corá e, portanto, o termo da Guerra do Paraguai, no Aquidabã Chico, onde morreu Solano Lopez, então Estado, que me lembra tanta coisa da minha vida e que eu tanto amei.

Considero 3 espécies de questões focalizadas por V. Ex^a: a primeira, a da indústria automobilística, a segunda, a da reforma agrária, e a terceira, a existência de um interregno, que evite o caos social.

Então, quanto à indústria automobilística, deixei bem claro no decorrer da palestra, que não é uma falha de governo só, é uma falha de toda a sociedade. As multinacionais andavam à procura de um paraíso no mundo e encontraram esse paraíso aqui no Brasil. E desse paraíso têm-se aproveitado, graças às nossas omissões nesses trinta e tantos anos, não querendo perder nada. Ora, que elas são tigres de papel, não há a menor dúvida. Se a Espanha consegue nacionalizar a Fiat tranqüilamente, pela compra sucessiva de ações, sem nenhuma violência, se elas vão para a Rússia e para a China, concordando em participar apenas de 25% do capital, como é que deitam e rolam em cima do Brasil e dos brasileiros, trinta e tantos anos depois, não se adonando somente de 100% do capital mas, ainda, inventando essa sem-vergonhice de carro mundial, que visa apenas desvinculá-las de todos os países, adquirindo uma liberdade de ação absoluta. Não tem nome isso. Para mostrar que esse Decreto 2.045 é uma afronta à segurança nacional, reduzindo, nos próximos dois anos, o salário real a cerca de 40%, justamente para aqueles que menos ganham. Basta uma consideração, é que no Produto Interno Bruto a parte relativa aos salários não chega ao insignificante 20%; então não vai resolver nada, mas, se esta consideração não fosse suficiente, bastaria — e esses moços sabem muito bem disso, muito melhor do que eu sei — bastaria perguntar a qualquer dessas multinacionais quanto é a proporção de salário na indústria automobilística. E a resposta, que não seria escondida, seria na ordem de 6%. Então, isso mostra como nós estamos apenas construindo e decidindo em cima de falsidades e amontoando essas falsidades para, com elas, obter o comprometimento, através da comunicação social, o comprometimento e a solidariedade da classe média e do empresariado.

Então, me parece que esta parte relativa à indústria automobilística infirma diretamente à aprovação desse famigerado decreto.

O segundo aspecto, eu quero deixar claro para os Srs. que, tendo essa pretensão idealista de construir um Brasil para os brasileiros e passando por um caminho, cujos marcos são a aposentadoria do petróleo estrangeiro, aposentadoria do dólar, há uma terceira aposentadoria, que é a aposentadoria da ideologia.

Então, é minha convicção de que há uma saída capitalista para o Brasil desde que os assuntos sejam publicamente debatidos durante 5 meses de uma campanha presidencial em que, ao invés de estar catando pulgas em lombo de elefante, nós examinemos e consigamos o consenso a respeito dos pontos essenciais, e que a meu ver, enquanto os Srs. não acharem outros melhores e que eu os adotaria logo, são: independência energética, independência tecnológica, ampliação do mercado interno, exportar somente de acordo com o interesse brasileiro. Como eu posso comprimir o consumo brasileiro para dar coisa para o estrangeiro, meu Deus! Quando a ação inteligente era multiplicar a classe média brasileira e não exportar para o estrangeiro; vamos tratar primeiro da nossa gente e fazendo essa exportação como uma veia aberta, quer dizer, uma sangria de trabalho e capital, exportados a preço vil.

Então, julgo que um presidente eleito com a autoridade moral e a coragem cívica de enfrentar os banqueiros internacionais e as nações centrais, teria também a coragem, dentro de uma solução capitalista, de obrigar os banqueiros, os grandes empresários, a classe média, a todos, a abrirem mão de determinados privilégios a favor da imensa massa da população que, no estudo de Peter Evans, significa 80%, no seu extremo, de 40 milhões de brasileiros abaixo da situação de pobreza.

Então, me parece que a solução capitalista está tendo no Brasil a sua última oportunidade e essa solução eu venho advogando porque, meditada refletidamente, aposentei as ideologias, quer dizer, estou convencido de que não há nenhuma defesa de situação de civilização cristã, isto é uma mentira, o que existe no mundo é a necessidade da manutenção, no caso americano, de um poderosíssimo complexo industrial-militar para manter o nível de vida dos americanos e a réplica russa, da mesma forma, a diferença é um problema de centralização autoritária, de um lado e de outro.

Todos os dois com a capacidade de destruir o mundo 47 vezes e quando se fala nesses acordos, que não andam, é para baixar a capacidade de destruição de 47 para 35, 30, 42 vezes, é isso.

Então, nós estamos nas mãos de chefias mundiais alucinadas, incompetentes, desumanizadas completamente. E é nessa selva selvagia que o Brasil tem oportunidade ímpar, na hora de uma crise energética mundial de, indiretamente, ajudar as nações ricas. Como? Através das formas alternativas de energias nativas que o Brasil, depois, espalhará por todas as nações do 3º Mundo, que são nações tropicais como nós e, portanto, capaz de obter, através da biomassa, a energia renovável e nós venderemos a elas a tecnologia toda que nós temos.

Então, essas nações, as 123 nações periféricas do mundo, darão tempo para que as nações centrais encontrem novas saídas energéticas e recondicionem seus parques industriais.

Então, eu estou mostrando àqueles que mostram a dificuldade das nações centrais, que é o contrário, na hora em que eles descobrirem, nós é que estamos ajudando a eles, dando mais tempo para eles consumirem o petróleo em extinção do mundo.

Então, é uma saída que, de certa forma, aparentemente é contra eles, mas, depois vem a compreensão de que a saída é para eles.

Ora, a nossa legislação é clara e já permite a desapropriação para o fim social, não faz porque não quer, inventar problema de terra no Brasil é uma loucura alucinada. Como falar em problema de terra na Amazônia, em Mato Grosso, no norte de Goiás, como?

Como agredir a Igreja que, dentro desta confusão total, dentro deste desgoverno geral, existe, infelizmente para nós uma compreensão recôndita de fazer dar certo tudo aquilo que é contra o interesse nacional... a confusão é total, mas há uma coincidência, tudo aquilo que é contra o interesse nacional, é bem conduzido. Então, meus Srs., bastaria um único decreto desapropriatório, para resolver toda essa questão de terra, em que se agri-de, absurdamente, uma força conservadora como é a Igreja Católica, em que se mantêm presos, até agora, esses dois padres franceses, desprestigiando internacionalmente o Brasil. Como se faz isso? Quando um simples decreto: vamos desapropriar os grandes latifúndios que as multinacionais têm, nessas zonas, meu Deus! Está feita a Reforma Agrária que V. Ex^a deseja. Só existe a má-fé. O problema não existe, é uma outra falsidade.

Finalmente, tentando responder à última questão. Até hoje, tendo consciência da gravidade da crise, e querendo achar uma solução para ela, há um ano defendo uma alternativa, que é a antecipação do mandato do Presidente João Figueiredo, autorizando o consenso entre os partidos do Governo e da Oposição, não o princípio de reeleição. Depois que nós tivermos no Brasil a experiên-

cia continuísta, só os inconscientes podem admitir reeleição do Presidente da República. Mas, em homenagem ao Presidente Figueiredo, como homem de continuação da abertura, da anistia, de uma política externa não absolutamente desirmanada do interesse nacional, da realização da eleição direta dos governadores, da posse dos governadores, admitir-se-ia que ele pudesse se candidatar, desde que abandonasse o Governo; e a eleição se realizaria daí a seis meses, porque nesses seis meses discutir-se-iam todos esses problemas, e o povo brasileiro ia decidir a permanência dele próprio, escolhendo entre essas coisas positivas, e a última delas, a eleição direta, e por outro lado, a desgraçada situação econômico-financeira a que ele levou o País; o povo que ia decidir, ia ser o supremo árbitro.

Sincero em relação a mim próprio, depois da doença do Presidente João Figueiredo, não tenho mais condição de sustentar essa tese, e fiquei adstrito àquilo que lealmente expus aos Srs.: o que é necessário é mobilizar o povo, mobilizado o povo brasileiro, o Presidente pode, ele mesmo, dar a eleição direta, e decretar a moratória juntando os cento e vinte milhões de brasileiros atrás dele, e completando a sua bibliografia perante a História. É só o que eu posso fazer hoje, e é o que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Deputado João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA — Sr. General Andrada Serpa, é uma pena que nós não tenhamos tido nos trabalhos desta Casa e da Câmara dos Deputados a presença dos parlamentares brasileiros para ouvir V. Ex^a. Eu tenho acompanhado o pensamento político e geopolítico, as proposituras, as sugestões para as alternativas dos grandes problemas brasileiros, não apenas de agora, quando V. Ex^a se encontra na reserva, mas me recorde e bem do tempo em que V. Ex^a, ainda militando na condição de Membro do Estado Maior das Forças Armadas, levantou, depois de muitos anos de silêncio, nessa área, levantou a palavra estabelecendo a crítica das multinacionais do Brasil, do comportamento que era permitido a elas. E me recorde bem que, naquelas oportunidades, e não um, mas vários pronunciamentos de V. Ex^a eu pude, aqui da tribuna da Câmara dos Deputados, repetir e me solidarizar com todas as dificuldades que, à época sugeria, alinhando-me ao pensamento de V. Ex^a.

Vejo que, dentre os brasileiros, que tenho ouvido, entre os partidos dos quais tenho procurado programas, projetos, e propostas alternativas, e até o meu partido, ao qual tenho a honra de pertencer, e dentro do qual tenho militado ao longo desses anos todos, olhando o que há na Universidade brasileira, eu confesso, Sr. General, que, na verdade, não encontrei ainda, sem prejuízo do esforço e do trabalho magnífico do Senador Teotônio Vilela, sem prejuízo de sugestões setoriais de figuras como Celso Furtado, eu não pude ver, não pude assistir a nenhuma explanação que desse essa cosmovisão da realidade nacional, em todos os seus setores, com toda a visão que vai desde o setor energético até a criatura humana, do mais distante confin da terra brasileira. Devo dizer, Sr. General, que efetivamente falta ao Brasil, tem faltado ao Brasil, a figura do estadista, esta Nação que viveu quase que sem prática democrática, porque emergindo de uma ditadura que havia derrubado o coronelismo em 37, e que mergulhou o Brasil por oito anos, que foi a Ditadura Vargas, e tendo apenas um hiato democrático ou semidemocrático, dos anos que foram de 47 até 64, o Brasil conviveu com essa outra ditadura, que já chega há duas décadas de existência. Isso deve, efetivamente, criar, pode aparentemente criar a impossibilidade da gestação dos homens que têm a vocação do estadista.

Nesses dias, quando o Presidente Figueiredo voltava dos Estados Unidos, a sua palavra foi a seguinte: "Não mudo o modelo e não mudo o que administram o modelo". Confesso que senti, embora nada tenha, a nível de

admiração ao General Figueiredo, até porque não lhe devo nada, e nem nada lhe deve o povo brasileiro, segundo penso. Vi que ali o General perdeu a oportunidade de assumir, ao lado de seu povo, de assumir ao lado dos interesses de sua Pátria, e preferiu, emprenhando pela orelha, se alinhar à banqueirada internacional, aos interesses que nada têm a ver com os interesses superiores do povo brasileiro. Nós todos assistimos, até com melancolia, aquele episódio, porque vi que V. Ex^a, ao encerrar essa última manifestação, ainda criava possibilidade do General Figueiredo fazer um **grand-finale** da sua vida pública como o homem, segundo V. Ex^a, que foi responsável pela abertura, pelas eleições, pela garantia de posse dos governadores.

Na verdade, Sr. General, as propostas que o Sr. tem colocado no campo energético, no campo da tecnologia, no campo social, no campo econômico, no que respeita à dívida externa e neste aspecto que hoje aflige praticamente à Nação brasileira como um todo, que é o problema desta dívida, que nos leva ao Fundo Monetário Internacional, nós sentimos que o Presidente da República realmente perdeu a sua chance.

O Fundo Monetário Internacional hoje gerencia o Brasil. Os Ministros de Estados, o trio elétrico do que chamam da traição nacional. Ernane Galvêas, Delfim Netto e Carlos Langoni, trabalham muito mais em Nova Iorque hoje do que propriamente aqui, no Planalto Central, centro das decisões brasileiras. Aqui trabalham os técnicos do Fundo Monetário Internacional. E V. Ex^a neste quadro e conosco, há de permitir que se faça uma visão no que foram as eleições de 15 de novembro, para reforçar este argumento de que, efetivamente, não há saídas através de nenhum consenso com o Sr. João Baptista Figueiredo. Não há possibilidade de nenhum consenso com a classe dirigente deste País, na medida exata em que nós verificamos, num primeiro passo, que a sociedade brasileira está em estado de rebelião civil. Basta citar, relembrando o que repetiu um deputado colega nosso há pouco numa Comissão. O BNH, com o aumento das prestações, que martiriza e penaliza definitivamente as classes médias e os trabalhadores brasileiros; O Governo tem recebido, como resposta, que o povo ou não paga ou vai a juízo para discutir como paga ou simplesmente quer devolver os imóveis e resiste à lei, ao decreto, à proposta do Governo.

Do outro lado, os banqueiros nacionais, impostos a eles juros abaixo da realidade do mercado naquele momento, se recusaram simplesmente a operar dentro da realidade financeira do País. Pois bem, meu General, Andrada Serpa, nós vemos que este Governo está totalmente divorciado da Nação, passa por uma eleição de 15 de novembro, onde se elegem 23 governadores de Estado, onde se renova um Congresso Nacional, onde se renovam todas as assembleias legislativas de todos os Estados, onde se renovam todas as prefeituras e Câmaras Municipais, todos eles estrutura do Poder Nacional. E este regime ainda assim a revela da vontade do povo, expressa nestes governadores e nessas novas lideranças, simplesmente assina uma carta de rendição com o Fundo Monetário Internacional, submete a soberania brasileira, compromete a independência do País e traí, nesse sentido, Sr. General, e mais do que eu V. Ex^a sabe, comete crime contra a Segurança Nacional, porque põe em risco a própria segurança da Nação na sua unidade, no direito do seu povo à independência, no direito do seu povo a uma vida justa e digna, no direito de cada um poder definir-se pelo próprio destino e no direito de cada um poder interferir inclusive nestas decisões, que realmente são por demais importantes, porque dizem respeito ao próprio futuro da Nação. O consenso fica de lado.

A outra proposta, é a proposta que V. Ex^a mesma faz, quando diz da necessidade das eleições diretas, da mobilização nacional pelas eleições diretas, estop com V. Ex^a em dois turnos, para que um presidente daí nascido pos-

sa efetivamente representar a Nação. V. Ex^a neste episódio, dá a alternativa e acho que é a última alternativa que tem o General João Figueiredo. A última que tem de não se ferir perante a História e de não passar como mais um dos ditadores que pontificaram nesta Nação. A última alternativa é de ele devolver realmente o poder ao povo é através das eleições diretas para Presidência da República.

E eu digo mais, Sr. General, eu acho que nós deveríamos convocar eleições diretas para todos os níveis e todos os cargos desta Nação, dando-se na preliminar àqueles eleitos a obrigação da elaboração, através de uma Assembleia Nacional Constituinte, de um novo documento constitucional, que pudesse efetivamente definir o **facies** Nação, definir a vontade do povo impressa na Constituição, estabelecer os rumos do seu destino em todos os campos que se estabelece para atividade humana. Eu vejo, meu General Andrada Serpa, que dentre as pessoas todas por quem passo olhos e vista, na atenção de ver e ouvir e de escutar, e não encontrei ainda alguém, que tivesse levado ao nível em que V. Ex^a levou, o dado de análise da realidade nacional com as propostas alternativas que aí expõe para ser estudadas, debatidas com a Nação brasileira. E é por aí que passa, penso eu, é por aí que caminha. imagino eu

A proposta que quero fazer, ao final, como sugestão, como idéia, que gostaria até de ter a honra de me priorizar com esta palavra, dado que, a par de ser seu admirador, o companheiro de muitas jornadas de muitas caminhadas, o amigo porque me enlaçaí na intimidade dos laços de amizade de V. Ex^a esses fatores todos, vivendo seu patriotismo, vivendo sua visão aguda deste país, vivendo sua visão do complexo dessa Nação de pretos, brancos e índios, de estrangeiros que somaram conosco, de ver esta Nação, que é quase toda ela analfabeta, de ver esta Nação que vem sendo marginalizada da participação cultural, da participação social, da participação econômica, da participação política, de olhar esta Nação como tenho olhado nos camponeses, nos operários do meu País, do meu Estado, de olhar gente desesperada, perguntando para nós políticos da Oposição:

Qual é a saída? Qual é a alternativa?

Não é apenas um discurso mais. Não basta apenas a palavra solta no espaço. Nós queremos uma sugestão, nós queremos uma alternativa, isso eu ouço de empresários, de operários, de camponeses, de pais de família, de profissionais liberais e acho que cada companheiro Deputado Federal, ouvisse em seus Estados, nos mais recônditos confins deste País, eu acho que chegou a hora do basta. A Nação realmente está no memento mais grave e eu acho que V. Ex^a é que conhece a História sabe melhor do que nós isso. É o momento do mais terrível e mais grave e mais perigoso da Nação brasileira de hoje, a internacionalização da economia brasileira já está sendo verbalizada claramente agora, não é à socapa à escondida, nos porões, nos desvãos dos Ministérios, não. Agora a coisa vem sendo dita claramente e o Sr. Camilo Pena, esses dias, teve o desplante, ele que é um empregado típico de multinacional, ele está aí a dizer exatamente quais os interesses internacionais em relação à economia brasileira, às riquezas nacionais e os esforços deste potencial de 120 milhões de brasileiros.

Não basta a nossa atitude de partir, lançando notas de protestos. Não basta apenas a nossa atitude de político, verbalizando idéias pelas ruas, ou da tribuna da Câmara dos Deputados; basta sim, agora, a mobilização, importa sim a mobilização da Nação brasileira. E nesse sentido nós temos já correndo o Território Nacional o Sr. Teotônio Vilela. Nós já temos nesse sentido, já correndo o Território Nacional V. Ex^a também, nós temos Senadores, Deputados e companheiros que estão procurando participar, cada vez mais, de grande movimento de libertação nacional. O Sete de Setembro ainda não se realizou entre nós, ele está por ser realizar, compete a esta geração o úl-

timo desafio. Não sei se a proposta será capitalista, não sei se a proposta será de salvar o restolho do capitalismo neste País, porque eu, pessoalmente, não acredito na proposta capitalista. Não sei se a proposta será socialista, não sei o que possa emergir desse humanismo de milhões de brasileiros, desse sincretismo nacional de que nós constituímos, para definir um rumo que, efetivamente, aliados dos outros países da América do Sul e da América Latina, desse imenso Cone Sul, que é uma solidão, que é um imenso pasto, que é um imenso pátio de quartéis de ditaduras. Eu penso, meu General, que para chegarmos aí, nós poderemos forçar agora este Governo Este Governo chegou ao fim. Eu denuncio que o racionamento de óleo diesel já ocorre porque atinge a cidades mais importantes de São Paulo, dentre elas Ribeirão Preto, que é um exemplo, onde está localizada a grande concentração das usinas açucareiras deste País, e aquelas que não se desenvolveram através da biomassa, através da própria energia e ficaram dependentes do óleo diesel estão parando esses dias. A Nação está quebrada, está sem caixa. E no mesmo passo que isto acontece o jornal **O Estado de S. Paulo**, denuncia esta famosa polaca, a outra polaca, ocorrida com essa COMEXPORT com a Polônia, para quem vendemos, em troca de promissórias e de quem importamos pagando à vista, beneficiando internamente, inclusive, a uma empresa dirigida por um cidadão que é Secretário-Geral do Ministério do Planejamento de que é Ministro o Sr. Delfim Netto, eu me refiro ao Sr. Flávio Pécora.

O ponto do despudor, o ponto da falta de vergonha, o ponto da falta de crítica, o ponto da falta de respeito à Pátria, o nível de desrespeito a esta Nação, de desrespeito a centenas de criaturas que comem de latas de lixo, neste País, de trinta milhões de menores abandonados, para que a única solução, que dão, são as FEBENS com as suas prisões. O nível de angústia do trabalhador, subalimentado, subnutrido, subassalariado, sem emprego, são dois milhões de desempregados na Capital do Estado de São Paulo, e os milhões de irmãos brasileiros nas terras nordestinas, os irmãos hoje sofridos nas terras do Sul, este conjunto de povo, esse conjunto de brasilidade não aceita mais manter a gordura do Sr. Delfim Netto, não aceita mais manter a pilantragem internacional, não aceita mais o jogo em cima das financeiras de que pontificam, desde o início, uma Luftalla, uma UEB, uma Aplic, e outras depois que apareceram como a CAPEMI, que chega até à intimidade de certos palácios presidenciais, chega dentro da própria instituição do SNI.

Sr. General, a minha palavra de patriota indignado, como sei, indignado de patriotas brasileiros, chegou ao ponto de dizer que o basta tem de ser dado. A denúncia do **O Estado de S. Paulo** mostra como o Senhor tem razão: essa dívida está aumentada em 1,797 bilhão de dólares, numa jogada que enriqueceu meia dúzia, aqui dentro, e nós somos obrigados a pagar essa dívida? Eu pergunto; qual o dólar que foi para a mesa de qualquer um de nós, comprando um prato de comida? Um ensino para um filho? Que deu saúde a uma criança? Que tostão de dólar desses 120 bilhões de dólares.

Pois bem, meu General, houve um tempo que eu olhava o exército brasileiro como o patrimônio da minha sensibilidade, quando menino; depois houve um tempo em que eu achei que o Exército Brasileiro tinha se perdido junto com esta ditadura; houve um tempo em que fui processado, segundo consta, porque tinha ofendido as Forças Armadas — e isto não era verdade, porque tenho amigos militares, porque conheço as instruções militares, porque sei que pode estar em caminhos equivocados, a sustentar teses equivocadas, a sustentar as mentirias do Sr. Delfim Netto, que mentiu, inclusive, no ano passado perante a Escola Superior de Guerra, fazendo uma conferência, disse que o Brasil jamais iria ao FMI — e tenho essa conferência-para, dois meses depois, ir assinar documentos com o FMI. Eu conheço as mentirias daquele

que chamam o gordo sinistro desta República. Mas é hora do basta! O Brasil quer renascer, e a palavra de V. Ex^a Sr. General Andrada Serpa, a proposta de V. Ex^a eu quero dizer que eu não sei se o povo brasileiro vai adotá-la por inteiro — porque só o povo soberano na sua vontade é que pode definir melhor os rumos — mas nós temos a obrigação de orientar, a obrigação de propor a V. Ex^a propõe com uma cosmovisão que não encontrei em nenhum dos nossos outros, em nenhum de nós. E nesse sentido eu me coloco, como tenho me colocado, não como soldado, mas como militante político, como representante de 170 mil paulistas, ao lado desta luta de V. Ex^a, que tenho levado quando posso e onde posso, nos verdadeiros comícios que fazemos no interior do meu Estado, no sentido de dizer um não, um chega, um basta!

Penso, Sr. General, que devemos forçar este Governo, que devemos forçar este regime — acho que cada Governador de Estado da Oposição Brasileira não tem a obrigação de ir lá para ser apenas o síndico de massas falidas dos seus Estados, acho que os Governadores não têm a obrigação de ficarem assumindo a contra dança com o regime, nenhum Governador da Oposição foi eleito para fazer contracenar com a ditadura, cada Governador de Estado, inclusive o meu, Franco Montoro, com o potencial de força que tem, inclusive o seu, meu nobre Senador Itamar Franco, o Governador Tancredo Neves, inclusive os outros companheiros de Goiás, de Mato Grosso do Sul e os demais companheiros que, afinal, e aliás, somos dentre esses o Governador do Estado do Rio, Leonel de Moura Brizola, que é do PDT, da Oposição brasileira também. Nós não temos o direito de usar esses instrumentais senão como: pá, charrua, aríete, foice, martelo, podão para desbastarmos essa ditadura, para derrubarmos esse regime que, quero, seja pela forma pacífica, que, quero, seja pelo consenso, como V. Ex^a colocou, que, quero, seja pela forma do entendimento, como V. Ex^a sugere com as propostas patrióticas que, sei, as Forças Armadas estão sentindo e ouvindo, porque tenho ouvido de Coronéis por este País onde ando que têm por V. Ex^a, pelas idéias de V. Ex^a, o maior apreço e o maior respeito.

E acho que as Forças Armadas têm algo a ver com esse processo de libertação nacional pelo qual temos de passar. Os patriotas conscientes das Forças Armadas devem marchar juntos com os patriotas civis desta Nação, como artistas, com operários, com intelectuais, com cientistas, camponeses, estudantes, a hora é de começarmos a mobilização realmente, meu General, eu quero estar junto, estou junto para esta missão, junto com o meu Partido, onde encontro os melhores homens da Oposição brasileira ali instalados; estamos prontos para esta marcha, e acho, Sr. General, que se chegarmos a um processo de eleições livres para a Presidência da República, se há alguém que tem coragem cívica, se há alguém que tem autoridade moral, se há alguém que conhece esta Nação, se há alguém que pode servi-la com caráter de estadista, se há alguém que pode marcar presença, como na França, marcou Charles de Gaulle, eu tenho a impressão de que esse homem é V. Ex^a. Se puder ir à convenção, um dia, e ela definir o seu nome o senhor tem, no militante Deputado João Cunha, caminhando pelas praças brasileiras deste imenso Brasil para vê-lo realizar na prática, a grande revolução nacional pacífica, que nos dê a redenção, que nos dê a independência, que nos devolva o *facies* democrático, que nos faça de novo crer, pois esta Nação está sem esperança, nós precisamos propor a tese da esperança; esta Nação não pode ser transformada em pátio de multinacional, nem tampouco em pátio de quartel de ditaduras. Esta Nação deseja, quer e vai crescer. E a minha intervenção só teve esse sentido, eu queria falar isso, e ao ouvir V. Ex^a, com Bento Gonçalves, na Câmara dos Deputados em momento anterior, e já ouvi V. Ex^a em Campinas, já ouvi V. Ex^a em São Paulo, tenho acompanhado os seus passos e as suas

idéias, podemos divergir em alguns pontos, mas eles não são essenciais, e nem insuperáveis, que possam fazer com que esqueçamos os interesses superiores da Pátria.

Eu me honro de ter falado com o Senhor hoje, me honro de tê-lo ouvido, sinto não ter podido chegar em tempo oportuno de ouvir por inteiro a conferência que aqui foi proferida, eu quero dizer que o Congresso Nacional realmente — eu digo como Deputado Federal — o Congresso Nacional viveu hoje um dos seus momentos históricos, com o seu pensamento aqui exposto. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Excelentíssimo Sr. Deputado João Cunha, já havia me referido ao V. Ex^a quando respondi à primeira pergunta do Senador Fábio Lucena, e tenho, em relação a V. Ex^a, uma dívida de gratidão que não poderia deixar de expressar publicamente nesta hora. V. Ex^a, inúmeras vezes, diante de apreciações absolutamente injustas e que não têm ligação com a realidade e com os fatos acontecidos, mesmo sem conhecer esses fatos, publicamente, várias vezes na televisão, tem defendido a minha atuação. Sou profundamente grato a V. Ex^a. Tenho somente para esclarecer um pouco melhor as idéias desenvolvidas no curso da palestra e no curso do debate e dizer a V. Ex^a que, quando acentuo aquilo que a Nação deve ao Presidente Figueiredo, como seu Presidente, jamais excluo que todos esses fatos foram uma conquista da sociedade e, particularmente, do Partido a que V. Ex^a pertence: o MDB e o PMDB. É evidente que, nem a abertura, nem a anistia foram concessões do príncipe, não. Foram lutas porfiadas em que a sociedade ganhou.

Tenho um conhecimento sofrido da História do Brasil, assisti o Presidente Getúlio Vargas, que, no discurso de 11 de junho de 1940, adotava, no momento em que a França dilacerada caía ao primeiro embate alemão, se alinhar entre as nações do Eixo, depois vi, e nisso consiste a experiência que temos, vi o mesmo homem, em atenção aos reclamos da mobilização da sociedade, mudar progressivamente a sua posição até concordar com a ida da Força Expedicionária Brasileira para a Itália para defender, em primeiro lugar, a independência e a soberania do Brasil e, em segundo lugar, a liberdade e a democracia no mundo. E como esse País é um País paradoxal, ao contrário do que, contemporaneamente, tinha ocorrido na França e na Inglaterra, quando os homens que fizeram o apaziguamento com Hitler, Chamberlain, na Inglaterra e Daladier, na França, caíram com toda a sua equipe governamental, sendo substituídos por Churchill, na Inglaterra e por Reynaud, na França, aqui no nosso País os mesmos homens, os mesmos Ministros, que tinha conduzido a nau do Estado nessa direção, contra o interesse nacional, mudaram os rumos e conduziram a nau do Estado de acordo com esse interesse. É por isso que é minha convicção de que na hora em que a sociedade brasileira, as donas de casa, os universitários, a Igreja, os sindicatos operários os órgãos da classe média, os pequenos e médios brasileiros, estiverem todos coordenados, como tem que acontecer numa democracia representativa, pelos partidos de Oposição, estou certo que esse mesmo Governo que aí está, mudará os seus rumos e agirá de acordo como interesse nacional, se isso ocorrer.

Finalmente, embora extremamente honrado com a maneira com que V. Ex^a terminou as suas palavras, sou obrigado a repetir o que, forçado pelo Senador Fábio Lucena, fui obrigado a dizer. É nessa ação que há cinco anos venho desenvolvendo, embora exonerado e punido, jamais deixando de clamar, eu o faço por duas razões: a primeira é o respeito para com os meus concidadãos, que habituei, desde a juventude, a servir. É pela solidariedade social, vendo a nau do Estado rumar para o caos social, como poderia olhar nos olhos dos meus filhos e dos moços mais moços que meus filhos, se mantivesse uma postura de omissão, gozando do ócio com dignidade, que conquistei depois de trabalhar durante quarenta e

oito anos. E, por outro lado, a obrigação que tenho para com o Exército Nacional, filho de soldado e recebido pelo Exército aos dez anos de idade e levado por ele à culminância do mais alto posto da hierarquia. É porque sei que, embora haja sabotagem da comunicação social, a respeito dessa obrigação cívica, que é conduzida em todo o Brasil, sei que ela não deixa jamais de chegar aos quartéis, evitando o pior — alguma aventura golpista.

Era o que tinha o dever — agradecendo a V. Ex^a a generosidade das suas palavras e pedindo a Deus que nunca falte a confiança que V. Ex^a encontra em mim — de dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Acredito, General Andrada Serpa, que V. Ex^a tenha nos dado um depoimento da maior importância, especialmente para pessoas que como eu não tenho um conhecimento tão próximo do pensamento de militares no Brasil. Muitas vezes, em decorrência de tantos desmandos que tenham ocorrido em nossa Nação por parte daqueles que nos governam, há uma tendência na opinião pública de, muitas vezes, identificar um General, que está na Presidência e tantos militares que estão no Governo, com um eventual pensamento das Forças Armadas, mas que, por outro lado, se pensarmos bem, temos que refletir necessariamente que aqueles que estão no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica são membros do povo brasileiro que convivem com todos nós e devem, de alguma maneira estar sentindo as mesmas preocupações que a maior parte do povo brasileiro sente.

V. Ex^a mencionou que o Decreto-lei nº 2.045 agride a segurança nacional. Entretanto, o Governo o baixou exatamente invocando-a em reunião do Conselho de Segurança Nacional. Não encontrava mais qualquer justificativa técnica que, pelo menos, pudesse dispor à opinião pública, em especial aos trabalhadores, que, em nenhum momento, foram chamados a discutir até mesmo a distribuição de eventuais sacrifícios em meio ao momento difícil para a economia nacional. Muitas vezes temos ouvido esse conceito de segurança nacional e ao General Andrada Serpa mostrou, segundo S. Ex^a, que o conceito de segurança nacional nada tem a ver com o que foi invocado pelo Governo Federal. E gostaria que S. Ex^a nos explicasse o que significa esse conceito. Em que medida a segurança nacional hoje, vista pelo Governo, se confunde com a manutenção de um sistema no interesse das corporações transnacionais ou das instituições financeiras internacionais, para que possam continuar tendo aqui o melhor meio ambiente institucional possível para a realização de seus desígnios de acumulação de capital? Seria possível pensarmos em segurança nacional como segurança da Nação, do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, questionarmos a natureza desse mesmo sistema e propormos a sua transformação? Será de fato que este é o último momento, a última tentativa do capitalismo no Brasil? Seria proibido aos brasileiros pensarem na alternativa da construção do socialismo, segundo esses que se julgam dono de segurança nacional ou haverá um conflito de natureza quase intransponível para os que pensam numa direção de uma outra economia, uma outra construção, uma outra ordem, segundo a qual nós poderíamos nos organizar para criar, produzir e distribuir a riqueza?

Uma segunda ordem de questão, e questões que gostaria de colocar, é o que V. Ex^a mencionou a respeito do episódio do Riocentro. Nestes últimos dias a imprensa nos dá conta de que no seu documento, enviado ao Presidente João Figueiredo, um pouco antes de sua saída do cargo de Ministro do Gabinete Civil da Presidência, o General Golbery do Couto e Silva enviou um documento ou uma carta ao Presidente, em que revelava fatos importantes que a Nação ainda não sabe sobre o que acon-

teceu naquele episódio. Dá conta à imprensa também de que algumas pessoas tenham posse deste documento. Pergunto a V. Exª se conhece o conteúdo deste documento, e se seria possível à Nação, para a sua própria segurança, que eu consideraria, isto sim, a segurança do povo brasileiro, saber de fato o que aconteceu naquele episódio, porque me parece que isto é importante para a própria democratização em profundidade da Nação brasileira.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Exmº Sr. Deputado Suplicy, ainda no decorrer da palestra citei artigo publicado por V. Exª nos últimos dias, não sei se V. Exª estava presente. É a minha convicção que a saída mais fácil para a situação em que o País se encontra, uma vez que não existem facções organizadas, é cumprir evitar o caos social, cumpre, de todas as formas, evitar o maior sacrifício que pode ocorrer em qualquer nação, que é a guerra civil, e no nosso caso, apesar da história oficial criar a imagem do brasileiro cordial, as guerras civis ocorridas, e sobretudo aquelas resultantes da Proclamação incruenta da República, foram terrivelmente pelegadas com grande sacrifício, sobretudo para o nosso Rio Grande, na luta estrênuo, impiedosa entre chimangos e maragatos durante dois anos, e num contraste, para o qual não temos explicação válida, uma vez que, durante dez anos da Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, colocou em jogo a integridade do Império, como é que, 60 anos depois, a dignidade da pessoa humana foi de tal modo agredida e biolada na guerra civil do Rio Grande, então é minha convicção de que os partidos políticos estruturados têm condições, se seus membros se dispuserem a mobilizar a sociedade brasileira, que a saída mais fácil, aquela que vai assegurar o pleno emprego imediato, a ampliação do mercado interno, a criação de riqueza em todo o interior do Brasil explodindo, e portanto, permitindo que as indústrias produzam, a saída mais fácil, a menos custosa, é a que eu tenho defendido. Todas as outras são saídas de sofrimento inominável, de que nos dão exemplo as nações citadas durante o curso da palestra; a China, a Rússia, Cuba, Vietname, Camboja. Por isso, defendo que não se trata de um problema de tripulação, trata-se de um problema de direção da nau. Nós todos estamos nesta nau. O interesse nosso é que ela chegue a porto seguro com o menor sofrimento da sociedade. E é nesse sentido que a eleição direta, permitindo que esses problemas sejam debatidos, e que seja estabelecido um consenso mínimo de distribuição dos custos sociais da solução adotada. O que não é possível é um conluio da classe dirigente, no sentido de que os custos sejam pagos exclusivamente pelo povo brasileiro. É a minha convicção.

Quanto ao segundo aspecto, constituiu para mim um duro dever ter que escrever o que escrevi no dia 30 de junho de 1980 a respeito do Riocentro. Mas está escrito, foi publicado em todo o Brasil. Não sei se consta, mas peço a V. Exª fazer constar desse meu depoimento, assim como a declaração à *Folha de S. Paulo*, no dia 9 de dezembro, quando soubemos da quebra do Banco do Brasil em Nova Iorque.

Ora, jamais pertenci à intimidade do poder em todos os governos revolucionários, e o último contato que tive com o General Golbery foi 30 dias após a morte de meu irmão, agradecendo aos Ministros de Estado as atenções que a família recebeu então. E nesse contato, lembro-me bem que disse: Tenho quatro discordâncias graves em relação a tudo que está sendo feito. A primeira é que nós estamos no sétimo ano de uma gravíssima crise energética e nenhuma providência foi tomada, quando a solução está nas nossas mãos. A segunda é que o País está transformado numa mesa de casa de tabuleiro em que todos jogam especulativamente e nenhuma providência foi tomada. A terceira é que considero um gravíssimo erro a extinção dos partidos. Há 12 anos, em carta escrita de Paris ao Presidente Castello Branco, fiquei contra a ex-

tinção do PTB, da UDN, do PDS. E agora, 12 anos depois vão vocês, de novo, fazer uma coisa que é o mesmo que tirar minhoca da pedra, fazer os brasileiros organizarem partidos. E, finalmente, a quarta discordância é suprimirem a eleição de 1980. É um erro gravíssimo; se, na época em que a Revolução existiu de fato, nenhuma eleição foi suprimida, como suprimir uma eleição em época de abertura? Então, foi o último contacto meu com o General Golbery. Ignoro, absolutamente, qualquer coisa da intimidade do poder a não ser aquela comunicada pela Imprensa todos os dias.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Muito agradeço a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS — Sr. General, ouvindo aqui atentamente suas posições, eu gostaria de expressar que, do ponto de vista do encaminhamento da questão econômica, com relação ao Fundo Monetário Nacional, com relação à moratória, com relação ao tratamento das empresas multinacionais, nós concordamos plenamente: realmente, é isto que nós estamos propondo e agora mesmo estamos com uma CPI, na Câmara que vai tratar desta questão, enfim, V. Exª propõe uma alternativa que possa ser até do capitalismo, V. Exª coloca que é possível, uma saída capitalista, última saída, segundo suas palavras, para o Brasil.

Nós gostaríamos apenas hoje fazer alguns reparos, em que pese as assertivas com relação à Revolução, que V. Exª declara, de 1964. Nós entendemos que realmente não houve revolução nenhuma, o que houve realmente foi um golpe de Estado, e que a data dele foi 1º de abril. Este golpe de Estado foi desfechado justamente para defender, para implementar a política dos monopólios internacionais, aqui, dentro do nosso País. Para que isso tenha mais uma clareza, e V. Exª sabe também, da participação da CIA, da participação do Coronel, na época, Vernon Walters, adido militar americano aqui, junto com o Embaixador Lincoln Gordon, com relação a vinda de uma força-tarefa na mesma data, navegando nas Costas de Santos, junto ao Rio de Janeiro, enfim também com a participação do IBADE, de grossos financiamentos em dólares, financiavam grupos de pressão contra um Governo que, bem ou mal, era um governo eleito pelo povo

V. Exª disse que João Goulart tinha sido eleito com 2 milhões e meio de votos, acontece que o plebiscito subsequente após o episódio de 1961, confirmou a popularidade, pelo menos, do Governo João Goulart na Chefia do Governo do Brasil. Esse plebiscito realmente nos parece que legitimou a sua função. Como V. Exª, nós também participamos do Exército e defendemos, junto ao Governo João Goulart, um programa de governo de salvação nacional, talvez um governo como o que V. Exª está propondo agora, que é para resolver a questão da Reforma Agrária, a questão do controle da remessa de lucros, do controle dos investimentos estrangeiros aqui em nosso País, enfim em 1964, aquela "bagunça", aquela "baderna" nada mais era do que as forças populares de nosso País, procurando um caminho popular, democrático, que resolvesse os problemas da fome, e da miséria e do analfabetismo em nossa terra. A gota d'água, nos parece claramente, foi quando foi decretada a lei de controle da remessa dos lucros para o estrangeiro, razão por que nós entendemos que o conluio estabeleceu, foi fundamentalmente e até diria — concordo com a classe média, e a Igreja, na época, ajudaram nesse sentido — mas foi fundamentalmente grupos monopolistas estrangeiros, nominalmente norte-americanos e latifundiários em nossa pátria.

Evidentemente que o General Castello Branco tem a sua parcela porque foi a pessoa que foi guindada à Che-

fia do Poder naquela ocasião. O discurso do General Castello Branco, em junho do mesmo ano, já definia uma política entreguista, e eu tive a oportunidade de fazer, inclusive, alusão há pouco tempo em plenário do Congresso, sobre este discurso, era de uma política voltada para os interesses geopolíticos, econômicos, das grandes empresas, porque achava que era uma alternativa do desenvolvimento brasileiro. E ele, claramente, se definia contra o monopólio estatal, contra a nacionalização de empresas, que teria havido antes, inclusive pelo Governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do sul, em 1961

De modo que a posição de Castello Branco, já era uma posição que revelava claramente uma política voltada para o interesse do grande capital multinacional. E nós entendemos que essa derrocada das instituições nacionais, essa derrocada da nossa empresa, essa derrocada do povo brasileiro nesses 19 anos de regime militar, se não foram os militares os responsáveis, evidentemente que foram os grupos monopolistas, mas, internamente, e está claro aqui em cada lance a gente vê isso, que o Conselho de Segurança Nacional é realmente o dono do poder neste País. O Conselho de Segurança Nacional determina, e inclusive está na Constituição, determina a política nacional em nossa terra. E agora mesmo, neste episódio do Decreto nº 2.045, esse decreto de arrocho, de achatamento salarial, ele vem subscrito pelos Ministros Militares

Ora, é evidente, Sr. General, que nós queremos uma pátria democrática, independente, livre, que resolva os problemas do nosso povo, notadamente o problema do desemprego, da fome, da miséria, do analfabetismo e da saúde. Então, nós temos que definir uma coisa de uma vez por todas, claramente. Eu acho que é um alto comando, não generalizo porque eu também sou militar, e sei que a grande maioria dos militares quer uma saída democrática, livre, independente, para este problema institucional, sei disso. Agora existe um alto comando que realmente não tem se comportado com nacionalismo, com uma postura mais democrática, como deveríamos entender que fosse. Então, este alto comando, o Conselho de Segurança Nacional, a que eu me refiro, realmente é quem detém o controle de toda esta política. Nós achamos que alternativa para a nossa solução, aqui no Brasil, passa fundamentalmente, como V. Exª disse, por uma mobilização em todos os setores da sociedade. Agora, é preciso notar uma grande diferença, que esses setores da sociedade não vão se mobilizar em função de nomes de pessoas, ou de alguns slogans, esses slogans, esses setores da sociedade brasileira, vão se mobilizar para dirigir o processo de salvação nacional. Então, a sociedade brasileira, só se mobilizará, e se mobilizará conscientemente acredito isso, estou jogando nisso, é que ela, esta sociedade, através dos seus segmentos mais expressivos, suas lideranças vão assumir parcelas de poder, neste processo de luta pela independência e soberania nacionais que eu acredito que V. Exª também está de acordo.

De forma que notadamente não seria propriamente uma pergunta, mas seria apenas para resguardar algumas afirmativas, nós acreditamos pessoalmente que o capitalismo não resolve problema nenhum, mais, em nossa Pátria. Realmente nós acreditamos que o socialismo seria uma alternativa para solução de nossos problemas, mas acreditamos que no momento atual, muito mais importante do que uma constituinte, do que uma eleição direta imediatamente, é a solução do problema do desemprego, então, nós achamos que a mobilização agora, neste momento é para desenvolver mercado interno, a criar condições de trabalho, para a nossa população. Nessa medida, nós achamos de fundamental importância e V. Exª também concorda, é que se rompa definitivamente com os acordos lesivos aos interesses nacionais celebrados com o Fundo Monetário Internacional.

Então, achamos que a moratória, neste momento, é uma alternativa válida, a mobilização deve ser dada, en-

fim, através de uma medida concreta, hoje, para barrar esse processo de sofrimento, que é mais grave e se expressa hoje na mortalidade infantil em ritmo cada vez maior e mais acelerado. Essa seca no Nordeste, prolongada, as enchentes no sul e toda essa política econômica contrária aos interesses nacionais, realmente, vão agravar, fundamentalmente, a situação e chegaremos a um estágio bem próximo do caos, senão no caos.

Mas, acreditamos na capacidade nacional de suas lideranças, no povo brasileiro, que é capaz de se mobilizar neste momento, numa tarefa unitária, e partir para uma alternativa brasileira, nacionalista, patriótica e democrática, fundamentalmente, assim.

Agradeço a V. Exª por esta oportunidade.

O SR. ANTONIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — Sr. Deputado D'Ornellas, representante do PDT do Rio de Janeiro, mas gaúcho de São Borja, terra do Rio Grande, que eu tanto me habituei a amar desde os 21 anos, quando a conheci pela primeira vez, nas barrancas do Rio Uruguai, e andando sempre lá, em Itaqui, Uruguaiana, São Borja e Santana.

O depoimento de V. Exª enriquece o depoimento prestado por mim.

V. Exª, de novo, volta ao julgamento histórico da Revolução de 64 e, por uma coincidência, quando falei a primeira vez no Rio Grande, creio que, na Assembléia Legislativa em junho de 80, foi a pergunta que me foi feita: Como é que eu, militar, tinha concordado em derrubar o Presidente João Goulart. Então, com todo o respeito pela pessoa do Presidente João Goulart, eu disse o que já falei aqui no curso desse debate. Quando a convulsão social chega à ruas, a dificuldade para os militares, e estou sabendo que V. Exª é também um deles, a dificuldade é justamente essa, é na voragem dos acontecimentos, não cumprir o dever e sim saber onde está o dever militar.

Continuo discordando de V. Exª, embora respeitando o seu ponto de vista, no sentido de supormos nós brasileiros que haja perspectiva histórica para o julgamento da Revolução de 64.

Aponte aqui, há 15 dias, a dificuldade de julgar a Revolução de 30, e agora me lembro de um outro episódio, por estar junto ao Senador Itamar Franco e vou fazer um apelo a ele: forcejei, em 1980, de todas as formas, a fim de que o Governo de Minas reeditasse dois livros essenciais para a compreensão da Revolução de 30, o primeiro, da Imprensa Oficial de Belo Horizonte, a palavra do Presidente Antônio Carlos na Aliança Liberal, coletânea feita pelo Chefe da Imprensa, um pranteado e nobre mineiro.

E o segundo, o livro essencial sobre a Revolução em Minas, do mesmo modo que livro essencial, sobre a Revolução no Rio Grande, o segundo volume das Memórias de João Neves da Fontoura.

E esse de Minas é o livro do jornalista Aurino de Moraes: Minas, na Aliança Liberal e na Revolução.

Ora, meus Srs. com todas ligações de família, com toda possibilidade de atuar sobre o Governo mineiro, não consegui, e até hoje esses livros não foram republicados, por quê? Exclusivamente porque o pai do Presidente Figueiredo, meu velho e querido amigo, homem que divulgou o depoimento que eu prestei no inquérito policial militar em 1955, contra o Marechal Lot, esse homem foi preso pelas tropas revoltadas em Santana, quando comandante da Brigada de Alegrete inspecionava a guarnição de Santana.

Naturalmente, todos ficaram temerosos, como é que publica esse livro, o Presidente é contra a Revolução! Então, estou mostrando como há dificuldade de se fazer um julgamento histórico, 50 anos depois. Então, julgo que não há perspectiva histórica para julgar a Revolução de 64.

Obrigado, dei ao Senador Fábio Lucena, a explicação que procurei racionalizar, porque participei de tudo sofredamente, assim como estou dizendo a V. Exª

Um outro reparo que solicitava a V. Exª considerar: As Forças Armadas do Brasil, assim como as de qualquer país, depõem qualquer presidente, seja ele quem for, não precisa de ajuda estrangeira, nem da CIA, nem da KGB, quer dizer, conseguido o consenso, e é isso que é difícil de ser conseguido, porque as Forças Armadas são feitas para obedecer aos chefes legítimos, obedientes à hierarquia e à disciplina, então, não há, de forma alguma, a possibilidade de se pensar que a Revolução precisou de CIA, ou do General Vernon Walters para derrubar o Governo do Presidente João Goulart.

Ainda pediria a V. Exª, com toda isenção, que reestudasse como a Revolução evoluiu, e que considerasse o que é internacionalmente reconhecido, que, embora a Revolução contivesse no modelo, que não é dela, o modelo foi criado pelo Presidente Juscelino, na década de 50, modelo concentrador de rendas, modelo anti-social por este motivo; este modelo com todos os seus erros e embora, a longo prazo, se transformasse num modelo inextinguível, porque como está analisado no livro do americano Peter Evans, o modelo só tem condição de absorver 20% da população dos países aos quais se destinou, o México, o Brasil e, sobretudo, a Nigéria, e também não tem capacidade de integrar nele os empresários brasileiros, então o modelo já era perverso em si, e, a partir de 73, o modelo se transforma num modelo crescentemente perverso. Agora, por quê? Porque então, por ação ou emissão, ou exclusivamente porque a máquina estava numa determinada direção e nela prosseguiu, quatro graves erros ocorreram.

O primeiro, a economia continuar concentrada no petróleo, o segundo, exportar a qualquer preço como solução; o terceiro, a confusão da crise: supor-se que era uma crise energética global — exclusivamente uma crise petrolífera — e isso então determina esses grandes empreendimentos suntuários, faustosos, faraônicos, que se chamaram Ferrovia do Aço; construir ao mesmo tempo três siderúrgicas; fazer duas grandes hidroelétricas, e um plano de energia atômica, que visou, inconscientemente ou não, a salvar, sobretudo a indústria de energia atômica alemã em crise, importando em 32 bilhões de dólares.

Então, o modelo, embora injusto socialmente, bem ou mal transformou, até 72, o Brasil na oitava economia do mundo ocidental. É evidente que o mundo tendo mudado, o modelo teria que se adaptar às novas condições do mundo, embora internacionalizada a economia como estava; e se isso ocorresse hoje, o Brasil seria o País que tinha resolvido o problema energético, e tinha aberto para todo o Terceiro Mundo essa frente.

O que me espanta é isso ainda nebulosamente entrevisto no Governo Geisel, seja uma coisa clara, absolutamente clara, a partir do momento em que homens como eu passaram a dar as soluções, não só passando a criticar — criticar só não resolve — o de que se precisa é adotar as idéias estratégicas de um projeto nacional de médio prazo; quer dizer, de 4 a 6 anos, que se adotado, transforma o Brasil numa grande nação e assegura ao Brasil o que é essencial: a sua independência energética, a sua independência tecnológica, amplia o mercado interno desse País imenso que tem ainda as suas colônias a serem desenvolvidas, e que, portanto, não pode adotar a solução de se tornar exangue, através de subsídios à exportação a qualquer preço, que não é mais do que transferir trabalho a renda nacionais a preço vil; e finalmente, que considere o Nordeste prioritariamente, dentro da relatividade da conjuntura nacional, para resolver o seu problema de seca.

Ora, isso só será viabilizado se nós conseguirmos mobilizar o povo brasileiro. A mobilização do povo brasileiro é fácil, basta irmos de encontro às aspirações desse povo; e a aspiração desse povo é pela eleição direta, e se esclarecido, é pela decretação da moratória, como ato unilateral da soberania do Brasil. Nessa hora, imediatamente, há os recursos para assegurar o pleno emprego. É o que V. Exª deseja e eu também. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao Nobre Deputado Flávio Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO BIERREMBACH — Senhor General Andrada Serpa, depois de ter ouvido ao longo da última hora e meia impressionante depoimento de V. Exª, eu quero confessar a minha mágoa de não tê-lo ouvido desde o início. Fiquei preso por outros compromissos nesta Casa e só agora pude me dirigir a esta Comissão Mista, o que significou, sem dúvida nenhuma, uma perda irreparável para o meu patrimônio cultural e para a minha reserva de esperança.

Eu conheço o pensamento de V. Exª ao longo de sua pregação durante os últimos anos, e quero, desde logo, dizer que tenho o maior respeito a V. Exª, como cidadão, como militar brasileiro durante quase meio século, dando, no presente, o testemunho do seu passado de coerência, de patriotismo e de esperança.

E não obstante as idéias de V. Exª me mereçam o maior respeito, como não poderia deixar de ser, eu também tenho algumas divergências de fundo e de forma, e gostaria de ter oportunidade de lhe apresentar agora.

Senhor General Andrada Serpa, se a História do Brasil continuar a ser escrita daqui para o futuro como ela foi escrita até hoje, e V. Exª há pouco fez referência a um dos episódios mais dramáticos de nossa História, quando falou sobre a Guerra dos Farrapos, que ensanguentou a Província de São Pedro durante quase dez anos, e cujos efeitos foram além da paz do Ponche Verde; porque a Guerra dos Farrapos voltou rediviva, em 1893 e em 1923 para ceifar novamente vidas de irmãos brasileiros, se V. Exª examinar este episódio marcante da História do Brasil nos compêndios de História que hoje são dados a conhecer aos nossos estudantes, haverá de constatar entristecido, com certeza, que esta fase da História do Brasil, não merece mais do que um ou dois parágrafos nos nossos livros de História, e é por isso que o julgamento histórico é sempre precário, porque faltam dados, porque as perspectivas acabam se perdendo no emaranhado das contradições do tempo.

Mas, ao longo dos últimos vinte anos, sobretudo pelo fato da nossa memória histórica estar viva, eu creio que é possível, não obstante a precariedade desses instrumentos, fazer um julgamento daquilo que nós, da Oposição denominamos equívoco histórico do Movimento Militar de 1964, e se a história continuar a ser escrita da mesma maneira, é bem provável, Senhor General Andrada Serpa, que daqui a 100 anos, os compêndios de História venham a se referir a esse Movimento Militar como tendo sido deflagrado por três causas determinantes: em primeiro lugar, para impedir que o Congresso Nacional, este mesmo Congresso que hoje acolhe honrado a presença de V. Exª, para impedir que o Congresso Nacional votasse uma lei disciplinadora da remessa de lucros da voracidade do capital estrangeiro. Em segundo lugar, para impedir também que a consciência brasileira exigisse do Congresso Nacional a votação de uma norma jurídica disciplinadora, daquilo que se convencionou chamar de reforma agrária; e em terceiro lugar, para impedir que os trabalhadores brasileiros se organizassem debaixo de um comando único que, à época, em 1963, se chamava CGT — Comando Geral dos Trabalhadores.

Eu creio, Senhor General Andrada Serpa, que o maior problema que aflige hoje o regime brasileiro não é a nossa crise econômica, não é a nossa dívida externa, não é o desemprego, não é nenhum dos problemas sociais que assolam a grande maioria do povo brasileiro, o maior problema, sob a ótica do regime, é a sua crise interna de legitimidade, a sua crise de legitimidade absoluta, porque se em 1964, não obstante o Movimento Militar, sob a minha ótica, seja um equívoco histórico, é verdade que, naquela época, boa parte da sociedade brasileira apoiou o Movimento Militar.

O Golpe de 64 não teve desde logo nem o apoio dos trabalhadores, nem de intelectuais, nem de estudantes

universitários, mas teve sim, o apoio da classe média, mas teve sim o apoio da Igreja. E hoje, decorridos quase vinte anos daquele momento, o que resta de apoio ao sistema político-jurídico implantado pelo Golpe Militar de 64? Não resta mais nada, não tem mais o apoio da classe média, assolada e submetida a um processo crescente de proletarização, não tem mais o apoio da Igreja, não tem mais o apoio, sequer, do empresariado.

Hoje o modelo econômico, como bem disse V. Ex^a, já era perverso em 1964, hoje tornou-se intolerável. E este modelo econômico é sustentado, exclusivamente, pelo apoio que o sistema político e jurídico tem por parte das Forças Armadas.

E este eu acredito, Sr. General, seja o maior perigo que o País corre, porque na História dos povos, há uma constante: todas as vezes em que um sistema cai por terra, é preciso que se encontre um bode expiatório. E é terrível se constatar que, neste País, é possível que o bode expiatório do regime venha a se constituir pelas nossas Forças Armadas e serão, indelevelmente, comprometidas na sua História, na sua imagem, na sua estrutura, enquanto instituições nacionais permanentes.

Acho que este é, talvez, o maior vício que o País corra daqui para o futuro, que as Forças Armadas brasileiras sejam apontadas, para a posteridade, como responsáveis pela convulsão social que está para vir neste País.

Temos hoje as perspectivas, temos hoje todas as pré-condições para uma convulsão social sem precedentes na História da América Latina; teremos dentro de alguns meses, Sr. General a fome assolando o País todo; e quando refiro-me à fome, não falo na fome do Nordeste, esta já crônica, insuportável mas crônica, conhecida de várias gerações de brasileiros. Refiro-me à fome que haverá de bater à sua porta, Sr. General, à nossa porta, à porta dos Srs. Deputados, porque com a retirada dos subsídios para produtos essenciais da nossa agricultura, não teremos, dentro de alguns meses, arroz ou feijão para comprar. Não importa que haja dinheiro, também dinheiro não haverá, não haverá comida nesse País, e ninguém tem condições de segurar um povo sem comida.

Temos todas as pré-condições, para vermos dentro de algum tempo, dentro de alguns meses, ou o povo na rua, ou a tropa na rua, ou, o que é pior, ambos na rua, o povo e a tropa.

Acredito que temos o dever de evitar isso, a qualquer preço, enquanto é tempo. Discordo, respeitosamente de V. Ex^a também quando afirma que o problema não é da tripulação, que o problema seria do rumo da nau, porquanto entendo, Sr. General, que foi esta tripulação que conduziu esta nau a este rumo, e se hoje o rumo nos encaminha a uma tormenta de efeitos desconhecidos e imprevisíveis, acredito que, na realidade, a tripulação que comanda a nau já não saiba mais nem mesmo onde se encontra a bússola, a tripulação apenas tenta fazer com que a nau se mantenha à tona. E isto não basta; portanto, acredito que como começo de saída, para que o povo

brasileiro possa respirar, para que se dê o mínimo de esperança a este povo, é preciso que este País se engaje numa campanha de solicitar ao Senhor Presidente da República, num gesto supremo da patriotismo, num gesto de renúncia, não uma renúncia à fuga, mas uma renúncia-solução, uma renúncia que permita uma continuidade constitucional e permita que seja a Presidência da República assumida por quem de direito e não comprometida com esquemas anteriores, e possa vislumbrar um novo rumo, para tirar esta nau do caminho do abismo em que ela se encontra.

Vejo hoje, Sr. General Andrada Serpa, com a maior preocupação, como cidadão brasileiro e como homem público, com o maior pessimismo o futuro deste País, porque tenho certeza de que nada se fará nele sem as Forças Armadas e pior, nada se fará nele contra as Forças Armadas.

V. Ex^a que se revela um extraordinário conhecedor da nossa História, auxiliado, como vejo, por uma prodigiosa memória, há de saber, sem dúvida, que as revoluções que foram feitas neste e em outros países no passado, guardavam uma característica comum: revoltosos e legalistas combatiam com as mesmas armas. Hoje isso não mais é possível, o avanço tecnológico tornou qualquer tipo de revolta armada, num projeto utópico e suicida.

Nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, postulamos, acreditamos e haveremos de combater até o fim por uma solução pacífica para este País, antes que seja tarde demais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANDRADA SERPA — Agradeço a V. Ex^a as referências muito generosas feitas a mim e já tinha por V. Ex^a e por sua família o maior apreço.

Percebo que muito do que V. Ex^a expôs está detalhadamente explicado no curso da longa palestra de cinco horas, que venho fazendo e, naturalmente, se V. Ex^a tivesse assistido a toda ela e a maneira com que o debate já vem sendo alongado, há três horas e meia — veja V. Ex^a que chegou na metade final do debate — então, aparentemente, há muito acordo na apreciação do que V. Ex^a diz e da solução. Há muito acordo.

A divergência continua sempre a mesa, é que, licenciado em História e tendo sofrido todos os acontecimentos da nossa evolução, desde 1930, porque a Revolução de 1930 começa, praticamente, na minha família. Então, menino, embora não sendo ator, participei da Revolução de 1930, e desta data para cá, não omiti nunca, sou soldado de 1933 e a partir desta data sou o que aconteceu no País.

Então, sinceramente, julgo que V. Ex^a está ainda com uma preocupação excessivamente pessimista. Eu não cheguei a este ponto ainda, estou confiado que, mobilizada a vontade nacional não tenha dúvida que este Governo que aí está muda o seu rumo.

Mas é necessário que todos os brasileiros pertencentes à classe dirigente e que pensem, ou passem a pensar,

numa solução que seja a menos onerosa para o povo brasileiro, comecem a molhar suas camisas, deixem de se omitir.

Se isto acontecer, estou certo, que esta nau, que como toda nau de regime presidencialista tem como timoneiro e responsável o Presidente da República, esta nau chegará, mercê de Deus, para todos nós a porto seguro.

É a minha convicção, muito agradecido a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — General Andrada Serpa, cabe-me, como Presidente desta Comissão, agradecer a presença de V. Ex^a e particularmente grato, como representante do Estado de Minas Gerais, do Estado de V. Ex^a.

Esta Comissão, General Andrada Serpa, encerra neste momento o seu ciclo de debates. Ela ouviu o Ministro César Cals, o ex-Governador Eurico Rezende, o Governador Leonel Brizola, Presidente Luiz Inácio da Silva, Senador Teotônio Vilela, Governador Franco Montoro, Deputado Rubem Dourado e, por fim encerrando, o pronunciamento de V. Ex^a. Foi pronunciamento histórico, eu creio, General Andrada Serpa, que esta Comissão registra, e os Anais do Congresso do Congresso Nacional vão registrar o depoimento de um velho soldado, como diz V. Ex^a, de um patriota que deixa para a análise não apenas dos Congressistas, que hoje fazem parte do Congresso Nacional, mas para que, no futuro, analisando, estudando e meditando sobre o seu depoimento, possam tirar aquelas conclusões, na grande esperança, nós todos, General Andrada Serpa, de que este Brasil encontre o seu rumo democrático, encontre o seu caminho para o estado de direito, o respeito às leis. É isso particularmente que nós todos desejamos.

Agradecendo aos Srs. Deputados e Senadores, cabe-me, a pedido dos líderes sindicais, dizer que S. Ex^a, o General Andrada Serpa estará presente no Sindicato dos Professores, no dia 18 deste mês, no horário de 20 horas, e convocar, para amanhã, às 17 horas, esta Comissão, para ouvirmos e debatermos o relatório de S. Ex^a, o Sr. Relator, Deputado Ernani Satyro.

Mais uma vez, General Andrada Serpa, meus agradecimentos e a certeza do pronunciamento patriótico que o Congresso Nacional escutou. (Muito bem! Palmas. Palmas)

O SR. ANDRADA SERPA — Meus agradecimentos a V. Ex^a, ao Senador Fábio Lucena, Srs. Senadores e Deputados, a todos aqui presentes, numa oração para que Deus faça com que este país encontre o seu rumo e realize o bem comum pela ação de seus governantes. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 43 minutos.)